



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO - CSE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Kalita Regina da Cruz

Adam Smith em um contexto republicano ou fundador da corrente liberal através do olhar de Winch e Cropsey: um estudo submetido à lógica da história das ideias de Mark Bevir.

Florianópolis

2023

Kalita Regina da Cruz

Adam Smith em um contexto republicano ou fundador da corrente liberal através do olhar de Winch e Cropsey: um estudo submetido à lógica da história das ideias de Mark Bevir.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Ciências Econômicas do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Marcos Alves Valente, Dr.

Florianópolis

2023

Cruz, Kalita Regina da

Adam Smith em um contexto republicano ou fundador da corrente liberal através do olhar de Winch e Cropsey : um estudo submetido à lógica da história das ideias de Mark Bevir. / Kalita Regina da Cruz ; orientador, Marcos Alves Valente, 2023. 131 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Adam Smith. 3. Republicanismo. 4. Liberalismo. I. Valente, Marcos Alves. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

Kalita Regina da Cruz

Adam Smith em um contexto republicano ou fundador da corrente liberal através do olhar de Winch e Cropsey: um estudo submetido à lógica da história das ideias de Mark Bevir.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Marcos Alves Valente, Dr.
Orientador

Prof. Fábio Pádua dos Santos, Dr.
Instituição [UFSC]

Prof. Jefferson Rafael da Fonseca, Me.
Instituição [UFSC]

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Economia por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Prof. Marcos Alves Valente, Dr.(a)
Orientador

Florianópolis, 2023.

Dedico esse trabalho para todos os aficionados por história das ideias.

AGRADECIMENTOS

Escrever é uma arte que exige tempo, leitura e organização, além de inúmeros elementos essenciais para que, as ideias que temos em mente, sejam transmitidas corretamente através das palavras. Quando a missão é escrever uma monografia - que deve obedecer aos critérios de cientificidade - o trabalho é redobrado pois, não basta expressar ideias; é preciso apresentar meios de replicação. É um exercício, como salienta Bevir (2008), de honestidade intelectual. Sendo assim, agradeço todos os mestres que de alguma forma auxiliaram na minha formação, especialmente, o professor Marcos Valente que esteve orientando esta aventura que é estudar Adam Smith e suas complexidades. Agradeço também os professores que aceitaram ser banca deste trabalho, Fábio Pádua dos Santos e Jefferson Fonseca. Sou grata aos demais membros do corpo docente do curso de Ciências Econômicas da UFSC, especialmente as professoras Liana Bohn e Solange Marin, orientadoras do projeto de extensão em que fui bolsista no ano de 2023. Estendo meu agradecimento ao núcleo de estudos de pensamento político (NEPP), onde presenciei inúmeros debates de temas que foram relevantes para este trabalho.

Ser aluna, na minha concepção, não é uma ocupação deslocada das outras faces que compõem a existência humana. Por isso, o agradecimento não se restringe ao mundo acadêmico. Expresso também minha gratidão à minha família, pelo suporte ao longo dos anos. Acredito nas palavras do poeta Vinicius de Moraes, que “a vida é feita de encontros”. Sou bastante afortunada pelas pessoas que estão no meu caminho, algumas desde a infância, outras que chegaram há pouco tempo, mas que, igualmente, contribuem para a existência ser mais plena e feliz.

Não é cidadão quem não está inclinado a obedecer às leis e a obedecer ao magistrado civil, e certamente não é bom cidadão quem não deseja promover o bem público (Smith, 1999).

RESUMO

Adam Smith é uma figura pertencente ao iluminismo escocês conhecido por ser o pai da economia. Durante muito tempo, conforme Brown (1997) e Cerqueira (2005), o escocês foi lido como um dos fundadores da tradição liberal, onde suas ideias políticas e morais foram eclipsadas pela economia. Porém, principalmente após discussões metodológicas no campo da história das ideias que buscavam uma leitura mais contextual dos autores do passado, outras vertentes interpretativas surgiram. Essas buscaram compreender as ideias smithianas em um contexto onde o discurso político republicano era relevante. Sendo assim, o objetivo do trabalho é responder se Smith é ainda um herdeiro da tradição republicana ou um fundador da corrente liberal com base nas obras de Cropsey (que insere Smith como um liberal) e Winch (que lê Smith em um contexto republicano). Para responder tal pergunta, a metodologia utilizada é a de Mark Bevir (2008), que compreende que o modo de se ter objetividade na história das ideias é através da comparação de teorias rivais a partir de critérios bem definidos, a saber, exatidão, abrangência, consistência, progressividade, fecundidade e abertura. Para uma melhor compreensão das ideias de Cropsey (1957) e Winch (1978), o início do trabalho foi composto por um esforço de apresentação do contexto do iluminismo escocês, as linguagens de discurso político (jurisprudência natural e humanismo cívico) e as principais ideias das obras de Smith. Feito isso apresentam-se as discussões em torno da tradição liberal e as controvérsias de que essa é uma tradição que vêm bem formulada desde Locke, passa por Smith e chega aos federalistas americanos. Cropsey (1957) insere Smith como um autor liberal, pois percebe que o mundo pode ser guiado pelos laços utilitários do mercado, e apesar de ter preocupações com as mazelas que esse modo de organização social produz, defende-a, pois com ela é possível alcançar liberdade civil e eclesiástica. Já Winch (1978) busca resgatar a opinião política de Smith a partir de temas desse ramo que estavam em voga no século XVIII: profissionalização do exército, dívida pública e revoltas das colônias americanas. Ao longo de seu livro resgata os vários trechos em que Smith tem preocupações cívicas, de manutenção das virtudes morais, intelectuais e marciais dos cidadãos, mesmo sem utilidade aparente. Feita a comparação das teorias rivais, percebe-se que a interpretação de Winch é mais abrangente e lida com menos fatos incômodos, tem recebido apoio de novos estudos que resgatam a formação das tradições liberal e republicana. Além disso, o autor é fundador de uma corrente fecunda e progressiva, já que se abriu um novo leque para interpretação de Smith. Além de Winch outros autores começaram a produzir estudos nessa linha nos últimos anos, contribuindo para uma melhor compreensão da figura de Smith. Conclui-se que, apesar de não conseguirmos encaixar Smith em uma tradição de pensamento específica, a teoria que interpreta suas intenções em um contexto republicano é a que melhor atende os critérios de objetividade de Bevir (2008).

Palavras-chave: Adam Smith; Republicanismo; Liberalismo.

ABSTRACT

Adam Smith is a figure of the Scottish Enlightenment who is known as the father of economics. According to Brown (1997) and Cerqueira (2005), the Scotsman was long regarded as one of the founders of the liberal tradition, although his political and moral ideas were eclipsed by economics. However, other aspects of interpretation have emerged, particularly following methodological studies in the field of the history of ideas, which have sought a more contextualised reading of past authors. These aimed to understand Smith's ideas in a context in which republican political discourse was relevant. The aim of the thesis is therefore to answer whether Smith is still an heir to the republican tradition or a founder of the liberal current, based on the works of Cropsey (who classifies Smith as a liberal) and Winch (who reads Smith in a republican context). To answer this question, the methodology of Mark Bevir (2008) is used, who assumes that objectivity in the history of ideas can only be achieved by comparing rival theories on the basis of well-defined criteria, namely accuracy, completeness, consistency, progressiveness, fruitfulness and openness. For a better understanding of the ideas of Cropsey (1957) and Winch (1978), an attempt was made at the beginning of the work to present the context of the Scottish Enlightenment, the languages of political discourse (natural law doctrine and civic humanism) and the most important ideas of Smith's works. It then outlines the debates surrounding the liberal tradition and the controversies about it being a tradition that has been well articulated since Locke and extends through Smith to the American Federalists. Cropsey (1957) introduces Smith as a liberal writer because he recognizes that the world can be governed by market interests, and although he has concerns about the problems that this type of social organization brings, he defends it because it makes it possible to achieve civil and ecclesiastical liberty. Winch (1978) attempts to salvage Smith's political opinion using themes that were fashionable in the 18th century: Professionalization of the army, national debt, and revolts in the American colonies. In his book, Winch rescues the various passages in which Smith espouses civic causes by upholding the moral, intellectual, and martial virtues of citizens, even without apparent utility. After comparing the rival theories, it is clear that Winch's interpretation is more comprehensive and deals with less inconvenient facts. It is supported by new studies that have recovered the emergence of the liberal and republican traditions. Moreover, the author is the founder of a fruitful and progressive current, since a new field has opened up for the interpretation of Smith and other authors. In addition to Winch himself, in recent years he has presented studies in this sense that contribute to a better understanding of Smith's figure. We conclude that while we cannot place Smith in a particular tradition of thought, the theory that best fulfils Bevir's (2008) criteria of objectivity is the one that interprets his interests in a republican context.

Keywords: Adam Smith; Republicanism; Liberalism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PJ	Palestras sobre Jurisprudência
RN	Riqueza das Nações
TSM	Teoria dos Sentimentos Morais

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparação das teorias rivais pelos critérios
sincrônicos.....**Erro! Indicador não definido.**

Nenhuma entrada de índice de ilustrações foi encontrada.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	OBJETIVOS	15
1.1.1	Objetivo Geral.....	15
1.1.2	Objetivos Específicos.....	15
1.2	JUSTIFICATIVA	15
2	METODOLOGIA.....	17
3	CONTEXTUALIZAÇÃO	19
3.1	CONTEXTO SOCIAL DO ILUMINISMO ESCOCÊS	20
3.2	CONTEXTO INTELECTUAL DO ILUMINISMO ESCOCÊS.....	23
3.2.1	Jurisprudência Natural no Iluminismo Escocês	26
3.2.2	Humanismo Cívico no Iluminismo Escocês	28
3.2.3	Egoísmo e Comércio	31
3.3	A “TEORIA DOS SENTIMENTOS MORAIS” DE SMITH”	32
3.3.1	Filosofia Moral Baseada em Experiência	32
3.3.2	Simpatia e Imaginação	34
3.3.3	Virtudes Cardinais de Smith	37
3.4	A “RIQUEZA DAS NAÇÕES” DE SMITH	39
3.4.1	Discurso Econômico em Adam Smith.....	39
3.4.2	Divisão do Trabalho e Progresso Social	41
3.4.3	A Mão Invisível e as Leis de Mercado	42
3.4.4	Problemas no Sistema de Liberdade Natural	44
3.5	LEITURAS E RELEITURAS DO GÊNIO ESCOCÊS	46
3.5.1	As Várias Interpretações de um Complexo Smith	47
4	ADAM SMITH: O LIBERAL DE JOSEPH CROPSY OU EM UM CONTEXTO REPUBLICANO DE WINCH.....	49
4.1	O QUE É O LIBERALISMO?	50
4.1.1	Breve contextualização sobre a tradição liberal	50
4.2	FUNDAMENTOS DA INTERPRETAÇÃO DE UM SMITH LIBERAL A PARTIR DE CROPSY	53
4.2.1	As virtudes cardinais smithianas a partir de Cropsey	56
4.2.3	A relação comércio e liberdade em Smith segundo Cropsey.....	58
4.2.4	O veredito de Cropsey sobre as intenções de Smith	61

4.3	O QUE É O REPUBLICANISMO?	63
4.4	SMITH EM UM CONTEXTO REPUBLICANO PELAS LENTES DE WINCH... ..	65
4.4.1	Literatura base para interpretação de Winch	66
4.4.2	Um contraste entre mestre e aluno: Hutcheson e Smith.....	68
4.4.3	Uma relação complexa entre comércio e liberdade.....	72
4.4.4	A importância da justiça em Smith.....	73
4.4.5	Importância do espírito marcial e da educação para a sociedade	74
4.4.6	Opiniões políticas de Smith a partir do debate sobre a dívida pública	76
4.4.7	A complexa opinião de Smith no caso da revolta das colônias americanas	78
4.4.8	A posição política de Smith de acordo com Winch.....	80
5	COMPARAÇÃO DE TEORIAS RIVAIS ATRAVÉS DA LÓGICA DA	
	HISTÓRIA DAS IDEIAS DE BEVIR	82
5.1	COMPARABILIDADE DAS TEORIAS RIVAIS DE CROPSEY E WINCH PELOS	
	CRITÉRIO SINCRÔNICOS	84
5.1.1	Tradição de pensamento e interpretação das intenções de autores do passado	87
5.1.2	Honestidade e intelectual como comportamento essencial para objetividade na	
	história das ideias	89
5.1.5	Natureza humana em Smith a partir de Winch e Cropsey.....	95
5.1.6	Virtudes cardinais em Smith por Winch e Cropsey	97
5.1.7	Sociabilidade e política em Smith	100
5.1.8	Comércio e liberdade em Smith	102
5.1.9	Problemas nas sociedades comerciais	106
5.2	COMPARAÇÃO DAS TEORIAS RIVAIS PELOS CRITÉRIOS DIACRÔNICOS	
	110
5.2.1	Críticas e as resposta de Cropsey	111
5.2.2	Respostas aos críticos de Winch	113
6	CONCLUSÃO.....	118
	REFERÊNCIAS.....	123

1 INTRODUÇÃO

Adam Smith, que recebeu de Jacob Viner (1927) o título de “o grande eclético”, observava o mundo e seus componentes como um sistema complexo e com muitos particularismos. Heilbroner (1996) assinala que o professor genial, porém distraído, nascido em Kirkcaldy na Escócia no ano de 1723, “pintou o primeiro verdadeiro quadro da sociedade moderna e todo o mundo ocidental tornou-se o mundo de Adam Smith: sua visão tornou-se a receita para os olhos de gerações” (Heilbroner, 1996, p.42). O autor, que passou por Oxford e exerceu o ofício de ensino na universidade de Glasgow, um dos principais centros do iluminismo escocês, eternizou suas ideias em duas grandes obras: "*Teoria dos Sentimentos Morais*" (1759); e "*Riqueza das Nações*" (1776), que são continuamente exploradas e debatidas desde suas respectivas publicações. Smith possui interesses variados e, em seus escritos, faz discussões que aparentemente são intrínsecas, particulares, e com um teor até psicológico, mas que, surpreendentemente, auxiliam na formulação de uma teoria dos sentimentos morais. Por sua vez, estes compõem o sistema apresentado em sua "*Riqueza das Nações*", sendo que neste meio tempo a infinidade de temas que surgem tornam todo o caminho repleto das mais ricas ideias.

Tendo essas complexidades em vista, podemos esperar extensos debates em torno do que Adam Smith escreveu, e certa dificuldade de o definir como pertencente de uma tradição de pensamento específica, conforme destacado por Brown (1997) e Cerqueira (2005). Por muito tempo, ele foi visto como um fundador da corrente que no século XIX viria a ser conhecida como liberal. Porém, nos últimos anos, os rumos deste debate vêm se modificando, principalmente após o bicentenário da "*Riqueza das Nações*" (1776), onde outros materiais sobre Adam Smith foram publicados e reunidos em um projeto desenvolvido dentro da Universidade de Glasgow. Tal estudo contou com textos alternativos (cartas, resenhas, rascunhos e anotações), que contribuíram para a robustez das fontes de pesquisa. Nesse período, também ocorreu o surgimento de novas abordagens a fim de estudar a história das ideias. Destaca-se, especialmente, a chamada “Escola de Cambridge”, que conta com nomes como Quentin Skinner (2002), John Pocock (1975), John Dunn, Richard Tuck, James Tully. Estes argumentam basicamente que, para que se tenha uma melhor compreensão das intenções de um autor, é necessário considerar o contexto intelectual e linguístico onde ele está inserido. A partir destes acontecimentos, o momento se tornou propício para o surgimento de diferentes abordagens e formas de ler Smith, principalmente no que se refere ao entrelaçamento da teoria moral e da economia política do autor, categorizados em quatro grandes áreas por Brown (1997)

e cinco por Cerqueira (2005). A primeira, e que historicamente vem sendo predominante, é a que Smith, principalmente em sua *“Riqueza das Nações”*, já enuncia pressupostos de um economista liberal. A segunda o vê como um “economista moral”, enquanto a terceira o enquadra como um “filósofo moral”, preocupado com questões de economia política, além dos valores cívicos da antiga tradição republicana. Já a quarta abordagem procura dar destaque para as ambiguidades presentes no pensamento do autor escocês. Cerqueira (2005) acrescenta uma quinta categoria que, de acordo com ele, trataria as análises econômicas de Smith independentemente de suas concepções filosóficas. Algo notável e que merece destaque diz respeito a terceira corrente, que aproxima os escritos de Adam Smith da tradição republicana, e que tem ganhado força principalmente após o *“Revival Republicano”*, durante a década de 1970. Contrastando as novas ideias com a abordagem que tem dominado as discussões historicamente, uma pergunta que pode ser feita é se Adam Smith é um herdeiro da tradição republicana ou fundador da corrente que viria a ser conhecida como liberal. Entre os intelectuais que inserem o autor principal do trabalho como precursor de uma visão acerca da economia e da política, consolidada no século XIX, e que é amplamente conhecida como liberalismo - que corresponde à defesa de uma sociedade organizada por mercados e com a mínima interferência do Estado, pois só assim se consegue preservar a liberdade e o progresso - de acordo com Brown (1997) e Cerqueira (2005), estão: Cropsey (1957, 1975, 1993); Meek (1956); Minowitz (1993); Caygill (1989); Guillory (1993) e Shapiro (1993). Por outro lado, aqueles que o veem como um herdeiro de algumas ideias difundidas pela tradição republicana, como governos de constituição mista, liberdade, educação cívica e moral e uma preocupação com as virtudes e o bem-público são: Winch (1978, 1983, 1991); Muller (1995); Fitzgibbons (1995); Haakonssen (1981, 1996, 2006) e Evensky (1989, 1993).

A discussão apresentada nas linhas acima se estende ao longo dos anos e se torna mais robusta, com diversos autores analisando Adam Smith sob diversas perspectivas. Desta forma, o presente trabalho pretende abordar a problemática: Adam Smith é herdeiro da tradição republicana ou fundador da corrente liberal? A maneira de responder a esta pergunta aqui proposta é utilizar os argumentos levantados por Cropsey, que vê Smith como um liberal, por ser esse autor um dos primeiros a tratar com maior afinco os paradoxos envolvidos na dita defesa de um capitalismo liberal, assim como tratar sobre os dois grandes temas em Smith: política e economia. Em um segundo momento, analisa-se os argumentos do pioneiro da leitura mais contextualista de Smith, Donald Winch, e que o insere em uma perspectiva onde a linguagem republicana ainda exercia influência. Por fim, a comparação dos argumentos será efetuada utilizando da discussão sobre objetividade na lógica da história das ideias, de Mark

Bevir, como uma linha guia para conseguir delimitar, estruturar e tirar conclusões de forma mais objetiva possível sobre o debate em questão.

1.1 OBJETIVOS

A fim de responder à pergunta proposta neste trabalho, de forma estruturada e clara, definiu-se um objetivo geral e três objetivos específicos que são apresentados a seguir.

1.1.1. Objetivo Geral

Tendo em vista a discussão apresentada na parte inicial deste trabalho sobre as variadas formas de ler o autor destaque do iluminismo escocês, o objetivo geral do trabalho é compreender em qual tradição de pensamento, republicana, como explorada por Winch, ou liberal conforme Cropsey, as obras de Adam Smith melhor se enquadram utilizando a lógica da história das ideias de Mark Bevir como linha guia.

1.1.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral descrito anteriormente, delimitaram-se três objetivos específicos:

- a) Contextualizar as obras de Adam Smith social e intelectualmente.
- b) Reconstruir parte do debate que insere Adam Smith em um contexto republicano, a partir de Winch, e fundador da corrente liberal, conforme Cropsey.
- c) Comparar a discussão, se Adam Smith é herdeiro da tradição republicana, a partir de Winch, ou fundador da corrente liberal, conforme ideias de Cropsey, utilizando a lógica da história das ideias de Mark Bevir.

1.2 JUSTIFICATIVA

O presente trabalho nasceu da curiosidade por aprender e compreender as ideias do pensador aclamado como pai da economia, aflorada durante as disciplinas (principalmente

Introdução do Pensamento Econômico, Economia Política, Ética e Economia) ministradas no curso de Ciências Econômicas da UFSC. Desde as fases iniciais, somos apresentados ao grande pensador Adam Smith. Neste caminho, diferentes faces foram conhecidas. Ora, um autor que inspirou os modelos mais tradicionais de economia, onde o agente busca seu interesse próprio e, com isso, ocasiona a harmonia social, além de um defensor do livre mercado. Outras vezes, identificava-se um Smith preocupado com questões morais e com algumas críticas à classe burguesa, ao espírito de monopólio e defesa de certa participação Estatal na sociedade para garantir a coesão social.

A primeira obra do autor em questão com a qual tive contato, foi a tão famosa "Riqueza das Nações" e, posteriormente, no Núcleo de estudos do Pensamento Político (NEPP) foi lido e discutido a "Teoria dos Sentimentos Morais". Sendo que no grupo de estudos (NEPP) tradicionalmente se discute temas ligados à tradição republicana, nasceu a pesquisa de iniciação científica orientada também pelo professor Marcos Valente, essa que tinha como objetivo a análise das possíveis influências do pensamento republicano nos escritos de Smith. Com isso, meu repertório de leitura foi ampliado, entrando em contato com autores como Winch, Cerqueira, Brown, Casassas e Kalyvas e Katznelson. Tomada por esses questionamentos e as diferentes visões de um autor com tamanha complexidade, resolvi, neste momento, debruçar-me sobre o tema, comparar os debates e buscar, da maneira mais objetiva possível, a resposta para a pergunta: Adam Smith é herdeiro da tradição republicana ou fundador da corrente liberal?

Dada à quantidade de obras publicadas e as distintas formas de ler Smith, pode-se perceber que se trata de um tema amplamente discutido. Porém, muitos autores buscam defender seus pontos nas tradições e metodologias que acreditam estar mais de acordo com as intenções dos escritos do professor, e proeminente figura do iluminismo escocês. Diferenciando-se desta linha, o presente trabalho pretende lançar um olhar comparativo entre os argumentos explorados pelas teorias rivais, neste caso, republicana e liberal. O trabalho é um exercício da aplicabilidade da metodologia de Mark Bevir (2008) apresentada na "Lógica da História das Ideias".

Smith é uma figura de autoridade e que influencia vários campos do pensamento. Fazer um estudo como o que se propõe aqui, de conceber as complexidades do autor e as disputas sobre suas intenções é um exercício que pode render reflexões frutíferas. Muitas das premissas de comportamento e natureza humana, principalmente nas ciências econômicas, são teoricamente baseadas no indivíduo auto interessado smithiano. Além disso, Smith é um autor que tece considerações sobre três reinos que na atualidade são vistos como distintos: a

economia, a política e a moral. Nos últimos tempos pode se notar uma busca por reencontrar a economia e a ética como no *oikos* de Aristóteles, explorado por autores como Todorov (1992), Hirschman (1981), Giannetti (1990), Amartya Sen (2011). Em Smith, como defendido por Amartya Sen (2011) e Kalyvas e Katznelson (2008) pode se encontrar ideias que unem estes dois mundos, o de mercado e o moral, um encontro entre o mundo antigo e o moderno.

2 METODOLOGIA

No presente trabalho, busca-se identificar espaço para uma comparabilidade do debate que inclui Adam Smith em duas diferentes tradições de pensamento, liberal e republicana. Para alcançar tal feito, o método mais apropriado é o indutivo, este sendo definido como “um método responsável pela generalização, isto é, partimos de algo particular para uma questão mais ampla, mais geral” (Lakatos; Marconi, p.86, 2007). Sendo assim, buscar-se-á analisar os argumentos particulares dos autores (Winch e Cropsey) que desenham esse debate e a partir das percepções de cada um, chegar a uma conclusão geral sobre qual tradição de pensamento Adam Smith melhor se encaixa. Ainda no âmbito da metodologia tradicional, Prodanov e Freitas (2013), além de Gil (2007), argumentam que uma pesquisa científica pode ser classificada quanto à sua natureza, objetivos, abordagem e procedimentos. Desta forma, caracteriza-se o presente trabalho como de natureza aplicada no campo da economia política e da teoria política. Quanto ao objetivo, a pesquisa é descritiva pois, para conseguir comparar o debate, será necessária uma descrição bastante detalhada dos argumentos que são utilizados por Winch e Cropsey para defender as teses de que Adam Smith é liberal ou herdeiro da tradição republicana, sendo a realidade neste caso, a dos livros, artigos e autores que descrevem e pintam o autor como uma coisa ou outra. A abordagem por sua vez é qualitativa, pois se trabalha com argumentos, ideologias e ideias a fim de conseguir reconstruir e comparar esse debate com o máximo de razoabilidade e objetividade possível. Por fim, o procedimento adotado vai ser bibliográfico, este momento, tal qual Maquiavel descreve, de ‘colocar suas roupas de corte e entrar nos tribunais veneráveis dos antigos (neste caso também de nossos contemporâneos) e dialogar com eles através dos livros’ (Viroli, 2014, p.31).

Adentrando no mundo particular da lógica da história das ideias, mais especificamente a definida por Mark Bevir (2008), observa-se a busca de uma lógica de justificação para essa. De acordo com o autor, “estudar a história das ideias é estudar a significação, portanto a cultura, de uma perspectiva histórica” (Bever, 2008, p.15), é buscar nas relíquias do passado o seu significado. Bevir (2008) está preocupado em como conseguirmos a verdade sendo que

principalmente nas ciências humanas é difícil trabalhar com a ideia de fatos puros, mas também não é a favor da defesa de que é impossível resgatar o significado hermenêutico dos escritos dos autores do passado. Porém, “podemos correlacionar o conhecimento objetivo com a verdade porque nossa capacidade de achar um caminho ao redor do mundo atesta o conteúdo geral das nossas observações” (Bevir, 2008, p,143)¹. Na história das ideias o modo de conseguir fazer isso é a partir da comparação das teorias rivais em termos de fatos concordantes tendo critérios bem estabelecidos.

O tema da objetividade é parte essencial na construção do presente trabalho. O autor Britânico tem objeções tanto ao objetivismo puro (fé em um método, busca por verdades puras que implicaria ter uma teoria precisa correta), quanto ao ceticismo (que diz que não se pode resgatar os significados de um enunciado histórico), ou seja, defende que a busca pela sustentação de um determinado significado de uma obra histórica e a objetividade neste campo não repousa em um método, nem tampouco em uma lógica de verificabilidade e falsificação. A principal explicação para isso é que não existem fatos. A partir dessa discussão Bevir (2008) defende um novo enfoque da epistemologia, argumentando que, como a experiência contém fatores humanos é preciso incorporá-los. Claro que reconhece que são necessárias medidas para que, ao tentar recuperar os significados das relíquias do passado, o historiador das ideias não trilhe apenas o caminho do subjetivismo e caia no precipício do irracionalismo. Nesse sentido, chama atenção para as virtudes intelectuais e práticas de honestidade intelectual que se resumem basicamente em: levar a crítica a sério; ter claras preferências por padrões estabelecidos de razão e evidência; ter preferência por teorias novas e estimulantes do que previsões negativas que só bloqueiam a crítica. Sendo assim, Bevir (2008) argumenta que objetividade se dá por via da comparação, definindo-a como uma atividade que “decorre de uma prática humana na qual criticamos e comparamos redes de teorias rivais em termos de fatos concordantes”(Bevir, 2008, p.130), sendo que, neste processo de comparação, os critérios utilizados devem ser claros e, em sua obra, Bevir os divide em dois grupos: os critérios das explicações sincrônicas (relacionados com nossas preferências por padrões estabelecidos de razão e evidência) que são: exatidão, abrangência, consistência. Também os critérios de explicação diacrônicas (que se relacionam com as respostas dadas às críticas da teoria) que por sua vez são: progressividade, fecundidade e abertura. Em resumo, para Bevir (2008), os historiadores das ideias deverão seguir um raciocínio dividido em três passos. Primeiro, adotar a forma de raciocínio justificado (objetividade), segundo utilizar o raciocínio explicativo das

¹ Para maiores considerações sobre o tema da verdade, consultar Bevir (2008), p.139-151.

crenças sinceras (sincrônicos (ligação das crenças particulares com as teias de crenças mais amplas e as tradições de pensamento) e diacrônicos (quando uma nova crença surge, chamado de “dilema”, e precisa acomodar o recém-chegado na teia de crença existente)) e, por fim, adotar o raciocínio explicativo do engano. Como o foco do trabalho é comparar duas teorias rivais sobre a posição política das obras de Smith, a ideia é analisar como elas se comportam diante dos critérios de objetividade descritos por Bevir, que serão tratados com mais detalhes na seção 4.5.

Para alcançar os objetivos pretendidos, o trabalho se divide em cinco seções principais. Inicia-se com uma breve contextualização do debate e objetivo do trabalho, feito na introdução. Em seguida, nesta seção, apresentam-se as delimitações metodológicas. Logo após, abre-se o espaço para o referencial teórico do trabalho, contando com a parte de contextualização, tanto social como intelectual de onde Adam Smith está inserido. Exploram-se ainda as obras e argumentos centrais do autor, além da apresentação dos debates em torno da questão se o filósofo/economista escocês se enquadra como um fundador da corrente liberal, ou herdeiro da tradição republicana. Na quarta seção, ressaltam-se alguns aspectos sobre o que se entende como liberalismo e são explorados os argumentos de Cropsey (1957, 1975, 1993), um dos primeiros a trabalhar os paradoxos de Smith, e a oferecer um dos trabalhos mais consistentes e específicos sobre o tema. Em seguida, será feito o mesmo com a corrente liberal, uma breve apresentação e exploração, neste caso, os argumentos de Winch (1978, 1983, 1991), um dos pioneiros desse modo de interpretação. A delimitação dos autores trabalhados em cada parte do debate é decorrente das limitações de tempo, e uma tentativa de debruçar, de forma mais proveitosa, sobre os argumentos de cada um deles. Pode-se ampliar essa reconstrução do debate, ou, até mesmo, analisar outras linhas em trabalhos posteriores. Feita a reconstrução do debate, o passo seguinte é demonstrar a comparabilidade do mesmo através dos critérios de objetividade trazidos por Bevir (2008) na *“Lógica da história das ideias”*, a saber: exatidão, abrangência, consistência, progressão, fecundidade e abertura. Por fim, a última seção é destinada para conclusão do trabalho onde o objetivo é resumir as descobertas dessa comparação dos debates, de forma a responder à pergunta de qual tradição de pensamento Smith se encontra inserido a partir dos argumentos de Winch e Cropsey.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO

Para uma melhor compreensão das ideias de Cropsey e Winch, neste capítulo apresenta-se o contexto particular em que Adam Smith e suas obras estavam inseridos. Sendo assim, a presente seção busca ambientar o local, a sociedade, as ideias pertencentes ao mundo de Adam Smith. O objetivo é explorar, no âmbito social, o surgimento das sociedades comerciais, que Smith e seus contemporâneos vivenciaram, além de trazer elementos de como se organizava e em qual momento se encontrava a Escócia, a terra mãe de Smith. No que se refere ao contexto intelectual, destaca-se a importância de compreender as tradições que estavam em voga e, possivelmente, podem ter influenciado o autor, como, por exemplo: o humanismo cívico, a jurisprudência natural.

Ainda neste capítulo, destaca-se as principais ideias contidas em duas grandes obras de Smith: “*Teoria dos Sentimentos Morais*” e a “*Riqueza das Nações*”. Smith tem alguns outros escritos, como, por exemplo “*Tratado sobre a Astronomia*”, onde apresenta algumas ideias newtonianas que farão parte do modo de fazer ciência do escocês, ressaltando que, a partir de notas de alunos, foram reconstruídos os textos das “*Palestras sobre Jurisprudência*” e “*Palestras sobre Retórica e Belles Lettres*” do autor. Na primeira obra existem algumas ideias que foram trabalhadas em RN, e uma discussão focada nas instituições e sistema legal, e a segunda fala sobre surgimento da língua, uso da retórica e como a comunicação exerce papel importante na sociedade. Porém, para fins de organização e síntese, neste trabalho nos centraremos nas ideias apresentadas nas duas principais obras que foram escritas, publicadas e reeditadas pelo próprio Smith.

3.1 CONTEXTO SOCIAL DO ILUMINISMO ESCOCÊS

Iniciando pelo contexto social, destaca-se que o tempo em que Adam Smith (Século XVIII) viveu é marcado pela ascensão das sociedades comerciais, uma maneira de organização onde a troca exerce um papel central. As opiniões de Smith sobre esse tema são alvos de disputa, pela aparente contradição, pois, ao mesmo tempo em que exaltava os efeitos de uma divisão de trabalho comum nessas sociedades comerciais como geradora de progresso, culpava-a pelo estreitamento intelectual e moral dos indivíduos. Esse também foi um tema comum no debate político do século XVII e, conforme Laureano (2021), a forma de ver essas transformações diferiam, pois, por exemplo, enquanto Smith, Hume e Montesquieu, embora cientes das mazelas desse modo de organização, acreditavam que seus efeitos poderiam ser positivos e contribuir para ordem, bom governo, liberdade e segurança dos indivíduos, Rousseau defendia que o comércio e a modernidade eram as causas da corruptibilidade e decadência da civilização.

Esse é um ponto marcante e que distingue o mundo antigo do moderno, sendo necessárias novas formas de pensar as instituições, os governos, a justiça e a liberdade nesse contexto.

Muitas são as particularidades da Escócia na época do iluminismo escocês. Emerson (2003) faz um retrato detalhado do referido período, iniciando com a sua geografia, pois no século XVIII o território era composto por apenas 10% aráveis, 13% de terras de pastagem de qualidade e 3% florestas que poderiam ser cortadas. O relevo diferente e os variados microclimas dificultavam o cultivo e a exploração. Quanto ao transporte, as costas escocesas eram longas e oceânicas, mas os sistemas fluviais no interior do território não eram úteis para navegação por conta da linha de queda. Sendo assim, os escoceses perceberam a necessidade de encontrar novas formas de produzir mais alimentos e matérias-primas para a indústria. Para alcançar tal objetivo, tornaram-se químicos, geólogos, entre outras profissões, a fim de obter melhores fertilizantes, corantes e riqueza mineral sem deixar de considerar as mudanças sociais e político-econômicas necessárias para o desenvolvimento de sua nação.

Por conta das péssimas condições da Escócia, muitas vezes seus habitantes foram buscar conhecimento e oportunidades em outros países da Europa (Holanda, França, Inglaterra). Com o intuito de redirecionar o seu destino como nação, e reter essas pessoas que saíam à procura de conhecimento, os escoceses se tornaram entusiastas do poder das escolas e passaram a treinar profissionalmente sua população, acreditando que a ciência poderia ser um caminho de melhorias. Observa-se ainda que, a população escocesa só cresceu significativamente, principalmente centros urbanos, quando os efeitos do comércio e aumento de riqueza apareceram. Sendo que o objetivo que perdurou todo o período iluminista era o de “recuperar terras, encontrar novos depósitos minerais, desenvolver indústrias e novos mercados, abrir a pesca e aumentar o comércio” (Emerson, 2003, p.9, tradução própria).

Outro ponto importante que Emerson (2003) salienta, é o complexo contexto religioso-político-econômico escocês, que passou por mudanças marcantes entre os anos de 1680 e 1800. Problemas como o de declínio do comércio, fome pelo fracasso do plano de Darien, conflitos religiosos e discussões sobre a união com a Inglaterra estavam em voga. Sobre as questões econômicas, eles estavam preocupados em como alcançar o crescimento, fosse por meio de princípios mercantilistas ou algo mais parecido com o livre comércio, além de buscarem compreender qual seria o papel dos bancos e do Estado nesse processo de desenvolvimento. Aparentemente, a resposta estava em mais investimentos. Indústrias eficientes e mercados maiores, sendo que esse caminho levava à união com a Inglaterra e o acesso aos seus mercados, que de fato aconteceu em 1707 (embora as vantagens comecem a aparecer próximo a 1725). Existiam também, preocupações políticas nesta discussão, pensando em quem teria o poder,

como se daria a relação entre esses dois povos etc. E “a união era um problema contínuo para os esclarecidos, que tentaram permanecer escoceses enquanto assimilavam aspectos da cultura inglesa” (Emerson, 2003, p.14, tradução própria). Na concepção de um dos maiores patrocinadores do movimento da iluminação, o terceiro duque de Argyll, o segredo era manter ingleses fora dos escritórios e centros de decisões e aproveitar ao máximo as oportunidades comerciais. Outros percebiam a união como questão de honra e igualdade com os ingleses, além de ter uma milícia para proteger seus territórios.

A União, conforme Emerson (2003), também teve consequências religiosas para os escoceses. O Kirk, que foi restaurado aos presbiterianos em 1690, precisou se adequar às mudanças, tornando as perseguições religiosas mais brandas. Principalmente, depois do triunfo do Partido Moderado em 1750 passou a ter uma atuação mais tolerante. Um evento importante nesse contexto foi a ascensão em 1762 de William Robertson, diretor da universidade de Edimburgo, como moderador da Assembleia Geral. Com o tempo e algumas manobras, escoceses ligados ao movimento do iluminismo (chamados de Moderados) começaram a ser dominantes na assembleia e assim conseguiram monitorar a nomeação de ministros preocupados com as melhorias, e simpáticos às ideias do iluminismo. Os Moderados eram também cristãos, seguindo a tradição Kirk, mas ao contrário de enfatizarem as ideias mais radicais, como as de castigo e inferno, preferiram focar nos ensinamentos bíblicos sobre deveres sociais, ocasionando reação de um movimento com um teor mais extremista, os “*High-flyers*”.

A Escócia da época do iluminismo tinha um ar cosmopolita, conforme destaca Emerson (2003), e buscava inspiração no mundo, tanto em termos práticos como no das ideias. Os escoceses se relacionavam e obtinham aprendizados importados de Londres sobre temas como moda, política, literatura e ciência. Porém, deve-se lembrar de que muito do Iluminismo Escocês veio também da França, Holanda e Suíça, e refletiram nas suas ideias filosóficas, conhecimento sobre medicina e ciência, além de absorver, de certa, forma a tolerância e a teologia liberal mais comum entre os holandeses e suíços. Essa busca pelo novo e em várias fontes, fez-se presente também nas reformas educacionais nas universidades que passaram a ser menos seminaristas e mais abertas ao novo, adicionando, de acordo com Emerson (2003), mais cadeiras em áreas como humanidades, matemática, direito, botânica, medicina e diversas línguas nas principais universidades do país, que naquele momento eram Edimburgo, Glasgow, St. Andrews, King’s College e Aberdeen. As ideias de Newton foram incorporadas nos estudos matemáticos, o interesse por questões dos humanos e da sociedade foram levantadas pelas cadeiras de moral e jurisprudência. As bibliotecas foram incrementadas, e nas cidades surgiram clubes intelectuais onde se discutia o futuro daquele povo. Outros arranjos institucionais que

valem a pena ser destacados, envolvem o fato de que 1723 a Assembleia de Edimburgo foi revivida. Já em 1727, o “*Royal Bank of Scotland*” foi estabelecido (Smith fala sobre esse cenário de regulamentação bancária e financeira dos especuladores em sua “*Riqueza das Nações*”). Em 1728, foi inaugurado o Conselho de Curadores de Artes, Pescas e Manufaturas objetivando discutir formas de melhoria da economia. Já em 1729, criou-se a academia de São Lucas, primeira escola de arte em Edimburgo. Emerson (2003) salienta que embora muitas dessas sociedades de discussões intelectuais foram criadas em Edimburgo (o movimento nesse local era composto por pessoas como militares, juízes, administradores civis), não se pode deixar de destacar outros dois grandes centros da iluminação escocesa: Glasgow (onde a liderança era exercida por homens universitários, comerciantes e advogados) e Aberdeen (movimento composto principalmente pela comunidade médica e a nobreza da área) gerando assim, diferentes contextos e buscas por interesses diversos, inspirando-se no mundo, mas sensíveis a suas próprias realidades em busca de melhorias.

Berry (2013) traz mais informações sobre Glasgow, onde Smith viveu boa parte do tempo, e que se beneficiou muito com o acesso aos mercados ingleses, que tinha como principal atividade econômica a agricultura e a produção têxtil, principalmente linho. Nesse período, houve um crescimento no comércio de tabaco. Smith conhecia vários dos senhores do tabaco, como por exemplo Andrew Cochrane. Importante lembrar que, como a indústria mais pesada (mineração, química, fundição) se desenvolveu mais tarde, as observações de Smith dizem respeito a uma indústria que funcionava em pequena escala, e, portanto, suas ideias econômicas devem levar esse fato em consideração.

3.2 CONTEXTO INTELECTUAL DO ILUMINISMO ESCOCÊS

No que diz respeito ao contexto intelectual do iluminismo, Heilbroner (1986) destaca que é um movimento amplo, onde há comunicação entre as vertentes, embora, elas difiram em alguns pontos. O ápice foi na França com pensadores como Montesquieu, Voltaire, Diderot, Rousseau. Na Alemanha, a figura de destaque é Kant; na Itália, o historiador e filósofo Giambattista Vico e o jurista Beccaria; na Inglaterra Locke, Gibbon e Burke; na América Benjamin Franklin; e no centro, que exerce papel importante neste trabalho, a Escócia, figuram principalmente dois grandes nomes: David Hume e Adam Smith. Cerqueira (2006a) analisa o debate sobre o conceito de iluminismo e concorda que não é um movimento homogêneo, principalmente, quando se fala das variantes nacionais que estão ligadas com seus contextos e

aspectos culturais. Porém, realça que algumas ideias são comumente trabalhadas pelos envolvidos no que se convencionou chamar de iluminismo, como, por exemplo:

A defesa da ciência e da técnica como meio de melhorar a condição material e espiritual da humanidade; a crítica a superstições e a defesa da tolerância ético-religiosa; defesa dos direitos naturais e inalienáveis do homem; a rejeição dos sistemas metafísicos dogmáticos e sua substituição por uso da razão submetido ao crivo crítico da experiência; luta contra privilégios e tiranias (Cerqueira, 2006a, p.3).

Quando Cerqueira (2006a) analisa o conceito do iluminismo, faz um importante adendo sobre como esse foi um movimento consciente de si, pois seus membros se percebiam como um grupo na busca do esclarecimento. Um movimento que, conforme Kant (1984) definiu, era uma espécie de atitude, uma saída do ser humano de sua “menoridade” (incapacidade de fazer uso de seu sentimento sem a direção de outro indivíduo), da qual ele próprio é culpado (pela falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem).

Na Inglaterra, Cerqueira (2006a) descreve, que o movimento iluminista se desenvolveu conjuntamente com várias transformações sociais como: o fim do absolutismo, crescimento populacional, alargamento do comércio etc. Sendo assim, reflexões sobre essas mudanças surgiram, resultando em um florescimento da razão, e uma consciência da importância da tolerância religiosa e da liberdade de expressão. Muito do que acontecia na Inglaterra ressoava também em território escocês, inclusive, o tipo de linguagem utilizada nos discursos, o humanismo cívico e a jurisprudência natural, sendo mobilizadas por pensadores desses dois países. Amadeo (2012) destaca que no século XVII a Inglaterra, onde o “mundo” era regido principalmente pela *common law*, sendo a legitimidade das ações políticas e sociais baseadas na experiência e defendiam a autoridade dos reis dada por Deus, sofreu uma ruptura institucional e da ordem política, com a revolução gloriosa de 1692. Desta forma, abriu-se espaço para novas discussões do arranjo institucional, dissertando sobre temas como: direito, propriedade, revolução, e a relação entre autoridade política e obrigações, que permitiram novas ideias nos discursos políticos, em que as linguagens da jurisprudência natural, com Hobbes e Locke principalmente, e do humanismo cívico, na figura de Harrington, fizeram-se presente.

Porém, conforme Cerqueira (2006a) salienta, não se pode considerar o iluminismo inglês e escocês como um movimento homogêneo, principalmente pela questão do idioma, que não era tão semelhante, dificultando que tivessem um mesmo público leitor e, também, por desconsiderar as particularidades do período do “esclarecimento” na Escócia. Como exemplo dessas diferenças, é importante a lembrança de que a união da Escócia com a Inglaterra foi feita

com muitas oposições, principalmente dos jacobinos e, mesmo entre os apoiadores, por certo tempo se manteve a ideia de ter uma milícia nacional (tema explorado por Ferguson, Hume e Smith). Além do mais, conforme Emerson (2003), nesse processo de tornarem-se “Bretões do Norte”, os escoceses procuraram manter o controle sobre suas instituições nacionais, como: a igreja, o sistema legal e suas universidades.

Heilbroner (1986) destaca que as palavras recorrentes dos tempos do iluminismo eram: educação, esclarecimento e desmistificação. Embora haja todo esse debate em lançar luz sobre a ignorância, emancipação da razão, a maioria dos pensadores, principalmente os escoceses (e Smith deixa isso bem evidente em sua “*Teoria dos Sentimentos Morais*”), estavam cientes que os humanos são seres complexos e dotados de paixões que dominam parte considerável de suas vidas. Emerson (2003) afirma que o iluminismo escocês foi de uma natureza altamente social, já que os escritores foram mantidos unidos por laços de amizade, argumentando e debatendo uns com os outros e criando clubes e sociedades para facilitar as discussões. Além do mais, nos debates recorrentes era notória a relação próxima entre economia e política, principalmente na questão sobre a união entre Escócia e Inglaterra. Buscavam entender como se daria a distribuição de poder, quem mandaria e como funcionaria essa relação. Heilbroner (1986) define que o objeto de pesquisa de Smith era o mundo social (natureza humana, a história, a psicologia social) e, a partir dessas observações, projetava suas ideias, sempre buscando pela essência das coisas e os princípios de funcionamento. Inclusive, Berry (2013) e Montes (2004), em seus escritos, falam sobre a existência de uma interpretação que considera a influência de Newton e seu modo de fazer ciência em Smith. Uma particularidade do contexto intelectual escocês que é exposta por Ribeiro (2009), a partir de Hamowy (1987), trata sobre a contribuição metodológica da teoria de uma ordem espontânea da sociedade, onde “as estruturas sociais complexas - como a economia, as instituições políticas ou a própria moralidade - não são resultado de uma suposta “inteligência” unificadora e estritamente racional, mas de um enorme conjunto de ações individuais cuja característica essencial é a satisfação de necessidades imediatas” (Ribeiro, 2009, p.77).

É importante destacar, para a compreensão do contexto intelectual do movimento iluminista escocês e para embasamento do presente trabalho, as duas linguagens que foram mobilizadas pelos escoceses do referido período, que são: a da jurisprudência natural e do humanismo cívico. Nesse sentido, muitos debates que estavam em pauta, e são abordados por Smith em alguma medida, estão embasadas nas tradições de pensamento da jurisprudência natural e do humanismo cívico.

3.2.1 Jurisprudência Natural no Iluminismo Escocês

A Escócia que vivenciou o iluminismo passou por muitas transformações, principalmente, com o avanço do comércio e instabilidades políticas. Abriu-se, então, espaço para variadas discussões que, em certa medida, exploravam as linguagens disponíveis e inseriam novos elementos. Uma das linguagens mobilizadas na Escócia foi a da jurisprudência natural, esta que “desempenhou um papel fundamental tanto para a consolidação de uma identidade nacional, quanto no domínio de ideias como liberdade, economia e moralidade” (Ribeiro, 2009, p.84).

Ao fazer uma síntese do uso da linguagem da jurisprudência natural na Escócia do iluminismo, Ribeiro (2009) destaca que a grande influência na doutrina da lei natural foi Hugo Grotius que, diferente de Hobbes, outro importante teórico desta tradição, acreditava na premissa de que a sociabilidade humana é algo natural. Na Escócia, um dos grandes responsáveis pela disseminação e sistematização desse pensamento foi Gershom Carmichael (século XVIII), tomando uma posição mais empírica e com elementos Newtonianos. No interior dessa linguagem, discussões sobre a liberdade foram travadas, servindo como crítica contra poderes considerados abusivos que provinham do Estado já que, nessa teoria, partiam do pressuposto que os indivíduos possuíam uma liberdade natural, que era anterior ao Estado. Neste contexto, a lei era fundamentada em um sistema que se baseava em princípios auto evidentes (critérios de observação), e a ênfase dos assuntos tratados nesta tradição repousava em questões mais práticas como, por exemplo: vida social, política e economia.

Quem absorve parte dessa tradição é Francis Hutcheson, segundo sínteses de Goldsmith (1988), Cerqueira (2006b), Ribeiro (2009) e Amadeo (2012), que em 1729 sucede Carmichael na cadeira de filosofia moral em Glasgow. No prefácio de sua “*Short introduction to moral philosophy*” (1772), além de citar como fonte de conhecimento sobre a moral autores clássicos (Platão, Xenofonte, Aristóteles), ele diz consultar a teoria da lei natural derivada de Grotius e Puffendor, especialmente as notas de Harrington, Locke ou Bykenschoe. Partindo de uma visão também empírica, o autor considerava que as leis naturais consistiam em regras que têm sua fundação em certas disposições humanas, sendo que a moralidade é construída a partir dessa experiência e dos julgamentos que fazemos de nós mesmos, e dos outros. Nesse sentido, a sociedade civil tem como função o melhoramento moral da humanidade, e seu principal propósito é o desenvolvimento crescente da motivação à cidadania. Porém, o autor adverte que, como somos seres imperfeitos, e nosso senso moral pode falhar, não há regra natural ou nenhum direito inequívoco para que um possa mandar nos demais, sendo implicação disso que o direito

da sociedade deve ser constituído por consenso de todos os envolvidos. Nesse sentido, os poderes políticos devem ser distribuídos e os valores mais caros para a sociedade civil devem ser os da tolerância religiosa, o da liberdade de opinião e expressão. Como o autor célebre do iluminismo escocês compreendia ser o bem dos cidadãos superior à vontade do poder do Estado, seu objetivo era transferir a base dos julgamentos morais que permaneciam com as autoridades tradicionais, e direcionar para os sentimentos coletivos, independentemente de onde habitasse (província ou metrópole), sendo que vê o povo possuído de direito para controlar seus governantes.

É válido ressaltar que as ideias de sociedade civil de Hutcheson parecem entrelaçar tanto a linguagem do direito natural, como a do republicanismo, a partir de três autores principais: Pufendorf, Locke e Harrington. Goldsmith (1988), analisa que Hutcheson utiliza ideias de instituições tripartidas de governo civil de Pufendorf ao falar sobre o contrato original, que são basicamente: 1) um acordo para união do corpo político, 2) nomeação da forma de governo e seu povo, 3) um contrato entre governo e povo. Depois, insere em sua teoria a divisão lockeana do poder governamental e, por fim, incorpora uma discussão republicana, com elementos discutidos por Harrington (considerado um dos maiores expoentes do humanismo cívico na Inglaterra), sobre as formas de governo, a superioridade do governo misto e dos perigos do luxo e da corrupção dos costumes. Goldsmith (1988) ainda faz uma listagem de elementos tratados por Hutcheson em “*A system of moral philosophy*”, assim como em “*Short introduction*”, que se são temas tradicionais de direito natural: “a natureza humana; o bem supremo; direitos e deveres anteriores ao governo civil, incluindo propriedade e contrato; relações sociais e políticas, incluindo marido e mulher, pais e filhos, senhor e servo; instituindo o governo; os direitos dos governantes e os limites desses direitos; guerra e paz” (Goldsmith, 1988, p.593).

Goldsmith (1988) argumenta que, em David Hume, as ideias derivadas da jurisprudência natural estão na ênfase que ele dá à importância das regras de justiça, e do governo regular para a sociedade. Claro que, o mais cético dos autores do iluminismo escocês, não adere completamente os elementos dessa tradição, pois não há em seus escritos nenhum estado de natureza, nenhum direito natural, nenhum contrato da sociedade e do governo. Além do mais, Goldsmith (1988) argumenta que também há fragmentos da teoria do direito natural em Adam Smith. Como, por exemplo, nas “*Palestras sobre Jurisprudência*” são abordados assuntos comuns desta tradição, podendo citar: direito público (origem, direitos e deveres do governo), direito doméstico, e direito privado (propriedade e contratos).

Tendo em vista as ideias apresentadas nesta seção, cabe evidenciar, conforme em Cerqueira (2006a), a negação de um pressuposto bastante comum na teoria do direito natural por vários autores do iluminismo escocês: o do estado de natureza pré-social. Ferguson, por exemplo, argumentava que o conhecimento deveria provir dos fatos observáveis, e ao se embasarem na história e na realidade vivenciada, percebiam que a humanidade sempre esteve organizada em grupos e sociedades. Ainda a partir deste debate, Cerqueira (2006a) argumenta que existe pelo menos quatro explicações para a sociabilidade humana no iluminismo escocês, sendo elas: 1) instinto social, fruto da defesa de Lord Kames, 2) desdobramento da família, no sentido de propensão natural que existe entre os sexos e preocupação com a prole comum (Hume), 3) sociabilidade é derivada do sentimento de amizade que une as pessoas sem nenhum interesse em tirar vantagem (Ferguson), 4) decorre, pois, os humanos são suscetíveis aos hábitos (comportamentos adquiridos e fixados ao longo do tempo) e mantêm a sociedade, enfatizando o papel dos costumes na sociabilidade (Ferguson e Hume). Esses hábitos ainda contribuem para constância e estabilidade das instituições essenciais para a sociedade e, como “diminuem o leque de opções disponíveis para agir contribuem para reduzir a incerteza e a desordem da vida” (Cerqueira, 2006a, p.23). Sendo assim, os escoceses argumentavam que “as transformações não poderiam ser feitas por rupturas, mas sim, com transformações lentas e constantes dos sentimentos humanos aos quais os costumes estão associados” (Cerqueira, 2006a, p.23). Desta forma, em geral, os membros do iluminismo escocês, como Hume e Smith, acabavam por negar, também, que a sociedade poderia ser explicada pelo resultado de um cálculo racional e, que através de uma espécie de contrato que se deu origem a sociedade civil, e a legitimidade dos governos, sendo que o argumento de Hume e Smith contrariando os contratualistas é bastante simples: não há registro nem lembrança na história sobre tal acordo e, mesmo pessoas de lugares que nunca ouviram falar sobre o contrato social, têm consigo a ideia de respeito às autoridades.

3.2.2 Humanismo Cívico no Iluminismo Escocês

A outra linguagem disponível, que foi bastante utilizada e norteou as problemáticas de muitos autores no iluminismo escocês, é a do humanismo cívico. Essa tradição se relaciona com a antiguidade clássica, que teve um importante ápice no renascimento florentino, principalmente na figura de Maquiavel, e sistematizado no pensamento inglês (século XVII) por James Harrington. Goldsmith (1988) argumenta que, com Harrington na Inglaterra, o humanismo cívico foi utilizado para se opor à coroa e às medidas do partido Whig, como: expansão do crédito público, a corrupção da corte Whig ao permitir que a constituição fosse

influenciada por especuladores e homens endinheirados. Ribeiro (2009) salienta que os adeptos dessa tradição também, em geral, eram contrários à profissionalização do exército, já que partiam da importância da virtude da coragem dos cidadãos, que deveriam estar dispostos a pegar em armas para defender a cidade. Com a profissionalização, aconteceria um alheamento voluntário dos cidadãos em relação à segurança comum. Uma figura importante nesse sentido foi Andrew Fletcher, ‘que panfletou contra exércitos permanentes em 1697, encorajou o desenvolvimento agrícola e comercial na Escócia, fez oposição à união com a Inglaterra caso fosse feita sem limitações aos poderes da coroa, e propôs um plano de união com descentralização’ (Goldsmith, 1988, p.588, tradução própria).

O ideal de cidadão virtuoso, segundo Ribeiro (2009), era quem deveria ser capaz de manter a integridade do Estado sendo que, para isso, não poderia estar envolvido com assuntos mundanos, como o comércio, mas empenhado e com tempo suficiente para pensar o bem comum. O oposto das virtudes era a corrupção, e ela estava sempre à espreita. Inclusive, conforme Ribeiro (2009) salienta, muitos dos entusiastas do humanismo cívico enxergavam as transformações econômicas na Inglaterra do século XVII e Escócia XVIII como uma ameaça para a integridade do “público”, já que as pessoas passavam a estar cada dia mais envolvidas no mundo do comércio, e isso poderia significar uma primazia da busca pelo benefício individual levando a república a se corromper, e ocasionar a perda da liberdade cidadã. Tendo em vista essa temática, Goldsmith (1988) ressalta que a tradição republicana acreditava que a corrupção poderia ser retardada através da virtude cívica e das instituições políticas. De tal maneira, propunham-se a defender a checagem de poder excessivo, a ideia de encorajar o espírito público através de serviços militares, e honrando os serviços públicos. Além disso, seria necessário a garantia da independência, contra possíveis subornos, através de qualificação de propriedade para titulares de cargos e cidadãos. Também, a partir da visão polibiana de que as boas formas de constituição de governo (monarquia, aristocracia e democracia) geralmente se degeneravam (tirania, oligarquia e oclocracia), faziam a defesa de algumas medidas institucionais para retardar essa degeneração, como, por exemplo: estabelecendo uma constituição mista, podendo ter tanto um balanceamento a partir das classes (povo contra os grandes) quanto com elementos constitucionais (um executivo forte como uma monarca, um senado aristocrático e uma assembleia popular).

Francis Hutcheson, conforme Goldsmith (1988), também absorveu parte da tradição do humanismo cívico. As ideias de Harrington aparecem em seus escritos, principalmente ao tratar sobre o governo, ao fazer considerações sobre as vantagens e desvantagens de o poder estar sob a tutela de um (monarquia), dos poucos (aristocracia), ou dos muitos (povo), além de

perceber a importância de um governo de constituição mista perante as instabilidades, advogando também pela rotatividade no poder. O autor percebe a função do governo como sendo a busca pelo bem comum, e concorda com a tradição republicana de que a propriedade é a base de poder, sendo necessária uma lei agrária bem definida. Além do mais, apresenta algumas ideias que condizem com a defesa da importância do povo como, por exemplo, ao dizer que como os sentimentos morais humanos podem falhar, precisa-se do consenso de todos para constituir o direito da sociedade e, ao discutir sobre os perigos do luxo e da corrupção dos costumes.

David Hume absorve parte da tradição do humanismo cívico também, embora, conforme Goldsmith (1988), sua relação seja menos direta. O filósofo escocês, inclusive, argumenta que a ideia de virtude antiga é incompatível com os tempos da modernidade. Porém, segundo Goldsmith (1988), a ideia de liberdade em Hume apresenta uma ligação com o conceito de liberdade defendido por Cícero, que se definia em termos de segurança e propriedade do indivíduo, limitando abusos e dominação, tanto vinda do Estado, quanto de outros membros da sociedade. Assim, a liberdade não seria medida em termos de participação política (como defendido pelos republicanos mais ligados aos clássicos gregos, e que teve voz no mundo contemporâneo muito fortemente pela figura de Pocock) mas, através do direito de posse e de investimento, de melhoria da qualidade de vida e de iniciativa privada. Nesse sentido, o oposto da liberdade na modernidade seria a miséria, que impossibilitava a aquisição de cidadania plena. Inclusive Hume, de acordo com Goldsmith (1988), discordava da superioridade das repúblicas já que, na modernidade, a monarquia inglesa se configurava como um governo das leis e não dos homens, assim como nas antigas repúblicas. Goldsmith (1988) salienta que o filósofo escocês aceita a conveniência de defender a liberdade (pelo menos quando isso não resultar na dissolução do governo), além de outros pontos que aproximam Hume de pautas do humanismo cívico, como quando publicou o primeiro volume de “*Essays, Moral and Political*”, apenas quatro meses depois que uma campanha da oposição para derrubar Walpole falhou defendendo a liberdade da imprensa (um lema defendido pela oposição). Embora seja favorável a alguma influência da coroa, chegou a sugerir que monarcas ou ministros talvez tivessem poder demais. Também “*Essays, Moral, Political, and Literary*”, na sua primeira versão impressa (1741), Hume comenta sobre a preferência por uma república tumultuada no futuro a correr o risco presente de uma monarquia absolutista.

Adam Smith também pode ser considerado nessa lista de pessoas influenciadas pela linguagem do humanismo cívico, conforme Goldsmith (1988), e isso aparece quando o autor trata sobre a relação entre comércio e liberdade, luxo e virtude, deterioração moral e intelectual

das pessoas por conta da divisão do trabalho. Além do mais, Montes (2004) enfatiza a influência do humanismo cívico nas virtudes de Smith, principalmente na do autodomínio e da beneficência. Casassas (2013), por sua vez, enfoca na ideia de produtor livre e demais elementos que fazem parte de uma concepção de liberdade, o que aproxima Smith do republicanismo. Mais sobre esse tema em Smith será tratado quando apresentarmos, com maior atenção, as ideias de Donald Winch e sua tentativa de interpretação histórica do célebre escocês.

3.2.3 Egoísmo e Comércio

Goldsmith (1988) apresenta um debate interessante, que ocorreu no contexto do iluminismo escocês, sobre o papel do egoísmo no mundo moderno e comercial. Autores como Hobbes e Mandeville, viam o egoísmo como preponderante na humanidade, sendo que em Hobbes levava à guerra de todos contra todos, fazendo surgir a necessidade de um soberano com autoridade para controlar e garantir a perpetuação da sociedade civil. Já em Mandeville, a ideia se relacionava mais em mostrar como, nas sociedades modernas, o vício privado de busca pelo próprio interesse levava aos benefícios públicos de expansão do comércio. Mandeville, em sua *“Fábula das Abelhas”* (1705) não defende suprimir esses desejos e, como não vê qualquer forma de racionalidade por detrás das ações que levam a sociedade à coesão, é contrário ao intervencionismo humano, do governo, da religião etc.

Em Smith, essa discussão do egoísmo também aparece. Primeiro, em a *“Teoria dos Sentimentos Morais”*, onde o autor define o humano como um ser complexo, que tem certas predisposições egoístas, pois sente mais quando se refere a si mesmo ou alguém próximo – porém, também é naturalmente solidário e social, sendo que é movido pela propensão natural a agradar e, para isso, precisa contar com a aprovação do espectador imparcial ao agir. Já na *“Riqueza Das Nações”*, o tema central abrange sobre o comércio e desenvolvimento social. Embora a obra seja lembrada pelo trecho “não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro e do padeiro que esperamos o nosso jantar, mas consideração que ele tem pelos próprios interesses” (Smith, 1996a, p.74), o elemento motivador nessa obra, na visão apresentada por Goldsmith (1988), aparentemente, é a propensão natural a troca para satisfazer nossas necessidades, sendo dessa que se origina a divisão do trabalho, elemento importante na teoria de Smith, para atingir um desenvolvimento social. Conclui-se que, embora o escocês não descarte a existência do egoísmo, não o vê como o principal motor da sociedade, e chega até em sua TSM chamar o sistema de Mandeville de licencioso, pois não faz nenhuma distinção entre vício e virtude.

Francis Hutcheson também se envolveu no debate sobre egoísmo, e sua posição foi bastante contrária a Mandeville. Goldsmith (1988) apresenta a discussão em que Hutcheson afirma que o sistema de Mandeville era contrário à virtude. O autor da “*Fábula das abelhas*” partia do princípio de que os humanos eram naturalmente egoístas, e suas virtudes eram ilusórias. Desta forma, satirizava algumas ideias do humanismo cívico que, embora se sustentasse por um lado em elementos institucionais para manter uma república livre, considerava as virtudes também essenciais, exaltando em sua linguagem os feitos de legisladores e heróis que contribuíram para o bem comum. Hutcheson considera a obra de Mandeville como ambígua, e pode ser uma péssima influência ao aparentar exaltar os vícios da humanidade, considerando que o professor de filosofia moral na universidade de Glasgow se mostrou um defensor, em seus escritos, de como os humanos são naturalmente benevolentes.

3.3 A “TEORIA DOS SENTIMENTOS MORAIS” DE SMITH”

A seguir, apresentam-se os principais elementos e ideais gerais sobre a “*Teoria dos Sentimentos Morais*”, sempre salientando o contexto e interpretações que a circunscrevem. Primeiro, destaca-se o modo de estudar. É baseado em experiência e história que Smith concebe sua teoria moral. Depois, apresentam-se dois elementos cruciais de sua obra: a simpatia e a imaginação. Por fim, faz-se uma síntese sobre as virtudes cardinas de Smith, a saber: autodomínio, prudência, justiça e beneficência.

3.3.1 Filosofia Moral Baseada em Experiência

A obra de filosofia moral, de Adam Smith, busca compreender como funciona os sentimentos morais da humanidade, levando em conta as particularidades e diferentes contextos, tanto em termos mais práticos, como quando aborda as virtudes da justiça e da prudência, quanto em aspectos mais elevados, ao discorrer sobre o autodomínio, beneficência e senso de dever. Primeiro, conforme Cerqueira (2006b) sintetiza, existia uma espécie de *newtonianismo* moral, encabeçado por George Turnbull (1668 – 1748) na forma de fazer filosofia moral no iluminismo escocês. Na prática, buscava-se a partir de observações empíricas, chegar às conclusões dos princípios que guiavam o mundo moral da humanidade. Smith em sua TSM, por exemplo, salienta que a tarefa da filosofia moral parte de duas perguntas básicas: (1) em que consiste a virtude; e, (2) por que o poder ou faculdade do espírito desse caráter, seja ele qual for, se recomenda a nós? Sua resposta é baseada em observação, tanto da

realidade que o cerca, quanto dos diferentes espaços e tempos históricos. Sendo assim, conclui-se que “Smith pretendeu revelar os princípios que conectam e ordenam a vida em sociedade” (Cerqueira, 2006b, p.71).

Smith (1999), em sua TSM apresenta três concepções principais sobre a natureza da virtude: 1) Virtude como conveniência, defendida por filósofos como Platão, Aristóteles e Zenão. 2) Virtude como sinônimo de prudência, com Epicuro sendo o principal expoente. 3) Virtude como benevolência desinteressada, ideia sustentada por filósofos neoplatônicos e Hutcheson. Além disso, Smith dedica tempo ao sistema licencioso, citando principalmente Mandeville, e argumenta que a descrição do filósofo sobre o sistema moral apaga toda distinção entre vício e virtude. Aborda sobre a formação de diferentes sistemas de aprovação, que incluem aprovação baseada no amor de si, aprovação baseada na razão e aprovação baseada nos sentimentos, sendo esta última dividida em senso moral (principalmente Hutcheson), e simpatia (ideia de Smith). Sobre o primeiro grupo, que via aprovação moral como fruto da razão, Cerqueira (2006a) salienta que membros do iluminismo escocês, concentrados em uma ciência baseada na experiência, opunham-se às teorias dos racionalistas. Por exemplo, Hume argumentava contra esta ideia, afirmando que a razão sozinha é incapaz de evocar emoções ou motivar ações. Além disso, ele sustentava que, como a moral desempenha um papel importante neste processo, as normas morais não podem ser simplesmente derivadas das conclusões da razão humana. Hutcheson propôs a existência de sentidos internos que são responsáveis por gerar as noções básicas de beleza e moralidade, e é a partir destes que formamos nossos julgamentos éticos, sendo que esse sentimento precede qualquer reflexão racional. Smith, por sua vez, na “*Teoria da Moral Sentimental*” concorda que “a virtude consiste na conformidade com a razão” (Smith, 1999, p.397), pois é através dela que descobrimos as normas gerais de justiça. No entanto, ele também afirma que “as máximas gerais da moralidade são formadas, assim como outras máximas gerais, pela experiência e por inferência” (Smith, 1999, p.397).

Haakonssen (2002) esclarece que o debate atual sobre moral é dominado por duas principais correntes: kantianismo e utilitarismo. Ambos buscam por um critério para a ação correta e uma doutrina normativa universal. A ideia de moral de Smith difere, pois, faz um estudo empírico e traça os diferentes padrões da moralidade humana em circunstâncias sociais, políticas e econômicas variadas. O escocês conclui que alguns elementos humanos parecem universais, enquanto outros aparecem mais, ou menos, ao longo do tempo, como, por exemplo egoísmo, beneficência, sociabilidade sem descartar certa individualidade de cada ser humano. Haakonssen (2002) salienta que, para Smith, a moralidade é abordada de forma histórica, mas isso não exclui que existe certo teor normativo, ainda que de forma indireta, e entrelaça a visão

naturalista e a humanista em sua filosofia moral. Ao mesmo tempo que detalha tendências naturais e que guiam de certa forma nossas ações, exemplificando o que nos é permitido fazer, apresenta um teor humanista quando traz histórias com complexidade, e contradições da vida moral, pois acredita que seus alunos e leitores obteriam uma visão de seu “potencial moral” através destas.

Haakonssen (2002) argumenta que, a sugestão de Smith, é que a instituição moral é natural ao humano. Mas que tipo de natural? Para uma melhor compreensão deste ponto, Haakonssen (2002) diz que é preciso recorrer a uma disputa entre os estoicos e os epicuristas. O primeiro grupo entendia que “a moralidade é natural para a humanidade, no sentido de que o homem tem a capacidade de governar sua vida de acordo com a ordem” (Haakonssen, 2002, p.11, tradução própria). Essa corrente foi absorvida nos tempos de Smith e introduzidos elementos platônicos e aristotélicos cristianizados, defendendo que a moralidade natural era um dom divino. Pode-se citar como adeptos desta corrente, os platônicos de Cambridge (Benjamin Whichcote, John Smith, Ralph Cudworth), Lord Shaftesbury e Francis Hutcheson, e os chamados racionalistas éticos (Samuel Clarke, William Wollaston). Já os epicuristas “viam as pessoas como naturalmente egoístas, e sugeriram que a moralidade é um dispositivo inventado para regular o interesse próprio para que assim não se torne autodestrutivo [...]” (Haakonssen, 2002, p.11, tradução nossa). Mais próximos dessa última corrente estavam: Thomas Hobbes, Pierre Gassendi, Samuel Pufendorf, Bernard Mandeville e, de certa maneira, David Hume. Haakonssen (2002) defende também que Hume admitiu haver uma certa moralidade natural na humanidade, mas argumentou que as virtudes positivas, como a beneficência, serviriam de sustentação de pequenos grupos sociais, porém quando se fala de uma organização grande como a sociedade civil a justiça que deveria regular a busca do interesse próprio. No debate que questiona se a moralidade é intrínseca ao ser humano, ou fruto de artifícios para regular as paixões nocivas para a vida em sociedade, Haakonssen (2002) destaca que, de acordo com Smith, a moral é natural à humanidade e, ao mesmo tempo convencional, uma vez que faz parte da adaptação da humanidade às circunstâncias em que se encontra. Dessa forma, Smith elimina a dicotomia entre o que é natural e o que é artificial na moralidade.

3.3.2 Simpatia e Imaginação

Um dos conceitos-chave da teoria de Smith é a "simpatia". A ideia geral é que a natureza humana comporta tanto princípios egoístas, como também uma preocupação com os demais membros da sociedade. Utilizando-nos da imaginação podemos nos colocar no lugar do

outro e assim simpatizar, julgar se a ação é conveniente/inconveniente ou digna de mérito/demérito, de acordo com a proximidade das emoções solidárias do espectador imparcial que habita no peito de cada um dos humanos. De acordo com Otteson (2002), há três sentidos para o termo "simpatia" na *“Teoria dos Sentimentos Morais”* (TSM) de Adam Smith. São eles: 1) solidariedade com a dor do próximo; 2) simpatia não apenas como um tipo de piedade, mas significando também solidariedade com qualquer tipo de paixão; e 3) simpatia como correspondência de sentimento entre a pessoa afetada e o espectador. Nos textos de Smith fica claro que a simpatia não pode ser considerada um princípio egoísta, pois quando simpatizamos com nosso próximo, não apenas trocamos de situação, mas também de pessoa e caracteres. “Toda aflição, portanto, é por tua causa, não por minha” (Smith, 1999, p.394). Além disso,

o conceito de simpatia, tal como proposto por Smith, é mais complexo e amplo que aquele adotado por Hume. Este último define a simpatia como o ato de compartilhar da dor ou do prazer produzidos por alguma ação em uma outra pessoa. Para Smith, a simpatia refere-se ao compartilhar de qualquer sentimento e, mais do que isso, não decorre de um "contágio" de sentimentos, mas consiste num ato da imaginação (Cerqueira, 2006b, p.77).

Conforme Haakonssen (2002) evidencia, David Hume formulou uma teoria da imaginação da qual Smith se utilizou de alguns pontos. Ambos percebiam que “a imaginação é uma faculdade mental por meio da qual as pessoas criam uma esfera distintamente humana no mundo natural” (Haakonssen, 2002, p.12, tradução própria). Além de que “a atividade da imaginação é uma busca espontânea por ordem, coerência” (Haakonssen, 2002, p.12, tradução própria), e a experiência só pode ser considerada como evidência ou ser compreendida se estiver inserida em um sistema ordenado de crenças. Como já descrito no presente texto, os humanos simpatizam uns com os outros por meio da imaginação e, deste modo, conclui-se que para Smith “é através da simpatia — portanto, de uma operação da imaginação — que os homens constituem a esfera da moralidade” (Haakonssen, 2002, p.78, tradução nossa). Importante nesse tópico lembrar que, para o filósofo/economista escocês, a sociedade é o espelho para compreendermos o sentido moral de nossas próprias ações.

Ao analisar como os humanos aprovam ou desaprovam seu próprio caráter, Smith enfatiza que "naturalmente, o homem deseja não apenas ser amado, mas ser amável" (Smith, 1999, p. 143), ou seja, ele não apenas quer receber elogios, mas também sentir e ser alguém que mereça esses elogios. O autor enfatiza que, apesar de as pessoas serem em certa medida egoístas e pensarem muito em seus próprios interesses, há um limite para isso. Como Smith afirma: "Uma pessoa nunca deve se favorecer tanto em relação a outra a ponto de prejudicá-la ou feri-

la, mesmo que o benefício para ela seja muito maior do que a dor ou o prejuízo para a outra" (Smith 1999, p. 167). Em sua teoria, o escocês sempre explora essa tensão entre os diferentes sentimentos humanos (egoísmo e solidariedade, amor ao elogio e amor à virtude), o que enriquece e enobrece o caráter, as ações e os sentimentos morais da humanidade. Smith ainda diz que o autoengano causa desordem, mas a natureza não nos "abandonou inteiramente às ilusões do amor de si" (Smith, 1999, p.191), e nos permitiu formular certas regras gerais do que é certo ou não, através da observação da conduta alheia. Quando algo nos choca e percebemos que outras pessoas também a julgam com horror, decidimos que não devemos agir de maneira semelhante e, em vez disso, procuramos agir de acordo com as pessoas cujas ações são objeto de aprovação. Concluiu então, que "a regra geral da moralidade: fundamentam-se em última instância na experiência do que, em casos particulares, aprovam, ou desaprovam, nossas faculdades morais (...)" (Smith, 1999, p.192).

De acordo com o sistema de Adam Smith, os sentimentos morais podem ser examinados de duas formas diferentes: primeiro, quanto às suas causas ou motivações e segundo, quanto aos seus objetivos ou resultados. Desta forma, é possível determinar se uma ação é conveniente (referente a nossa capacidade de simpatizar com a causa que a motiva) ou meritória (referente aos efeitos benéficos ou prejudiciais produzidos por essa ação, que podem requerer recompensa ou punição). Sendo assim, Smith afirma que a avaliação de uma ação quanto ao merecimento de crítica ou elogio é dividida em dois aspectos. O primeiro é a ideia de conveniência ou perfeição completa, enquanto o segundo é o grau em que se aproxima ou se distancia dessa perfeição. Além disso, ele discute os diferentes níveis de paixões que são considerados adequados à conveniência, destacando que a conveniência de uma paixão resultante de objetos que nos afetam de maneira especial, depende da capacidade do observador de se envolver conosco. No entanto, ele ressalta que a mediana adequada de conveniência varia de acordo com o tipo de paixão.

Smith argumenta também que há duas categorias de paixões: as que se originam do corpo e as derivadas da imaginação. As paixões do corpo precisam ser controladas para que o espectador imparcial possa acompanhar, e a virtude da temperança é resultado da regulação dos apetites. Por outro lado, as paixões derivadas da imaginação geralmente suscitam maior simpatia, a menos que sejam resultados de uma tendência ou hábito da imaginação. Smith também fala sobre paixões insociáveis, sociáveis e egoístas. As insociáveis devem ser diminuídas para que não repellem o espectador imparcial, como é o caso do ódio e do ressentimento. Já as paixões sociáveis, como a generosidade, bondade e amizade, tendem a despertar simpatia quando são recíprocas. Uma conclusão interessante do filósofo iluminista é

de que a riqueza é vista com mais simpatia do que a pobreza, o que leva ao surgimento da ambição e da distinção social. Essa questão tem uma influência na ordem social e hierarquia, e pode ser uma das causas da corrupção dos sentimentos morais, já que a riqueza passa a ser valorizada mais do que as virtudes e que, muitas vezes, as pessoas ao se interessarem somente pela mera busca de fortuna não tomam decisões virtuosas.

3.3.3 Virtudes Cardinais de Smith

Smith define a virtude como ‘uma busca pela excelência, algo excepcionalmente grande e belo, que se eleva muito acima do que é vulgar e ordinário’ (Smith, 1999, p.26). O autor salienta que existe diferença dessa com a conveniência e utilidade, destacando que, muitas vezes, as ações virtuosas requerem autodomínio e sacrifícios, o que pode não ser conveniente ou útil, mas é visto com admiração pelo espectador imparcial. Smith tece considerações sobre os usos e costumes sobre os sentimentos de aprovação e desaprovação moral, pois defende que certos hábitos e modo de vida podem influenciar **naquilo** que os humanos veem como moral. Entretanto, adverte que “a aprovação e desaprovação fundamenta-se nas mais fortes paixões da natureza humana e ainda que possam de alguma maneira ser distorcidas, nunca podem ser inteiramente pervertidas” (Smith, 1999, p.247).

Haakonssen (2002) analisa que Smith revisou o esquema tradicional das virtudes cardinais que se tornam autodomínio, prudência, justiça e beneficência. O autodomínio é um tipo de meta-virtude e está presente em todas as outras virtudes. Conforme as palavras do próprio Smith “o autodomínio não é apenas em si mesmo uma grande virtude, mas dele todas as outras virtudes parecem derivar seu principal brilho” (Smith, 1999, p.301). Montes (2004) destaca a conexão entre autodomínio e *virtus*, pois é semelhante à virtude grega *ankrateia* socrática, que representa o controle sobre desejos e ações, representando não somente a capacidade de suportar a dor, mas também o triunfo sobre os desejos, ao contrário da visão estoica de apatia em relação às emoções. Montes (2004) enfatiza que a teoria das virtudes de Smith pressupõe que a virtude do autodomínio sustenta tanto os direitos, quanto os deveres. Ademais, essa virtude central não apenas representa uma abordagem humanista, mas também inclui a noção de autonomia moral.

A Beneficência diz respeito a promover a felicidade dos outros. Smith considera que esta é sempre voluntária e a falta dela não implica castigo, pois não inflige nenhum mal, embora embeleze toda a estrutura da sociedade. Montes (2004) argumenta que Smith tem noção das limitações da beneficência, pois essa funcionaria mais no âmbito pessoal, porém tem um

importante papel em regular a prudência. Inclusive, conforme Montes (2004), enquanto a justiça e prudência estão relacionadas com os deveres, a beneficência “envolve a linguagem dos deveres, então há uma combinação do que pertence ao eu e à comunidade” (Montes, 2004, p.93, tradução própria).

Em contrapartida, a justiça é uma virtude negativa essencial para o funcionamento da sociedade, pois quando as ações de uma pessoa geram ressentimento em outra, esta deseja evitar ser alvo desse mesmo sentimento. Vê-se então, que a justiça é crucial para manter a ordem social, pois caso contrário, as pessoas ressentidas poderiam buscar justiça por seus próprios meios. Conforme Cerqueira (2006a), a teoria da justiça compartilhada por Hume e Smith tem semelhanças, mas há uma diferença importante. Enquanto Hume vê a justiça como dependente de uma percepção dos benefícios positivos para a sociedade, Smith rejeita essa conexão. De acordo com Smith, não é a preocupação com os riscos das ações imorais para a sociedade que nos leva a condená-las, mas sim a compaixão com a raiva da pessoa prejudicada e o prazer de ver o responsável sendo punido.

Haakonssen (2002) pondera que a lesão é considerada um mal em qualquer ocasião, e isso empresta uma certa universalidade à virtude da justiça, pois sabemos reconhecer o que é mal para os outros mesmo sem o conhecer muito. A orientação das virtudes positivas, como a beneficência, é mais incerta. Inclusive a justiça pode ser tratada por regras claras, através da jurisprudência. Porém, Smith percebe que existem algumas mudanças na relação sociedade e ambiente que podem modificar as percepções das pessoas sobre o que significa lesão ao outro e, sua “jurisprudência natural era, portanto, uma jurisprudência histórica; você teria que saber de qual sociedade estava se falando” (Haakonssen, 2002, p.9, tradução própria).

Montes (2004) observa também uma relação estreita entre a justiça e a beneficência, já que, em Smith, para alcançar a aprovação e admiração do espectador imparcial, precisamos fazer mais do que apenas evitar prejudicar os outros. De acordo com Smith (1999), "precisamos empenhar esforços para servir ao nosso próximo e colocá-lo naquela situação em que o espectador imparcial gostaria de vê-lo" (Smith, 1999, p.339). Além do mais, quando o escocês argumenta sobre como as sociedades são por natureza recomendadas para o bem-estar geral, demonstra que existem dois princípios que regem o amor ao país, 1) respeito pela constituição e forma de governo estabelecida e 2) um desejo de tornar a condição de nossos concidadãos tão segura, respeitável e feliz quanto possível. Na visão de Smith, "não é cidadão quem não está inclinado a obedecer às leis e ao magistrado civil, e certamente não é bom cidadão quem não deseja promover o bem público" (Smith, 1999, p.290). A obediência às leis e o desejo de

promover o bem-estar coletivo são, portanto, elementos-chave para ser considerado um bom cidadão.

A prudência, conforme Haakonssen (2002), é a virtude explorada por Smith principalmente na “*Riqueza das Nações*” e base de sua economia política. De certa forma essa virtude diz respeito ao interesse próprio, que não deve ser confundido com mero egoísmo. Smith destaca a importância de atitudes prudentes, como cuidar de seu corpo e necessidades básicas e depois buscar por fortuna externa, necessária para se ter crédito na sociedade, além de incentivar uma busca por virtudes e afastamento de vícios. Conforme Haakonssen (2002), o contexto histórico deve ser considerado nessa discussão sobre prudência, pois o que se configura como interesse próprio da humanidade difere, por exemplo, de um coletor e de um moderno *CEO*. Montes (2004) frisa a influência da filosofia estoica na concepção de prudência em Smith, pois a virtude da prudência consiste em escolher o bem e evitar o mal, além de apresentar semelhanças às definições de *bouleusis* e *phronesis* de Aristóteles, que consiste em usar a inteligência para buscar os meios certos para um fim único. Smith chama essa ideia de prudência inferior na TSM e a relaciona ao auto interesse, no sentido de melhorar nossa condição. No entanto, ele enfatiza que isso não deve ser confundido com egoísmo puro, já que ainda é preciso da virtude do autodomínio e da aprovação do espectador imparcial para qualquer ação, uma vez que o ser humano é predominantemente social.

3.4 A “RIQUEZA DAS NAÇÕES” DE SMITH

Certamente, a obra mais conhecida de Adam Smith é “*Riqueza das Nações*”. Ao terminar a leitura das novecentas páginas do livro, tem-se uma imagem viva da Inglaterra dos anos 1770, com aprendizes, artífices assalariados, capitalistas ascendentes, senhores feudais, clérigos, reis, oficinas, fazendas e comércio estrangeiro" (Heilbroner, 1996, p. 52). A seguir, apresenta-se a importância da referida obra para o discurso econômico e seus inúmeros debates, além de salientar seu caráter histórico, e seus principais elementos: divisão do trabalho, propensão natural a troca, a mão invisível e a busca pela harmonia social.

3.4.1 Discurso Econômico em Adam Smith

A “*Riqueza das Nações*” foi publicada em 1776 e é considerada a obra prima de Smith. Existem algumas interpretações, como a de Dumont (1977), que veem a RN de Smith como um ponto de inflexão para o surgimento do discurso econômico independente da ética e da política.

Essa discussão está inserida na análise de autores como Karl Polanyi (1980; 1976), Moses Finley (1986), e Marshall Sahlins (1972), que chegaram à conclusão de que um discurso econômico organizado surgiu de forma mais consolidada no século XVIII. Embora temas como trabalho, troca e preço já tivessem sido abordados por mercantilistas e escolásticos entre os séculos XIV e XVII, a visão estava centrada na política e na ética, respectivamente, e ‘não havia uma combinação destes temas em um conjunto unitário e articulado de saberes, dotado de princípios próprios’ (Cerqueira, 2004, p.433).

Dumont (1977) parte de dois princípios na análise sobre a origem do discurso econômico. Primeiro, é preciso tratar sobre temas econômicos de forma coerente, mostrando as leis de funcionamento próprias que permitissem a criação de um novo campo de conhecimento. E segundo, deveria demonstrar qual a ordem de funcionamento desse mundo econômico, e como ele age para gerar o bem comum. Dumont (1997) então conclui que os trabalhos de Quesnay, Locke, Mandeville e Adam Smith preenchem os requisitos necessários para esta operação. Cerqueira (2004), porém, discorda da visão de Dumont (1977) no que diz respeito a Adam Smith, pois o autor parte de uma interpretação que concebia uma divisão entre dois mundos; o primeiro trabalhado na TSM onde os sentimentos eram baseados na simpatia e o segundo da RN onde a economia aparecia e era baseada no egoísmo. Cerqueira (2004) salienta que esta leitura se apoia em uma compreensão equivocada do conceito de simpatia, colocando essa como sinônimo de benevolência e oposto ao egoísmo sendo que, na verdade ela não é uma motivação de ação e sim meio para explicar nossos juízos morais. Cerqueira (2004) então argumenta que as questões econômicas de Smith podem ser compreendidas à luz de sua filosofia moral e

mais importante, a consideração dos nexos que unem a ética e a economia política de Smith permite mostrar que se a “emancipação” da economia se apresenta como uma possibilidade inscrita em sua obra, ela só vai ser plenamente consumada a partir da maneira seletiva como os autores do século XIX leram e se apropriaram da “Riqueza das Nações” (Cerqueira, p.436, 2004).

Essa discussão toda remete ao chamado “*Das Smith’s Problem*”, que via as duas principais obras de Smith como incompatíveis. Enquanto a primeira, “*Teoria dos Sentimentos Morais*”, tratava dos sentimentos virtuosos e benévolos que guiavam a humanidade, na segunda, “*Riqueza das Nações*”, Smith teria se centrado em defender que era o interesse próprio o motor de todas as ações. Cerqueira (2004) defende que as obras não são contraditórias, e sim uma continuação, ‘mas o escopo da RN é menos abrangente, já que se refere essencialmente às ações econômicas, cuja motivação consiste no interesse pessoal’ (Cerqueira, 2004, p.441). Isso

permite Smith tratar de maneira própria os fenômenos econômicos que possuem uma natureza “que consiste no fato de que as ações econômicas permitem alcançar o máximo bem-estar para a humanidade sem qualquer recurso à benevolência ou à caridade, mas deixando-se motivar apenas pelo amor-próprio (*self-love*) com que a divindade dotou todos os homens” (Cerqueira, 2004, p.441). Sendo a tarefa da “*Riqueza das Nações*” “analisar de que modo as ações guiadas exclusivamente pelo amor-próprio, seguindo o curso natural condizente com os princípios do plano divino, geram consequências involuntárias que produzem o bem comum” (Cerqueira, 2004, p. 442). Cerqueira (2004) conclui que em Smith o discurso econômico aparece de forma que “seu objeto (as ações econômicas) é apresentado até aqui como algo que está naturalmente orientado para o bem, algo que tem, por si só, um caráter moral” (Cerqueira, 2004, p.447).

Tendo em vista os argumentos apresentados anteriormente, percebe-se que existe uma discussão sobre a existência, ou não, de um discurso econômico que eclipsa a moral e a política nas obras de Adam Smith. Essa discussão é relevante e influencia a forma como se interpreta as intenções de Smith e sua relação como pai de uma economia liberal ou ainda preocupado com questões cívicas, políticas e morais dos indivíduos.

3.4.2 Divisão do Trabalho e Progresso Social

No contexto intelectual que circunscreve a “*Riqueza das Nações*” existiam duas grandes escolas que tratavam de temas econômicos, os mercantilistas e o fisiocratas. Os primeiros, atribuíam o significado de riqueza como sinônimo de metais, e viam o comércio exterior como o caminho para a riqueza das nações em um jogo de soma zero. Os fisiocratas, entretanto, partiam de uma concepção determinada pela ideia de que riqueza era produzida a partir do trabalho na agricultura, dando ênfase para essa parte dos recursos naturais. Smith, por sua vez, deixa claro que concebe que é a divisão do trabalho, não necessariamente do agricultor, a única fonte da riqueza de uma sociedade, e não a concebe como sinônimo de tesouro, mas sim, proveniente do trabalho que produz mercadorias consumidas por toda sociedade.

Adam Smith, em sua “*Riqueza das Nações*”, descreve quatro estágios de evolução natural da sociedade. Primeiro, as tribos nativas sem propriedade e leis. Segundo, as sociedades de pastores nômades, que já contam com propriedade privada e leis. O terceiro estágio é das sociedades agrícolas, que se tornaram menos belicosas, ocorrendo um aumento da desigualdade e concentração de propriedade. Por fim, o quarto e último estágio é das sociedades comerciais, dominado pelas forças do mercado, onde cada indivíduo se preocupa mais com seu próprio interesse. Essas ideias se encontram de forma resumida na RN, mas estão presentes de forma

mais detalhada nas “*Palestras sobre Jurisprudência*”, sendo que, enquanto alguns autores utilizam como evidência do determinismo econômico de Smith, como Meek (1956) e Cropsey (1957), outros como Winch (1978), demonstram os fatores políticos que estão presentes neste relato.

Coutinho (1993) define que os elementos, troca e trabalho, são os princípios explicativos do fenômeno econômico em Smith. No estágio das sociedades comerciais que a aparece na “*Riqueza das Nações*”, a relação entre trabalho (mais propriamente a divisão do trabalho) e troca é central. De acordo com Smith, o humano tem uma propensão natural à troca, característica essa que levou à divisão do trabalho, ocorrendo, conseqüentemente, um aumento da produtividade e trazendo melhorias do bem-estar geral. Esse tema é evidenciado pelo conhecido exemplo da fábrica de alfinetes. Para compreendermos melhor o porquê da importância da divisão do trabalho, Smith diz que: primeiro, causa o aumento da destreza, pois a pessoa fica mais especializada na tarefa que faz; segundo, com isso existe uma economia de passar de um trabalho para o outro; terceiro, como a pessoa tem tempo para observar, pode chegar a pensar na utilização de máquinas adequadas que aumentam a produtividade.

3.4.3 A Mão Invisível e as Leis de Mercado

Heilbroner (1996) aponta que Smith percebeu o mercado como um elemento central nas relações humanas na modernidade, e esteve envolvido em descobrir as leis que guiavam o mesmo, ou seja, a mão invisível que orientava as paixões naturais humanas para produzir o bem-estar comum. Enquanto isso, as leis do mercado são parte integrante de leis maiores que causam a prosperidade ou a queda da sociedade, já que estão relacionadas com o bem-estar dos próprios membros. A interpretação comum das ideias de Smith é a de que o ser humano munido de interesse próprio, e tendo a consciência de que o seu próximo também compartilha destes sentimentos, sai em busca de cooperação para suprir seus desejos. É nesse contexto que a famosa frase da RN aparece, pois “não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse” (Smith, 1996, p.74). Neste cenário aparece um importante elemento, a competição, pois todos estão buscando por aquilo que desejam e, assim, a quantidade e preço das mercadorias serão regulados. A competição funciona como mecanismo de defesa para possíveis comportamentos ambiciosos, que somente visam alta lucratividade, enxergando o concorrente que vende por um preço menor e abocanhando toda a demanda. O resultado das interações,

mesmo via mercado e sem depender da benevolência, é harmonia social. Um resumo da interpretação padrão da teoria de Smith apresentada por Heilbroner (1996) é a seguinte:

primeiro, explicou como os preços são impedidos de subir arbitrariamente para muito além do custo de produção de uma mercadoria. Segundo, explicou como a sociedade pode induzir seus produtores de mercadorias a provê-la do que ela deseja. Terceiro, demonstrou por que os preços altos são um veneno que contém o próprio antídoto, uma vez que induzem ao crescimento da produção. E, afinal, estimou uma similaridade básica de rendimento a cada nível da grande camada produtora da nação. Em uma palavra, descobriu no mecanismo do mercado um sistema autoregulador que gera um aprovisionamento organizado para a sociedade (Heilbroner, 1996, p.57).

Sobre a questão da produtividade, Heilbroner (1996) salienta que, em Smith, aparece como fruto do poder criativo e inventivo dos humanos, mas também se relaciona com mais duas leis de mercado. A primeira delas é a “Lei da Acumulação”, pois o objetivo final de vários capitalistas era o acúmulo, proveniente dos lucros obtidos em suas fábricas. Claro que existiam as exceções. Smith percebia que este comportamento acabava sendo benéfico para a sociedade como um todo, afinal, esse poderia investir em novos maquinários, e sustentar mais produção, aumentando a divisão do trabalho – o que poderia reverberar em menores preços e, conseqüentemente, ser adquirido por mais pessoas (devido à alta na quantidade de bens disponíveis). Aqui, um problema aparece: quanto mais acúmulo, mais maquinário, o que leva à necessidade de mais trabalhadores. Desta forma, diminuindo o exército reserva, os salários aumentariam ao ponto de que os lucros minguassem. Então, surge a “Lei da População”, pois os trabalhadores, como qualquer outra mercadoria, podem ser produzidos de acordo com a demanda. Se os salários são altos, o número de trabalhadores se multiplica, afinal, podem usar seus salários para melhorar a alimentação e cuidados com a saúde; se os salários caem, o volume da classe trabalhadora diminui. Desta maneira, o obstáculo de salários altos é anulado pelo crescimento da população.

Outra ideia interessante é que, em Adam Smith, o preço é naturalmente constituído de três elementos: renda da terra, salários e lucros, delimitando assim as três classes sociais bastante exploradas em estudos posteriores. Temos então, que o preço natural é igual ao custo dos fatores citados acima, embora o preço do mercado seja regido ainda por forças que são bem conhecidas hoje no “economês”: a oferta e a demanda. A escassez de um produto é bastante importante na definição do preço efetivo de uma mercadoria. Quando se trata de lucros e salários, Smith acredita que a taxa média natural é ditada pelo estado de uma nação, no que diz respeito à riqueza ou crescimento ou, também, pelo setor ou natureza específica deles. O autor escocês faz uma importante diferenciação de salários e lucros, pois enquanto o valor do primeiro é ditado pela dureza, habilidade ou quantidade, o segundo tem a ver com o valor do capital ou patrimônio aplicado, variando de acordo com sua extensão.

É a ideia do mecanismo que norteia as ações econômicas que Smith personifica no termo “mão invisível”, essa que conduz o fabricante auto interessado, e sem intenção promover o bem público. O termo apareceu pela primeira vez na “*Teoria dos Sentimentos Morais*”, quando fala sobre os proprietários de terras insensível e orgulhoso, que consome a colheita sem se importar com as necessidades dos outros, porém, apesar de ter desejos insaciáveis, sua capacidade de consumo é limitada e ele é obrigado a distribuir o excesso. Sendo assim, embora os ricos sejam egoístas e busquem apenas a gratificação de seus próprios desejos, eles compartilham os frutos de seus melhoramentos com os pobres, consumindo pouco mais que eles. Ou seja, “são conduzidos por uma mão invisível a fazer quase a mesma distribuição das coisas necessárias da vida que teria sido feita, tivesse a terra sido dividida em porções iguais entre todos os habitantes, e assim sem o pretender, sem o saber, promovem o interesse da sociedade” (Smith, 1999, p.20).

Estes ensinamentos que, de certa forma, são uma exaltação dos benefícios de organizar a sociedade em torno do comércio, e de como isso possibilita a conquista de progresso social para todos, são uma parte substancial da obra de Smith. Porém, existe uma outra face, e inúmeros trechos de ferrenhas críticas aos efeitos negativos do comércio para os indivíduos e o “público”. Estas serão apresentadas na próxima seção, e exploradas tanto por Cropsey como por Winch em suas respectivas obras.

3.4.4 Problemas no Sistema de Liberdade Natural

Heilbroner (1996) argumenta ser inquestionável que a teoria de Smith abrigava a doutrina do *laissez-faire*, essa que é a opinião padrão em história do pensamento econômico, mas não se opunha a toda ação do governo na busca pelo bem-comum. Cerqueira (2004) argumenta que Smith defendia o mecanismo de funcionamento da sociedade comercial sem deixar de perceber alguns problemas que podem aparecer e que precisam do cuidado do legislador. Um dos grandes problemas nas sociedades comerciais percebidos por Smith aparece quando ele trata da divisão do trabalho que por deixar o trabalhador fazendo algo repetitivo e sem estímulos podem prejudicar o intelecto e a capacidade de exercer o juízo moral, sendo que nesse contexto se coloca como um defensor da educação pública. Sobre a alienação do trabalhador destaca-se a passagem da RN abaixo:

com o avanço da divisão do trabalho, a ocupação da maior parte daqueles que vivem do trabalho, isto é, da maioria da população, acaba restringindo-se a algumas operações extremamente simples [...] O homem que gasta toda sua vida executando algumas operações simples, cujos efeitos também são, talvez, sempre os mesmos ou

mais ou menos os mesmos, não tem nenhuma oportunidade para exercitar sua compreensão ou para exercer seu espírito inventivo no sentido de encontrar meios para eliminar dificuldades que nunca ocorrem. Ele perde naturalmente o hábito de fazer isso, tornando-se geralmente tão embotado e ignorante quanto o possa ser uma criatura humana. O entorpecimento de sua mente o torna não somente incapaz de saborear ou ter alguma participação em toda conversação racional, mas também de conceber algum sentimento generoso, nobre ou terno, e, conseqüentemente, de formar algum julgamento justo até mesmo acerca de muitas das obrigações normais da vida privada. Ele é totalmente incapaz de formar juízo sobre os grandes e vastos interesses de seu país; e, a menos que se tenha empreendido um esforço inaudito para transformá-lo, é igualmente incapaz de defender seu país na guerra [...]. Assim, a habilidade que ele adquiriu em sua ocupação específica parece ter sido adquirida à custa de suas virtudes intelectuais, sociais e marciais. Ora, em toda sociedade evoluída e civilizada, este é o estado em que inevitavelmente caem os trabalhadores pobres — isto é, a grande massa da população — a menos que o Governo tome algumas providências para impedir que tal aconteça (Smith, 1996b, p.244).

De acordo com Straithern (2003) Smith admita que o comércio totalmente livre é uma utopia, pois nenhum Estado pode funcionar sem impostos necessários para a defesa, a justiça e obras públicas. Levando em conta também que sempre haverá protecionismo, por conta de preconceitos públicos e interesses particulares de muitos indivíduos. Além do mais Smith na RN deixa claro que é contrário ao protecionismo mercantilista e critica comerciantes ambiciosos que mesmo podendo trazer benefícios para a sociedade. Suas considerações sobre os monopólios sempre deixam evidente que discorda que esses auferem lucros muito acima das taxas naturais e isto está indo em desencontro com o que prega em seus escritos, pois defende que o preço deve ser justo evidenciando que quando são muito altos as pessoas em geral saem prejudicadas, sendo que o objetivo do comércio é trazer riqueza para a nação como um todo, e não só para grupos seletos.

Um ponto interessante do pensamento de Smith é quando ele fala sobre as associações existentes entre os patrões e entre os trabalhadores. Por conta de que na visão imediata parecer que o patrão não necessita dos empregados, ideia essa que ele discorda, pois, os primeiros se associam em sigilo e cobram das autoridades medidas restritivas contra a associação dos trabalhadores. E em sua obra vemos uma defesa de salários justos, como, por exemplo na passagem: “O homem sempre precisa viver de seu trabalho, e seu salário deve ser suficiente, no mínimo, para a sua manutenção” (Smith, 1776, p.120). E evidenciado ainda mais neste trecho aqui:

nenhuma sociedade pode ser florescente e feliz, se a grande maioria de seus membros forem pobres e miseráveis. Além disso, manda a justiça que aqueles que alimentam, vestem e dão alojamento ao corpo inteiro da nação, tenham uma participação tal na produção de seu próprio trabalho, que eles mesmos possam ter mais do que alimentação, roupa e moradia apenas sofríveis. (Smith, 1776, p.120).

Observa-se que Smith, Hume e outros autores da época do iluminismo vivenciaram uma série de mudanças, e tentavam encontrar quais os princípios que manteriam a sociedade que antes menor era guiada muito pelas tradições, a virtude tendo um papel importante, unida e contribuiriam para o desenvolvimento dela. Dessa forma Smith estava procurando as leis que garantiam a união da sociedade em um contexto comercial, mas não deixou de perceber os problemas que poderiam enfrentar com esse tipo de organização da sociedade.

3.5 LEITURAS E RELEITURAS DO GÊNIO ESCOCÊS

Cerqueira (2005) recapitula as interpretações feitas de Adam Smith ao longo da história. Tudo inicia com sua “*Teoria dos Sentimentos Morais*”, que já na época de sua publicação recebeu prestígio entre os intelectuais. Com a “*Riqueza das Nações*” sua fama foi ampliada. Postumamente, na última década de XVIII, trechos da segunda obra figuram no debate político durante a revolução francesa e disputas na Inglaterra. Conforme Cerqueira (2005), na Inglaterra figuras como Joseph Priestley e Thomas Paine se utilizaram do pensamento de Smith para defender a liberdade econômica, mas também buscavam por “reformas políticas e sociais que abolissem as restrições à liberdade e os privilégios da nobreza e do clero” (Cerqueira, 2005, 184). Porém, Teichgraber (2000) destaca, essa perspectiva mais reformadora foi contida e vários autores continuaram a mobilizar argumentos da RN focando apenas na liberdade econômica. No século XIX foi essa última perspectiva do discurso de Adam Smith que prevaleceu, principalmente por conta das figuras de Malthus e Ricardo que partiram dessa leitura para criar suas próprias considerações no campo da economia política priorizando temas como a teoria do valor e distribuição. Ainda conforme Cerqueira (2005) os homens públicos também se tornaram admiradores e propagadores dessa face liberal de Smith, e na segunda metade do século XX o livre-comércio foi aclamado como consequência prática de sua obra e a adoção do *laissez-faire* era vista como um consenso proveniente dos princípios de uma economia política. Alguns autores marginais discordavam (Cliffe Leslie, Staley Jevons) dessa defesa irrestrita de livre mercado como verdade absoluta, porém a primeira visão continuou predominante e décadas mais tarde aconteceu com a ascensão do paradigma neoclássica proveniente de Marshall e alcançou hegemonia na Inglaterra.

No final da década de 20 houve um certo desprestígio das interpretações de Smith. Cerqueira (2005) e Black (1976) que observa que os aspectos centrais da obra de Smith (teoria do valor e distribuição) passaram a ser esquecidos, além de que críticas contra as consequências negativas de políticas baseada em *laissez-faire* tornaram-se mais veementemente,

principalmente após a crise de 1929. Sendo assim, criou-se uma visão estereotipada de Smith de “um defensor intransigente da não ingerência do Estado na condução dos negócios” (Cerqueira, 2005, p.186) e disso “resultou um declínio acentuado no prestígio de Smith, a tal ponto que, no início dos anos 1950, os economistas chegariam até mesmo a considerá-lo um autor fora de moda” (Cerqueira, 2005, p.186).

Cerqueira (2005) observa ainda que houve outro ponto de inflexão na forma de ler Adam Smith na comemoração do bicentenário da “*Riqueza das Nações*” em 1976 em que a Universidade de Glasgow fez uma publicação crítica e a divulgação de outros escritos do autor escocês (“*Glasgow edition of the works and correspondence of Adam Smith*”). Nas décadas de 60 e 70 também surgiu um movimento metodológico no campo da história das ideias, principalmente na figura de Pocock e Skinner, que passavam a defender uma abordagem que considerasse o contexto intelectual, a linguagem e a história para interpretar as intenções dos autores do passado. Sendo assim, várias revisões sobre as ideias difundidas de Adam Smith foram feitas, enfatizando temas para além da economia política, como: moral, jurisprudência, religião etc. Dessa forma os intérpretes de Smith passaram a tentar compreender suas obras de forma integralizada e superaram o *Das Smith Problem*.

3.5.1 As Várias Interpretações de um Complexo Smith

Brown (1997) define quatro grandes áreas em que os debates em torno de interpretações de Smith ocorrem: sobre a “*Riqueza das Nações*”, sobre a ordem social, considerações sobre gênero e a posição moral das sociedades comerciais. O tema que mais nos interessa para o presente é o último, pois é onde os autores Cropsey (1957) e Winch (1978) desenrolam seus trabalhos interligando Smith com as tradições de pensamento.

Sobre qual a posição moral das sociedades comerciais em Smith, Brown (1997) delimita quatro principais abordagens e Cerqueira (2005) organiza uma quinta categoria. A primeira corrente interpreta Smith como um economista liberal que defendia em seus escritos o capitalismo liberal e industrial além de advogar pela superioridade das ideias da modernidade. Sendo assim, o mundo moral e os problemas das sociedades comerciais eram percebidos por Smith, mas acabaram eclipsados pela utilidade da economia, essa última que passava a ordenar toda a sociedade. Muitos marxistas seguem essa linha de pensamento, destacando-se: Meek (1956), Caygill (1989), Gillory (1993), Shapiro (1993), e outros intérpretes como Cropsey (1957) e Minowitz (1993).

A segunda abordagem enxerga Smith como um economista moral cuja análise econômica partia do pressuposto que existia uma ética entre os indivíduos e o funcionamento dos mercados facilitariam a implementação de uma certa normatividade ética. Além disso, interpretavam que Smith defendia que o funcionamento benéfico da esfera econômica dependia do cultivo de virtudes como prudência, autodomínio e justiça. Evensky (1987, 1989, 1993) até certo ponto é inserido nessa categoria, pois via essa moralidade inserida em toda obra de Smith e relacionada com a ideia de providência, que significava um mundo criado por um Deus perfeito e que tendia para a harmonia e o bem geral. Quando esse fim último harmonioso não acontecia a explicação dada é que era fruto de más instituições e proveniente da própria fragilidade humana. Nessa abordagem tem-se uma crença de que há uma concordância entre o interesse próprio e as virtudes. Conforme Rosenberg (1990) defende, em Smith a busca pelo interesse próprio já pressupõe uma comunidade onde os valores de justiça, honestidade e demais virtudes são consolidados.

A terceira abordagem, segundo Brown (1997), enxerga o escocês como um filósofo moral preocupado com questões de economia política. Nesse sentido Evensky (1989, 1993) observa uma virada tardia de Smith para os valores da tradição republicana ao notar uma descrença de que a humanidade espontaneamente caminhava para a harmonia como prescreveu o criador do universo. Sendo assim, passa a fazer uma defesa da virtude cívica e exercício ativo da cidadania como condições necessárias para reformar a sociedade e aproximá-la do funcionamento harmonioso. Nessa corrente interpretam as críticas as instituições de Smith como uma defesa por reformas para se criar as condições necessárias para que o funcionamento dessas sociedades seja direcionado para aprimorar a constituição moral dos indivíduos. Hont e Ignatieff (1983) argumentam que a defesa de Smith pelas sociedades comerciais é baseada em uma configuração institucional específica de livre concorrência e perfeita justiça e mesmo com desigualdades as necessidades básicas das camadas mais baixas seriam atendidas, livrando-os da condição de miséria degradante que os afastava da liberdade. Autores dessa linha compreendem que os argumentos econômicos de Smith estão entrelaçados com suas concepções morais e políticas. Winch (1978, 1983, 1991), um dos pioneiros dessa forma de ler Smith, argumenta que a intenção do escocês era elaborar uma ciência do legislador da qual a economia política era apenas uma parte. A implicação disso é que a economia política de Smith fazia parte de um sistema maior que envolvia questões de natureza moral, abrangendo preocupações de ordem cívica com a virtude individual e com o bem público. Haakonssen (1981, 1996, 2006) e Muller (1995) também advogam uma compreensão de Smith como um filósofo moral envolvido com os novos problemas econômicos das sociedades comerciais e

preocupado em estabelecer uma agenda política positiva voltada não apenas para a busca da eficiência econômica, mas sobretudo para a fundamentação moral e jurídica destas sociedades, que não seriam conseguidas pelas forças espontâneas do mercado, tanto por conta das falhas que existem no mundo real como pelo fato de que as concepções éticas de Smith estariam mais próximas de uma visão clássica do que de valores liberais.

A quarta abordagem destaca as contradições e aspectos ambivalentes do pensamento de Smith. Como, por exemplo o que West (1996) define como tratamento dual sobre a divisão do trabalho, esse que é a causa riqueza e melhorias ao mesmo tempo que contribui para a degradação nos aspectos morais e intelectuais dos humanos. Também as contradições inerentes ao funcionamento das sociedades comerciais no que tange à capacidade dos comerciantes e fabricantes, perseguindo o próprio interesse, de subverterem o caráter harmonioso do sistema de liberdade natural, ferindo o bem público. Destacam-se também as contradições entre o uso da linguagem do humanismo cívico e da jurisprudência natural e as diferentes retóricas utilizadas por Smith nas suas obras.

Por fim, a última abordagem é citada por Brown (1997) e organizada por Cerqueira (2005), a forma predominante de interpretação entre os economistas. Os autores dessa linha se concentram na “*Riqueza das Nações*” e desconsideram sua relação com os demais escritos de Smith além de não dar a atenção necessária para o contexto intelectual e histórico em que a obra está inserida. Consideram a RN como um texto inicial de economia política e analisam a obra com um olhar de economista contemporâneo, tratando as análises econômicas de Smith independente de suas concepções filosóficas, considerando, assim, as demais obras do autor como irrelevantes para a compreensão da teoria econômica. Destaca-se nessa linha, autores como Blaug (1985) que mais tarde discorda dessa sua primeira visão sobre Smith, Samuelson (1977, 1978) e Hollander (1973).

4 ADAM SMITH: O LIBERAL DE JOSEPH CROPSEY OU EM UM CONTEXTO REPUBLICANO DE WINCH.

Nesta primeira parte do trabalho a ideia foi apresentar uma contextualização do período em que Smith viveu, as discussões e linguagens políticas, além da apresentação das principais características de suas obras e apresentação do debate historiográfico sobre as ideias políticas de Smith e que influenciam a forma de ver a economia.

Para o presente trabalho nos concentraremos em duas das abordagens de interpretação da relação entre a filosofia moral e a economia de Smith: 1) a visão que o vê como um economista liberal onde a moral a autonomia política foi eclipsada por essa, e, 2) um contraponto que tem crescido nos últimos anos por conta de estudos como o de Pocock (1975) que investiga os discursos políticos vigentes no século XVIII e que coloca em cheque a existência de uma linhagem de individualismo liberal que inicia em Locke e chega até os federalistas americanos, destacando a importância da linguagem do humanismo cívico nesse período. Sendo assim autores dessa segunda forma de ler Smith, baseiam-se em uma visão de que o escocês era um filósofo moral preocupado com questões econômicas e ainda herdeiro de alguns valores da tradição republicana onde a moral, política e economia estavam entrelaçadas.

Nesse segundo momento o objetivo é apresentar uma breve definição sobre o liberalismo, depois os argumentos de Joseph Cropsey (1957) que defende que Smith é um defensor de um sistema capitalista liberal. Seguindo essa mesma lógica, também apresentamos uma breve definição do republicanismo e os argumentos de Winch que via Smith ainda discutindo as questões políticas e econômicas tomando como base uma linguagem republicana que estava em voga no século XVIII. Feito isso, no capítulo 5 pretende-se comparar os argumentos seguindo os critérios de objetividade de Bevir (2008).

4.1 O QUE É O LIBERALISMO?

Para uma melhor compreensão da tradição liberal vamos primeiro apresentar ideias contidas em Bell (2014), que faz uma revisão de várias discussões que ocorreram em torno da definição dessa tradição, com ênfase em um modo contextualista de vê-la o que nos oferece uma visão bastante ampla e histórica. Em seguida apresenta-se a ideia de liberdade negativa associada aos liberais a partir de Berlin (2002) e Hayek (2017), elencando também elementos conciliadores do liberalismo.

4.1.1. Breve contextualização sobre a tradição liberal

Bell (2014) descreve que na virada do século XX a narrativa dominante sobre o liberalismo o identificou como um produto do final do século XVIII e início do XIX. Autores como Bleasdale (1913) e William Dunning (1902) argumentavam na linha de que o surgimento do liberalismo ocorreu com as revoluções americana e francesa, além da ascensão de uma classe média exigindo representação política. Definiam a tradição compromissada com liberdade,

igualdade e às vezes democracia (excluindo o pensamento *Whig* anterior que tinha um teor aristocrático). Os tópicos orientadores dessa linha eram a utilidade, democracia, economia política e tinha como figura central Jeremy Bentham. Já na virada do século XXI a interpretação comum era de um movimento que nasceu em meados do século XVII, sendo os eventos de destaque: revolução gloriosa de 1688 e guerras religiosas na Europa, tendo como temas orientadores os direitos naturais, contrato social e constitucionalismo. A figura central dessa abordagem era John Locke, esse que até antes de 1950 não era caracterizado como um liberal e inclusive seus maiores biógrafos dispndiam pouca atenção para as opiniões políticas do mesmo. De acordo com Bell (2014) essa narrativa de uma tradição longa do liberalismo foi consolidada na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos entre 1930 e 1950 e foi alcançada através de dois movimentos discursivos, o que tentava traçar uma genealogia longa da tradição liberal para trazer certa autoridade, e outro movimento que cresceu com a ideia de democracia liberal. Na Inglaterra a tese de que ideias de radicais democráticos se fundiram com o *whiggismo* mais antigo para formar um liberalismo foi essencial para a formulação desse Locke liberal e apareceu no século XX. Nesse sentido, “o liberalismo passou a ser visto através de uma lente grande angular, como uma tradição político-intelectual centrada na liberdade individual no contexto do governo constitucional” (Bell, 2014, p.699, tradução própria). Essa expansão do escopo foi facilitada por mudanças na corrente filosófica, onde o eclipse do idealismo no início do século XX e desafios ao utilitarismo, ajudaram a criar um ambiente intelectual mais propício aos argumentos dos direitos naturais e o contratualismo, sendo Locke fonte de inspiração.

De acordo com Bell (2014), Hobhouse (1904) desempenhou um papel importante na delimitação da nova tradição de Locke quando ele postulou o surgimento do liberalismo como correlato com o desenvolvimento do estado inglês moderno. Mais tarde começou-se a definir conscientemente a tradição liberal nos EUA, com origem no século XVII, então Harold Stear (1919) baseou-se em Hobhouse e na sua narrativa a ênfase foi dada para as ideias de tolerância religiosa através de Roger Williams (XVII). Parrington (1927), por sua vez, argumentou que o liberalismo foi articulado originalmente nas teorias do direito natural dos primeiros colonos puritanos que se utilizaram de ideias do antigo continente para fazer o verdadeiro liberalismo florescer nos EUA, atribuindo um papel de destaque também para Williams e Locke que conecta tradição liberal e a ideia de tolerância religiosa.

Alguns estudiosos que contestam a existência de uma corrente liberal que se origina em Locke são: Dunn (1982) que defende o caráter teológico e o engajamento local do trabalho de Locke. Também Bailyn (2017) que publicou originalmente em 1967, que argumenta que a figura marcante da revolução americana não foi Locke, e sim autores de oposição na Inglaterra

que buscava a liberdade e restituição dos princípios formadores da constituição inglesa, pertencentes a tradições que podem ser denominadas *de Radical Whig*, *Commonwealth* e ideologia *Country*, que continham elementos da tradição republicana. Muitas dessas ideias são inspiradas na reconstrução das linguagens de discurso político disponíveis que vai desde o fim do século XVI até a revolução americana apresentadas por Pocock (1975). A ideia geral é que essa linguagem de uma tradição liberal surgiu apenas no século XIX, e não estava disponível para os autores do passado como Locke e Smith, por exemplo.

Essencial para essa construção da narrativa da tradição liberal, de acordo com Bell (2014), foram as próprias disciplinas acadêmicas, principalmente quando se transferiu a autoridade acadêmica da Grã-Bretanha para os Estados Unidos. O livro didático de ciência política padrão nos Estados Unidos de George Sabine, a primeira edição colocou a tradição liberal nascida na Grã-Bretanha do século XIX, classificando-a como uma posição intermediária entre o socialismo e o conservadorismo, sendo que Locke não apareceu como liberal nesse primeiro momento. Já na edição revisada de 1951 o liberalismo tornou-se mais amplo, significando não apenas uma ideologia das classes médias comerciais e coincidente com o capitalismo de livre comércio, mas sim como uma tradição intimamente ligada com a histórica ocidental e muitas vezes sinônimo de democracia.

4.1.2 Ideias centrais para o liberalismo

Um tema bastante normativo, mas que merece destaque para embasar as análises posteriores no presente trabalho é o conceito de liberdade. Uma taxinomia usual é a de Isaiah Berlin (2002) que diferencia a liberdade em dois tipos: positiva (caracterizada pela presença de algo, como a participação política e que se liga principalmente a ideias cidadania ativa do mundo antigo) e negativa (ausência de interferência ou coerção para os indivíduos agirem de acordo com sua vontade sem interferência de outros indivíduos ou instituições). Os liberais são associados geralmente ao segundo tipo, conforme o próprio Hayek (2017), que definiu liberdade como ausência de coerção tanto de outros indivíduos como de instituições na vida de alguém. Destaca-se, porém, que a liberdade absoluta seria impossível, pois viria à custa da liberdade de outrem, sendo necessário regras de convivência respeitando que cada indivíduo deve agir considerando a liberdade do outro, para assim garantir a ordem social.

John Gray (2000) define alguns pontos conciliadores da tradição liberal, que são: 1) individualismo, por conta que o indivíduo tem certa centralidade, é munido de valor moral e político, que os diferenciam de outras vertentes que veem antes do indivíduo a família, classes,

sociedade etc. 2) igualdade, pois apesar das diferenças todo ser humano tem o mesmo valor moral e as ordens jurídicas e políticas devem partir desse princípio. 3) universalidade, por conta do valor moral igual então não pode ser submetido a laços culturais específicos ou formas de governo que reduzam ou desrespeitem essas particularidades. 4) Busca por melhorias, no sentido de que acreditam que todas as instituições sociais e arranjos políticos podem ser corrigidos e são suscetíveis a melhorias.

Haar (2015) enfatiza que de maneira geral os liberais modernos buscam defender e possibilitar o exercício das liberdades individuais (como, por exemplo: liberdade de expressão, integridade do corpo, respeito à privacidade, liberdade de associação, liberdade de reunião, liberdade de religião e ideologia), embora o conceito e os meios de como cumprir essa missão seja alvo de constante debate. Inclusive, nesse sentido, se discute o papel do Estado, pois enquanto alguns preferem que esse intervenha o mínimo possível para deixar os indivíduos agirem de acordo com sua vontade, outros percebem que medidas advindas das instituições são necessárias para o estabelecimento da liberdade. Além do mais, Haar (2015) percebe que o conceito de tolerância é bastante influente na tradição, pois como a sociedade é plural esse princípio torna-se essencial para lidar com a diversidade da sociedade e prevenir conflitos sociais.

Para este trabalho entende-se a liberdade dos liberais como sendo do tipo negativa de não interferência, onde os laços que unem as pessoas são provenientes de cálculos de utilidade. Em termos políticos entende-se que é uma teoria que parte do indivíduo e possuindo uma crença de que esse individualmente concebe o que é melhor para si. Sendo assim o mercado é concebida como uma boa forma de organizar a sociedade, pois é onde as pessoas podem satisfazer seus interesses próprios. A ação estatal fica restrita, se concentrando na administração da justiça para assegurar os direitos de propriedade e o cumprimento de contrato. Acredita-se que alguém é livre quando pode fazer suas trocas sem nenhum impedimento externo a ação, como a limitação estatal, mas desconsidera outros fatores limitantes como a renda ou provenientes do contexto social.

4.2 FUNDAMENTOS DA INTERPRETAÇÃO DE UM SMITH LIBERAL A PARTIR DE CROPEY

De acordo com Cropsey (1957) para compreender a teoria de Smith e sua defesa do capitalismo liberal deve-se primeiro conceber a ideia de natureza humana do filósofo escocês. Em outras épocas a compatibilidade entre comércio e natureza humana foi negada, como

comentado na seção de referencial teórico, pois acreditava-se que o motor do comércio era o egoísmo, ou mesmo porque ao lidar com o comércio o indivíduo não conseguia tempo para concentrar-se em atividade mais elevadas e pensar de modo a considerar o bem-público. Por isso é importante compreender a visão de Smith sobre natureza humana e base para a defesa de um sistema econômico de livre mercado e, além disso é a partir dela que conseguimos compreender os comportamentos das pessoas. Sendo assim a concepção de natureza humana de Smith é de que nosso fim último é a vida, portanto, tudo que fazemos, é impulsionado pelas paixões naturais e não fruto da razão, é para a preservação da vida².

Conceituado o que é a natureza humana para Smith, torna-se possível compreender o que Cropsey (1957) chama de o conflito entre o natural e a razão. Primeiro, Smith defende que as ações humanas são guiadas tanto pela razão como pelas paixões, mas salienta que não é por via da razão que conseguimos atingir o fim último de preservação da vida.³ Isso decorre da impotência da mente e seus auxiliares para conseguirmos chegar a verdade, sendo possível apenas o conhecimento útil e por conta disso Smith tem uma preferência pelo modo prático de viver em vez do modo contemplativo como os antigos filósofos.

A excelência humana na TSM de Smith é caracterizada por sentir pouco por nós mesmo e muito pelos outros, conter nosso egoísmo e satisfazer nossos afetos benevolentes⁴. Sendo assim, Cropsey infere que a ‘perfeição da natureza humana é sentimento, e virtude corresponde mais de perto a paixão’ (Cropsey, 1957, p.11, tradução própria). Sendo assim, a “ação humana é considerada viciosa ou virtuosa dependendo da aprovação de nossos pares” (Cropsey, 1957, p.14, tradução própria). Dessa maneira, a distinção entre virtude e vício “é o produto de um processo puramente mecânico — um processo não guiado pela livre compreensão da bondade ou maldade intrínseca, mas pela reação simpática à paixão” (Cropsey, 1957, p.14, tradução própria). O autor conclui então que a teoria moral de Smith é compatível com sua defesa de um sistema comercial em que as pessoas buscam seu próprio interesse, pois os humanos estão agindo através das paixões naturais, o único detalhe e que essa busca pelo interesse próprio deve ser em um nível adequado para ser aceito por seus pares. Smith afirma que cada indivíduo agirá de forma virtuosa quando ganhar a aprovação de sua consciência, ela que é o “arbitro final da moralidade e, portanto, a lei moral é gerada por cada agente para sua própria orientação⁵” (Cropsey, 1957, p.18, tradução própria). Sendo assim, Cropsey (1957)

² Cropsey utiliza a TMS para essa conclusão, ver Cropsey (1957), p.2. Para conferir o trecho em português, consultar Smith (1999), p.108.

³ Ver Cropsey (1957) p.4-5.

⁴ Ver Smith (1999), p.26.

⁵ Ver Smith (1999), p.166.

descreve que virtude não é agir consoante com pessoas com poderes extraordinários, mas sim com as paixões comuns a todos os seres humanos e “obedecer à consciência é agir levando em conta a igualdade de direitos de todos os seres humanos como iguais no que diz respeito a possuir e preservar a vida” (Cropsey, 1957, p.19-20, tradução própria).

Cropsey (1957) destaca a divisão que Smith faz das virtudes, as amáveis (que se relacionam mais com o espectador e que considera o sentimento natural que temos pelos outros humanos) e as virtudes respeitáveis (que se relacionam com o agente, o processo que amenizamos nossos afetos egoístas ou cultivamos a benevolência para ser aprovado, ou pelo menos fugir da desaprovação), sendo os indivíduos perfeitos, na concepção de Smith, o possuidor dos dois tipos de virtudes. Nesse sentido, a perfeição humana, nada mais é que um jogo entre paixões que são naturais de todos os indivíduos, e por conta disso estamos propensos a agir de acordo com o que a nossa consciência tende a aprovar. Desse jogo de paixões que guiam as ações humanas surgem duas implicações. A primeira é que a educação moral através da exortação é rejeitada por conta do conflito entre razão e natureza⁶. Porém, mesmo percebendo certas limitações da filosofia moral como exortação à virtude Smith continua a ver a educação moral como instrumento para “direcionar a vaidade para objetos adequados⁷” (Cropsey 1957, p.25, tradução própria), tanto é que Cropsey define a “*Teoria dos Sentimentos Morais*” como uma obra com caráter retórico, persuasivo, que visa não tornar os seres humanos bons, mas manejáveis. E a segunda implicação é que a utilidade da sociedade não precisa ser concebida racionalmente, pois embora ela seja realmente um mecanismo útil para preservação da vida, não é proveniente da razão, mas as paixões impulsionam, por uma ‘mão invisível’, a ela.

Para Cropsey (1957) Smith descrevia que a sociedade comercial era a ordem natural da sociedade, e se natural é moralmente imperfeita, sendo assim fica compreensível as críticas que Smith faz da “*Riqueza das Nações*” para o sistema que ele mesmo descreve como natural⁸. Nesse contexto Cropsey busca compreender qual é o verdadeiro fim da sociedade smithiana, preservação ou liberalismo? O autor argumenta que a preservação é o verdadeiro fim do ser humano por natureza, mas que o fim natural não é o fim, pois os humanos criam uma ideia da boa vida e o fim natural torna-se insuficiente. Sendo assim, o liberalismo é o fim da vida social, que é artificial, e a natureza torna-se um meio para atingir tal estado.

⁶ Ver Smith (1999), p.389.

⁷ Smith (1999), p.323.

⁸ Ver Cropsey (1957), p.96.

4.2.1 As virtudes cardinais smithianas a partir de Cropsey

Cropsey (1957) finaliza os fundamentos de sua interpretação com uma discussão sobre as virtudes cardinais (prudência, justiça, benevolência e autocontrole) e a concepção de felicidade em Smith. A justiça, de acordo com Cropsey (1957), em Smith tem o sentido de reciprocidade contratual e nasce do ressentimento que é devidamente provocado apenas pela injustiça, por isso atos injustos podem sofrer retaliação e serem aprovados, não via razão, mas, porque é consoante com as paixões naturais humanas. Já a benevolência, que em Smith é o ato de prover bens e serviços sem ser via troca, é derivado das paixões preocupadas com o bem dos outros, mas é explicitamente rejeitada como princípio de associação política, sendo comparada apenas com um ornamento da vida social⁹. Isso decorre, na visão de Cropsey (1957), de que a política ou sociedade é para a preservação da vida, em vez de, como os clássicos defendiam, em prol da perfeição da vida. Nesse sentido o princípio de sociabilidade humana é defendido por Smith apenas porque a natureza significa a preservação da vida¹⁰. Para Cropsey (1957) a exclusão da benevolência como princípio político é por conta do “conflito com as necessidades do homem, portanto, com suas paixões mais profundas que favorecem a autopreservação” (Cropsey, 1957, p.33, tradução própria). Cropsey (1957) ainda aborda a rejeição dos seres humanos a seguirem aquilo que é natural é uma rejeição no desejo ou na fala, mas não na ação. Pois, o indivíduo acaba sendo induzido pelas paixões a seguir a ordem da natureza, que prescreve os meios para preservação da vida e que inclusive está contido a ideia de ganhar riqueza e posição em vez do que, racionalmente, concebe como boa vida e virtuoso¹¹.

Na concepção de Cropsey (1957), Smith rejeitou o medo do poder invisível (autoridade eclesiástica) como um elemento da vida política para tornar a humanidade virtuosa por conta da impotência da educação moral em relação à natureza. Outro instrumento possível para adquirir virtude para os cidadãos é proveniente do poder irresistível ao príncipe ou magistrado civil, mas isso destruiria a liberdade, segurança e justiça. Nesse sentido, Cropsey conclui que em Smith a ideia é “abandonar a busca por uma sociedade virtuosa se, para procurá-la, a comunidade for obrigada a se submeter à irracionalidade ou à tirania” (Cropsey, 1957, p.36, tradução própria). Nesse contexto, o intérprete de Smith infere que a justiça é derivada da liberdade e não da inibição, pois, a justiça é o produto do livre contrato, e liberdade significa a liberdade de fazer negócios sem limitações, sendo entendida também como emancipação das

⁹ Smith (1999), p106-107.

¹⁰ Ver Cropsey (1957), p.26.

¹¹ Ver Cropsey (1957), p.39.

inibições que as concepções clássicas e religiosas de virtude e razão impunham sobre os indivíduos, reprimindo as paixões naturais.

Outra virtude importante em Smith e discutida por Cropsey (1957) é a prudência, relacionada à aquisição de bens externos e cuidado de si (não tendo mais a conotação de sabedoria antiga) e está disponível para todos. Claro que isso não quer dizer que todos podem enriquecer igualmente, mas que as paixões presentes em todos os seres os inclinam para esse fim de melhorar sua própria condição. Cropsey (1957) diz que como a prudência se tornou uma virtude mais prática, a sabedoria passou a ser vista como virtude moral e não virtude intelectual, essa última que seria exercida nos tempos modernos via a ciência, que o repouso da imaginação e não da compreensão da verdade propriamente dita¹².

O autodomínio é uma meta-virtude por conta de que reforça as virtudes e permite que elas se manifestem apesar das paixões inibidoras e egoístas. Essa virtude tem características tanto da antiga *fortitude* (que controlava as paixões violentas) e da temperança (que controlava as paixões prazerosas). Cropsey (1957) também observa uma conexão entre autodomínio e prazer e dor, conforme a passagem a seguir: “o autodomínio que permite nos abstermos de um prazer momentâneo, ou de suportar uma dor presente, a fim de obter um prazer maior, ou evitar uma dor maior no futuro” (Smith, 1999, p.231). Como, a título de simplificação, a partir do autodomínio se consegue todas as outras virtudes, Cropsey conclui que a virtude é uma forma de maximização dos prazeres e minimização das dores¹³.

Por fim, a ideia de felicidade em Adam Smith oferece alguns *insights* para a interpretação de Cropsey. Essa parte se relaciona com a ideia de perfeição do escocês (sentir poucos por nos mesmo e cultivar nossos sentimentos benevolentes), sendo que a felicidade humana é decorrente da consciência de ser amado, e isso está ao alcance de todos os seres humanos, não só de alguns seres elevados, conforme citação a seguir: “no bem-estar do corpo e na paz da mente, todas as diferentes classes da vida estão quase no mesmo nível, e o mendigo que toma sol à beira da estrada possui toda aquela segurança pela qual os reis estão lutando” (Smith, 1999, p.226). Sendo assim, Cropsey infere que não existe apenas um modo de vida que seja compatível com a felicidade¹⁴.

4.2.2 A Filosofia da história de Smith e suas implicações

¹² Ver Cropsey (1957), p.41.

¹³ Ver Cropsey (1957), p.49.

¹⁴ Ver Cropsey (1957), p.54-55.

Para falar sobre a filosofia da história de Smith, Cropsey (1957) se utiliza do relato dos estágios do progresso da sociedade presente na RN. O estado mais elementar é a sociedade de tribos nativas. Depois vem dos pastores nômades, que já contam com chefes. Depois sociedade de agricultores, que já possui comércio, mas com pouco contato com o exterior e a manufatura é centrada no uso privado. E por fim, o estágio mais avançado, o das sociedades comerciais, que conta com agricultura, manufatura e comércio, sendo a troca um elemento central entre os entes sociais. A partir disso Cropsey infere princípios sobre a sociedade de Smith: 1). Esse relato é apolítico. 2) a civilização está descrita em termos de organização econômica/social e não sobre democracia, aristocracia etc. 3) caçadores vivem em sociedade (caráter social), mas sem soberano (político). 4) civilização e não civilização são tratadas não em termos de uma existência pré-política e política, ou pré-social e social, mas sim em termos de formas econômicas.

Cropsey (1957) observa que sociedade para Smith é definida como uma forma de os indivíduos viverem para garantir a preservação da vida. Já a política diz respeito a distribuição de poder, ou seja, quem deve governar nessa sociedade. O mais importante para Smith, na concepção de Cropsey, parece ser o modo de organização social e produção econômica que garantem de certa forma a preservação da vida, que é o fim último. Cropsey destaca que o mecanismo pelo qual os indivíduos passam de uma fase histórica para outra, não é via uma deliberação racional à lá contrato social, mas sim resultado da condição matéria disponível em determinado momento. Por exemplo: a concentração de terras em poucas mãos é dada pela falta de manufatura e comércio exterior, não por razões legais. A queda do sistema feudal foi dada por mecanismo semelhante, além da secularização da sociedade europeia e origem da independência americana.

Cropsey (1957) observa ainda que são “os fatos da sociedade, e não os fatos da política, governam a vida do homem em comunidade” (Cropsey, 1957, p.63). Duas implicações surgem disso: 1). Para alcançar a civilização é necessário certo estado de propriedade e determinados costumes, em vez de distribuição de autoridade etc. 2) O arranjo social merece ser criado caso for conhecido, nesse sentido, em Smith, a melhor sociedade é aquela que fornece os meios para a vida e inclui a abundância de coisas necessárias, tanto para consumo como para soberania e defesa.

4.2.3 A relação comércio e liberdade em Smith segundo Cropsey

Tendo em vista a ideia da melhor sociedade, Cropsey (1957) infere que para Smith a sociedade comercial completa perpassa pelo alcance de liberdade e igualdade. Lembra-se aqui que a interpretação de Cropsey sobre a filosofia moral de Smith é que há o princípio da igualdade radical de todos os seres humanos em seus direitos de buscar a preservação da vida. Sendo que é preciso respeitar o mesmo direito dos outros também buscarem esse fim, tanto que a própria justiça é definida nesse sentido. Cropsey concebe a liberdade em Smith em termos negativos e de não interferência, pois se caracteriza pela ausência de impedimentos sobre a busca de autopreservação (Cropsey usa o termo liberdade de contrato). A liberdade de contrato é um princípio pode ser definido por conta de duas ideias presentes em Adam Smith: (1) que todos os seres humanos são suficientemente prudentes em seus assuntos particulares; e (2) que a justiça é criada por contrato, ou seja, não podem ser injustas, já que as pessoas acordaram em fazer tal troca a partir daquilo que mais valorizam. Sendo assim, o direito a posse ou garantia contra a privação de bens são elementos constituintes da liberdade.

É a partir desse tema que Cropsey (1957) passa a falar sobre as concepções de Smith sobre governo, pois apenas governantes absolutos poderiam violar sem retaliação a propriedade dos cidadãos. Portanto, afastar essa forma de governo é uma segurança da propriedade e da liberdade. Cropsey também destaca as preferências republicanas em Smith, constatada a partir de seus elogios à república holandesa, embora tenha se disputas sobre o quão republicano era tal governo¹⁵. O conceito republicano utilizado por Smith parece compatível com as monarquias, principalmente pela questão de uma preferência pelo princípio hereditário (mais fácil para o povo obedecer) e não eletivo (eleitores nem sempre vão observar as características necessárias em um governante). Sendo assim a concepção de Smith de republicanismo parece equivaler à monarquia constitucional com separação de poderes. Além disso, por conta da necessidade de segurança de uma nação e do tamanho dos Estados modernos, Smith toma a representação política como um caminho.

Na concepção de Cropsey (1957), liberdade em Smith consiste em deixarmos o indivíduo ser guiado por suas paixões naturais, sem restrições, mas, claro, sempre considerando os direitos iguais dos outros. Já a vida social, por sua vez, é dominada pelo desejo dos indivíduos buscarem melhorar suas condições, um sentimento natural humano. O autor defende então que a melhor sociedade para Smith é a que permite a liberdade e segurança para os indivíduos buscarem esse fim. É neste sentido que Cropsey argumenta que Smith é a favor do liberalismo, pois nesse modo de organização os afetos egoístas que podem ser destrutivos são contidos pela

¹⁵ Ver Hammersley (2020), p.127.

competição, ao mesmo tempo que é possível realizar desejos auto interessados. Embora nesse modo de organização social o poder tirânico possa crescer por conta de os indivíduos governarem a si mesmos e assim podendo se afastar das leis que mantêm a ordem e a liberdade, Cropsey observa que há uma relação direta entre liberdade política e o desejo por melhorar a própria condição, por isso Smith continua defendendo um sistema baseado nesse princípio que visa aumentar os meios de preservação, e conseqüente precisa de mais liberdade. Cropsey infere que “foi pela substituição do medo da morte violenta pelo desejo de melhorar a própria condição como a paixão crítica do homem que Smith realizou tanto a liberalização quanto a comercialização do sistema de Hobbes” (Cropsey, 1957, p.72, tradução própria). Tendo em vista que no conceito de liberdade de Smith na interpretação de Cropsey está incluso também a ideia de se libertar das inibições ocasionadas pela ideia do que era virtuoso, objeto da filosofia, e não da natureza humana, o guia da ação humana que era a virtude foi substituído pelas paixões “que visam a autopreservação através do ganho” (Cropsey, 1957, p.72, tradução própria) e isso é possível apenas com o livre comércio, que pressupõe competição, esse elemento que especificamente substitui a virtude, pois é a partir dele que os indivíduos consideram o outro nas sociedades comerciais.

Cropsey (1957) diz que existe uma tentativa das autoridades do clero e dos governos civis exortarem os indivíduos a uma conduta virtuosa, porém essa é antinatural. Argumenta que Smith percebe um conflito entre a religião ilimitada e a liberdade civil, pois pela autoridade do clero eles conseguem tanto se opor ao soberano (que só pode se manter via violência) ou até tornar as atitudes de um soberano aceitáveis por conta do medo de uma desordem social. Sendo assim, “o domínio violento do que Smith infalivelmente condena como superstição é o que ele está extremamente ansioso para banir da sociedade, um fato que podemos ignorar apenas ao preço de nunca entendermos completamente as razões da defesa de Smith da sociedade comercial” (Cropsey, 1957, p.81). Cropsey (1957) afirma que não se pretende sugerir que a sociedade comercial seja concebida por Smith como irreligiosa, muito pelo contrário, as religiões seriam abundantes, mas pequenas o suficiente para não perturbar a tranquilidade pública. A importância das religiões no sistema de Smith é por conta da observação que em pequenas comunidades, a conduta dos cidadãos é regulada pela vigilância mútua de seus pares. Nas grandes cidades, com o anonimato as pessoas podem se sentir menos inclinada ao bom comportamento, sendo assim, os indivíduos pertencerem a essas pequenas seitas possam ter um efeito moral, por conta da vigilância dos outros membros da seita. Para a sociedade conseguir auferir vantagem da religião sem se submeter aos seus inconvenientes deve 1) existirem muitas seitas religiosas competindo por fiéis e sem ser tão grande para não afetar a ordem pública e 2)

para não deixar o humor melancólico nem a superstição tomar conta deve ser oferecido para o público educação e alegria pública, como música, ginástica e poesia.

Cropsey (1957) também discute as ideias de Smith sobre educação que pode ser dívida em 1) relativa às universidades e pessoas com dinheiro e 2) relativa à educação do povo em geral. Smith criticou as universidades da época por prepararem os alunos para a vida em outro mundo, pois todo ensino era geralmente subordinado a teologia. O ensino deveria ser organizado em filosofia natural, lógica e filosofia moral, sendo que o conhecimento se espalha para as demais camadas sociais, o que é de extrema importância já que a ciência é vista por Smith como o antidoto para toda superstição. Já para o restante do povo a intenção do filósofo escocês era que o governo deve oferecer o máximo de educação possível que eles podem absorver, para se livrarem de entusiasmo, fanatismo e superstição para assim garantir a boa ordem. Cropsey (1957) então conclui que duas características importantes para a discussão da visão de sociedade de Smith são: a liberdade civil e a eclesiástica. Essas ideias são substitutas dos princípios anteriormente utilizados na vida social e política: o medo do príncipe e o medo do poder invisível.

4.2.4 O veredito de Cropsey sobre as intenções de Smith

Cropsey (1957) nos apresenta os fundamentos e ideias essenciais para sua interpretação de Smith que pode ser resumida basicamente: que o escocês via o natural como preservação da vida e a preeminência das paixões sobre a razão para levar os indivíduos para esse fim. Percebia todos os humanos como iguais e defendia uma liberdade de contratos e sem inibição das paixões naturais (como a busca por melhoria da sua própria condição) determinadas pela filosofia e religião. Smith concebia que a sociedade comercial era a melhor forma de alcançar essa maneira de viver e sendo assim é um defensor dessas sociedades comerciais livres, que se tornou na atualidade o capitalismo liberal. Porém, Cropsey reconhece que nos escritos de Smith há muitas críticas a essa forma de organização social e são frequentemente ignoradas. Dessa forma, o autor busca explicar a presença dessas críticas, conciliando-as com os ensinamentos smithianos.

Primeiramente Cropsey (1957) nota que Smith depreciava a própria base moral da sociedade comercial (baseada apenas em virtudes negativas, como a justiça e liberdade de contratos) e a marcava como inferior ao que ele concebia como sua principal alternativa (caracterizada pelas virtudes benevolentes). Em um segundo momento, Smith também é crítico dos efeitos que a sociedade comercial ocasiona nos indivíduos, como, por exemplo a

deterioração moral e intelectual dos trabalhadores por conta da divisão do trabalho. Outro ponto interessante são as críticas de Smith para à própria classe de comerciantes, a qual supostamente ele deveria defender. O escocês fala sobre as reuniões de conspiração para diminuir salários e aumentar preços que são contrários ao interesse público e fala sobre comportamentos maléficos como ganancia, espírito monopolizador, etc. O comerciante é geralmente caracterizado como um cidadão indiferente para com o país, pois está mais interessado onde poderá auferir mais vantagens para si próprio. É por essas causas também que o governo não deveria estar nas mãos dessa classe.

Cropsey (1957) argumenta que a crítica de Smith às sociedades comerciais foi feita em nome da virtude, a qual, na modernidade, foi substituída pela concorrência nas sociedades comerciais. No entanto, na avaliação do escocês, essa troca não foi bem-sucedida. Smith condenou a covardia, a falta de liberdade e a deterioração moral e intelectual das massas provenientes das sociedades comerciais. Cropsey, porém afirma que Smith defende essa forma de organização social mesmo percebendo as deficiências, “e seu propósito ao fazer isso é onde reside o valor do ensino de Smith o que sugere que há uma verdadeira justificativa para tal” (Cropsey, 1957, p.92). Tendo em vista que os sistemas comerciais foram desenvolvidos em prol de algum fim e, ao mesmo tempo, a teoria moral que é a fonte da sociedade de mercado é necessariamente também em prol desse fim. Dessa forma Cropsey busca compreender quais as intenções de Smith ao escrever seus textos.

Cropsey (1957) observa que a própria filosofia moral de Smith possibilita a rejeição das sociedades baseadas no princípio da virtude, preferindo aquelas governadas pelo comércio. As razões para tal decorre da rejeição da moralidade teológica e do poder do príncipe como princípios de organização social. Cropsey argumenta que quando Smith rejeitou a benevolência, o fez pensando na substituição por um magistrado guiado pelo princípio da justiça, esse que tem embutido em si as ideias de igualdade e da liberdade. Cropsey argumenta que se a intenção de Smith não fosse chegar a esse ponto, ele não precisava ter negado o dever ou a virtude como o princípio da sociedade, mas embora problemático, esse era o preço a ser pago para se viver em uma sociedade civilizada. Sendo que civilização e comércio estavam unidos, no sentido de que a civilização para Smith significava uma sociedade livre e secular, alcançável apenas onde o comércio e o elemento da competição são os princípios organizadores da vida. Sendo assim, Cropsey conclui que a filosofia moral e política de Adam Smith parece ter sido criada a serviço da liberdade civil e a eclesiástica. Nesse sentido, a filosofia da história do escocês fornece a base para os argumentos, pois as mudanças sociais que possibilitaram chegar à civilização não foram provenientes da razão, mas sim dos “aperfeiçoamentos graduais das artes e ofícios, das

manufaturas e do comércio” (Smith, 1996b, p.262). Sendo que foi “o comércio, e não a convicção, a causa eficiente da libertação da Europa e justamente pela eficácia do comércio em gerar civilização que comércio e civilização passam a ser correlacionados e por conta desse poder que Smith defende esse tipo de sistema apesar de suas mazelas” (Cropsey, 1957, p.95, tradução própria). Além do mais, se as pessoas perceberem as vantagens do comércio, liberdade e civilização logo aparecerão, embora a busca por elas nem sempre seja por amor a esses princípios, mas pelo amor ao ganho. Cropsey conclui que, apesar das críticas, Smith pode ser entendido como um escritor que “defendeu o capitalismo por perceber ele um instrumento em prol da liberdade, civil e eclesiástica” (Cropsey, 1957, p.95, tradução própria).

Nas últimas seções apresentou-se uma breve revisão sobre o que é a tradição liberal e as bases em que ela se assenta, além de seu desenvolvimento ao longo do tempo. Em seguida apresentou-se as principais ideias da interpretação de Cropsey sobre Smith. Esse que insere como um pensador liberal e defensor das sociedades comerciais, pois apesar dos problemas era geradora de liberdade (civil e eclesiástica, principalmente). O próximo passo é fazer o mesmo com a tradição republicana e o segundo intérprete de Smith tratado neste trabalho, Donald Winch.

4.3 O QUE É O REPUBLICANISMO?

Compreender as ideias de uma tradição tão longa como o republicanismo é uma tarefa complexa, pois possui significados múltiplos. Neste trabalho, a ideia é apresentar brevemente a história e os principais conceitos da tradição com base no livro de Rachel Hammersley intitulado “*Republicanism: an introduction*” (2020), que faz isso de uma perspectiva contextualista. Uma maneira de definição do republicanismo de acordo com Hammersley (2020) é a noção de autogoverno, que para uma comunidade política significa não ser dominado por outro estado ou ainda no nível dos cidadãos significa que eles se submetem apenas as leis que consentiram e não estão sob o domínio arbitrário da vontade de governo de alguém. A ideia de república (*res publica*, termo latino que significa coisa comum) é que esta seja direcionada para o bem público em detrimento do interesse privado dos possuidores de poder. Essa mesma ideia já estava presente na concepção de *politeia* de Aristóteles que define seis tipos de governos (os bons: monarquia, aristocracia, república ou *polity*. Os maus: tirania, oligarquia, demagogia ou democracia).

Um debate que Hammersley (2020) sintetiza da tradição é a distinção entre monarquias e repúblicas. Cícero e Rousseau argumentavam que o que definia um governo como republicano era seu objetivo, não a forma como estava constituído. A compreensão de Cícero de que governos republicanos significam bons governos foi bastante influente. No entanto, durante o renascimento com Maquiavel e com a revolução inglesa do século XVII com James Hankins, Nedhan, John Milton surge uma ideia de exclusivismo republicano. A restauração da monarquia em 1660 colocou essas ideias de exclusivismo republicano como sinônimo de traição, e a concepção de Cícero voltou a aparecer, inclusive na Revolução Gloriosa de 1688–1689. Somente com as revoluções do final do século XVIII a ideia de exclusivismo republicano voltou a ser centro dos debates.

As ideias da tradição republicana, segundo Hammersley (2020), também adaptaram aos diferentes momentos e contextos. Como, por exemplo sobre os governos mistos, ideia já tratada por Políbio (Século II a.C.) que ao perceber que as boas formas de governo se corrompem para as más defendeu que fazer uma mescla dos melhores elementos dos três tipos de bons de governo ajudaria a postergar a corrupção. Outro tema importante é a diferença entre soberania e governo na tradição republicana, tratada pela primeira vez por Jean Bodin (1576). Para julgar um estado, a ideia não era saber quem possuía a magistratura ou cargos, mas sim quem tinha o poder de destituir magistrados, oficiais e fazer cumprir as leis. Rousseau fez a distinção de forma bastante clara entre soberania (elaboração das leis) e o governo (quem administra essas leis). Por isso não vê incompatibilidade entre um governo republicano e uma monarquia, já que o importante para ser uma república é se as leis foram feitas pelo corpo dos cidadãos. Um debate bastante comum na tradição republicana, é sobre a extensão da nação, pois comumente acreditava-se que governos republicanos só eram possíveis em pequena escala. Enquanto alguns continuaram a afirmar que não haveria como conciliar os dois elementos, outros (como Montesquieu) viram na representação um caminho para perpetuação da república, ideia essa que se consolidou na revolução americana.

Hammersley (2020) destaca ainda dois conceitos que são essenciais na tradição republicana: liberdade e virtude. Sobre o primeiro, a taxinomia clássica de liberdade divide essa em negativa (caracterizada como não interferência, defendida muito claramente por Thomas Hobbes) e positiva (caracterizado pela presença de algo, próximo de uma autorrealização). De certa forma, o republicanismo se enquadra de forma mais próxima nessa segunda forma, por conta de que os republicanos tomam o autogoverno como sinônimo de boa vida. Porém, mais recentemente, Skinner (1998) e Pettit (1997) trabalharam no resgate de uma concepção de liberdade comum entre os romanos, essa que é também negativa, mas caracterizada como não

dominação. Essa concepção é baseada no *digesto* 533 em que diz um indivíduo livre é aquele que não está sob o domínio de outro alguém. Sendo assim, as leis que dominam um Estado devem ser consentidas pelo seu povo.

Os pensadores mais antigos colocavam bastante ênfase nas virtudes e valores essenciais para um bom governo. Essa é uma longa tradição e seu maior porta-voz é Cícero que definia as principais virtudes cardinais como sendo: prudência, temperança, fortaleza e justiça. De forma geral, Hammersley (2020) resume que virtude na tradição republicana diz respeito a colocar o bem público acima dos interesses privados. Nesse contexto, há ainda um debate que divide os republicanos naqueles que acreditam que garantir governos republicanos significa escolher governantes virtuosos, educar os cidadãos através de educação, religião, cerimônias civis, treinamento militar, e naqueles que defendem que confiar em pessoas virtuosas não é suficiente, e é necessário garantir por outros métodos a contenção dos sentimentos egoístas, como a ênfase nas leis. Harrington, por exemplo defendeu as boas leis, enquanto outros como Bonnet e Mably falavam em incentivar certos comportamentos virtuosos, como, por exemplo o desejo por glória para conter ganância, ociosidade e covardia. Embora a virtude fosse um conceito essencial da tradição, existiam muitas diferenças entre as virtudes específicas que deveriam ser valorizadas, como estimular esses comportamentos e se a virtude genuína era possível nos seres humanos considerados falhos. Sendo assim, “em vez de constitui uma tradição fixa e consensual, o republicanismo é mais semelhante a uma linguagem viva que contém variedades distintas e está sujeita a adaptação e desenvolvimento ao longo do tempo” (Hammersley, 2020, p.20, tradução própria).

4.4 SMITH EM UM CONTEXTO REPUBLICANO PELAS LENTES DE WINCH

O livro “*Adam Smith’s politics*” de Donald Winch (1978) se propõe a fazer uma interpretação histórica das intenções de Smith. Para atingir esse objetivo busca compreender as ideias de Smith baseado nas linguagens utilizadas nos debates políticos da época além de contrastar as ideias de Smith com seus pares do iluminismo escocês. Dessa forma se contrapõe a linha que insere Smith em uma tradição que vem desde Locke e adquire um teor mais econômico em Smith. Ainda sobre questões metodológicas, Winch (1978) informa que vai utilizar as notas dos alunos de Smith, mas dará peso para as declarações apenas quando essas são apoiadas pelos textos oficiais.

Winch (1978) pretende atacar a ideia de que em Smith, principalmente com a “*Riqueza das Nações*”, a política torna-se subordinada à economia. Uma espécie de determinismo

econômico como salientado por correntes Marxistas (como em Meek (1956)), ou ainda a posição de Halévy (1900) (que argumenta que Smith separa suas considerações econômicas (passível de inferência racional) e suas considerações políticas (tomada por irracionalidades, portanto é incompreensível). Winch percebe que muitas das discussões decorrem porque os planos de Smith ficaram inacabados, e ele não conseguiu concluir suas considerações sobre justiça, leis e governos, como expressou em vários momentos. Porém, alguns pensadores, como Cumming (1969), argumentam que as ideias políticas de Smith não ficaram inacabadas por falta de tempo, mas porque não foi possível deixá-las em pé de igualdade com a economia política antes apresentada. Winch, porém discorda e pretende argumentar que a política de Smith está longe de ser trivial, embora seja cautelosa.

4.4.1 Literatura base para interpretação de Winch

Para atingir o objetivo de interpretar as intenções de Smith historicamente, Winch (1978) se utiliza dos estudos que resgataram as ideologias políticas que permearam os debates que vai desde o acordo *Whig* em 1689 até a Convenção da Filadélfia de 1787. Nesse sentido, o autor procura contrastar consistentemente as ideias de Smith com os discursos de seus pares, especialmente Hutcheosn, Hume e Montesquieu. Primeiro, discute os estudos que contestam a existência de uma corrente liberal que se origina em Locke. Winch cita: Leslie Stephen (1962) em que se descarta que a intenção dos dois tratados de Locke foi para exaltar a revolução *Whig*. Jhon Dunn (1969), que defende o caráter teológico e o engajamento local (e no século XVIII) do trabalho de Locke. Esses estudos, contrariando a historiografia acadêmica, argumentam que a figura marcante na Revolução Americana não foi Locke, mas sim autores de oposição na Inglaterra. Eles buscavam a liberdade e a restauração dos princípios fundamentais da constituição inglesa, inseridos em tradições denominadas de *Whig radical*, *Commonwealth* e ideologia *Country*, sendo que todas essas continham tons de republicanismo. Caroline Robbins (1959) já havia demonstrado que havia uma corrente republicana no pensamento político inglês, que mantinha a tradição de governos mistos e a ideia renascentista clássica de cidadania viva para evitar a corrupção política e moral. Essa corrente recomendava participação ativa, virtudes marciais e busca por luxo. Além disso, essa tradição enfatizava que em momentos críticos de corrupção o legislador tinha um papel importante a desempenhar para resgatar os princípios de uma república livre. Era representada principalmente por Milton, Marvell, Neville, Harrington e Algernon Sidney. O trabalho de Robbins (1959) mostrou também como grupos de '*Real Whigs*' mantiveram vivos os princípios republicanos da primeira geração de *Commonwealth*,

enquanto os adaptava para embasar os *Whigs* radicais. Bernard Bailyn (1967) e John Pocock (1975) deram continuação a esse estudo. A principal contribuição de Bailyn (1967), destacada por Winch, foi demonstrar a importância da tradição Whig radical para a cultura política nas colônias americanas e como base para a revolução.

Quanto às descobertas de John Pocock (1975), Winch (1978) se estende mais e comenta que Pocock ampliou os primeiros heróis da história de Robbins, destacando Harrington como o principal tradutor do humanismo cívico na Inglaterra. Pocock também abre espaço para Bolingbroke, principal oponente de Walpole durante o período de 1726 a 1734, que argumentava que a extensa rede de influência criada e manipulada por Walpole, por meio da expansão do crédito público, corrompeu sistematicamente o Parlamento Inglês, minando sua independência ao oferecer cargos e pensões. Pocock (1975) define o pensamento político da época em *Court* em oposição ao *Country*. A *Court* era a posição oficial do partido *Whig*. A ideologia *Country* era onde Bolingbroke se enquadrava. Esse que era empenhado na defesa da manutenção do equilíbrio do governo misto inglês, sendo necessário para isso manter a independência do parlamento contra o avanço do poder executivo da *Court* através da manutenção da autonomia dos proprietários de terras que eram membros do parlamento. Um tema relevante nesse contexto é do exército permanente e o medo de que ele podia ser uma ameaça tirânica por estar fora do controle parlamentar e isso contribuir para diminuir as virtudes cívicas dos membros da sociedade, sendo a solução uma milícia de cidadãos. Winch (1978) argumenta que aceitar essa literatura para autores independentes como Hume, Montesquieu e Smith decorrem que quando se tem uma tradição bem definida de discurso político e com membros significantes, os autores que estão escrevendo sobre acabam utilizando dessa, tanto para explicação como para refutação e pode ser frutífero e com menor perigo de anacronismo do que tentar encaixar o autor nos moldes de uma tradição que tomou forma no século XIX, como o liberalismo.

Winch (1978) destaca a influência das ideias de Montesquieu no pensamento político da época de Smith. Montesquieu, com suas ideias de constituição mista, separação de poderes e discussão sobre liberdade e comércio, é considerado um dos últimos expoentes das ideias renascentistas clássicas sobre qualidades políticas. Ao mesmo tempo, é visto como um dos primeiros modernos a reconhecer que a sociedade comercial pode ser compatível com a liberdade. Além disso, Hume, amigo de Smith, é considerado outro grande nome da época. Winch destaca o estudo de Duncan Forbes (1975) que diferencia um *Whig* Cético ou científico, a qual categoria Hume se enquadraria mais apropriadamente, ao tentar pensar a política de forma bastante imparcial, e *Whig* Vulgar, que abarcava uma série de crenças populares sobre a

constituição inglesa acarretando que nenhuma outra forma de governo era passível de liberdade. Essa última categoria estava recheada de ideias republicanas, da ideologia *Court e Country*, comunitarismo, conservadorismo etc. Outro ponto do estudo de Forbes (1975) destacado por Winch (1978) é a definição do que as palavras liberdade e governos livres representavam para Hume e Smith. Sendo que liberdade tem uma conotação de liberdade pessoal ou civil (administração regular e imparcial da justiça e a segurança da propriedade e dos contratos) no sentido de segurança sob o estado de direito, sendo essa compatível com muitas formas diferentes de governo, que podiam ser considerados livres, exceto aquelas que eram puramente despóticas e arbitrárias.

Winch (1978) destaca que o termo republicano adquiriu um significado bastante elástico durante a segunda metade do século XVIII.

Para espíritos mais ousados, poderia significar a substituição da Coroa por algum tipo de magistrado eleito, enquanto para outros simplesmente denotava aqueles que se opunham às políticas ou desenvolvimentos específicos que pareciam estar mudando o equilíbrio na constituição mista em favor da monarquia (Winch, 1978, p.42, tradução própria).

Conforme o autor é preciso sempre ter em mente que o dualismo monarquia-república foi importante para a análise política de Smith, Montesquieu e Hume. De acordo com Winch, durante as palestras, Smith combinou as ideias de Montesquieu e Hume sobre os governos. Descreveu tanto a aristocracia quanto a democracia como formas republicanas e monarquias e repúblicas com os dois princípios psicológicos da obrigação política, ou seja, autoridade e utilidade, respectivamente. O governo inglês era visto por eles como uma mistura de monarquia com república, sendo que os dois principais partidos, *Tory* e *Whig*, continham elementos tanto de uma monarquia, por conta da autoridade, como um teor mais “democrático” que gerava um senso de utilidade pública. Sendo assim, Winch argumenta que não se deve ignorar esse aspecto renascentista clássico que permeia as obras desses homens, e que foi recuperado pelos colonos americanos que estavam em busca de sua liberdade.

4.4.2. Um contraste entre mestre e aluno: Hutcheson e Smith

Winch (1978) destaca a importância de Hutcheson para compreender o contexto intelectual de Smith, esse que é definido por Caroline Robbins (1959) como um dos principais

representantes escoceses da posição radical ou *Real Whig*. Para essa tarefa de contraste entre os dois autores e possíveis influências ou divergências, Winch pretende contrastar principalmente as palestras deles: a “*Palestra sobre Política*” de Hutcheson e a “*Palestras sobre Jurisprudência*” de Smith.

A primeira diferença destaca por Winch (1978) é sobre o contrato social. Smith descarta a ideia de leis no estado de natureza e contrato social, argumentando que não há evidência histórica para tal. Enquanto isso, Hutcheson nega apenas a versão de Hobbes (que descreve um estado de guerra de todos contra todos), mas segue Carmichael e Pufendorf, considerando um estado onde existem vários direitos naturais e faculdades morais que possibilitam laços de beneficência e humanidade. Contudo, devido à fraqueza dos humanos em resolver assuntos de interesse distintos por meio de violência, Hutcheson argumenta que isso leva à impossibilidade de convivência. Para ele, essa é uma razão legítima para a formação de governos civis, pois até os piores governos são superiores à anarquia. Smith, assim como Hume, rejeita a teoria de Locke de contrato social e do consentimento voluntário para justificar obrigações políticas, defendendo por sua vez os princípios de autoridade (aspecto monárquico) e utilidade (aspecto democrático), já que o contrato não era muito explicativo, pois, por exemplo poucas pessoas fora da Europa e mesmo naquele continente que nunca tiveram contato com tal teoria e mesmo assim possuem noção de obediência ao poder do soberano e do consentimento voluntário é uma ideia bastante figurativa, ainda mais ao considerar que poucas pessoas têm direito ao voto para aderir ou negar alguma coisa. Winch considera que as principais consequências dessa rejeição são uma ênfase especial no sentimento ou opinião e uma forma de investigação baseada na visão de que o governo é um produto do “progresso natural feito pelos homens na sociedade” (Smith, 1996, p.207).

O segundo ponto que chama bastante atenção e diferencia Smith e Hutcheson é sobre os direitos de resistência do cidadão. Em Hutcheson, esse aspecto é marcante, com os indivíduos possuindo o direito de resistir a governos, pois, como em qualquer contrato, quando se mostra pernicioso, há abertura para contestação, refletindo uma opinião pouco favorável aos ricos. Enquanto isso, Smith na TSM, descreve inclusive nossa maior capacidade de simpatizar com os ricos e poderosos, sendo que foi isso que forneceu uma base para a distinção de classes e garantiu a ordem da sociedade. Embora Smith admita posteriormente que isso era fruto de uma corrupção de nossos sentimentos morais, ele não retirou os comentários sobre a utilidade social que derivava disso. Nas palestras comenta de forma branda que a contestação é um direito, pois nenhuma autoridade é ilimitada, mas tanto a tendência natural do ser humano se submeter à autoridade quanto a utilidade impõem apoio aos poderes estabelecidos.

A forma como Smith e Hutcheson analisam as formas de governo também se diferencia. O primeiro confia nas visões de Harrington sobre poder e propriedade e trata de forma a-histórica as formas preferidas de governo, baseado principalmente na teoria clássica renascentista do governo misto e com destaque para a importância dos proprietários de terra na manutenção da liberdade. Smith, por sua vez, também analisa as formas de governo como sendo de três tipos: monarquia, aristocracia e democracia, classificando as duas últimas como formas republicanas de governo, seguindo a linha de Montesquieu. Além disso, Smith utiliza as concepções dos três poderes de Montesquieu: legislativo, judiciário e executivo. No entanto, busca evidências históricas dessas formas de governo, como ao abordar a teoria dos quatro estágios de progresso social.

Inclusive sobre a divisão dos estágios da sociedade de Smith se afasta da abordagem do direito natural, que, conforme Hutcheson, se divide apenas em estado de liberdade e governo civil. Winch (1978) utiliza o relato mais completo dos estágios do progresso social de Smith, encontrado nas “*Palestras sobre a jurisprudência*”. No primeiro estágio, temos os caçadores, que não possuem uma forma regular de governo e vivem de acordo com as leis da natureza. As decisões judiciais e executivas são tomadas pelo povo em comum, e tem pouca necessidade de qualquer função legislativa. O segundo estágio, o de pastores, ocorre na medida que manadas e bandos surgem as desigualdades passam a ser visíveis e torna-se necessário governo regular formado por chefes patriarcais de autoridade hereditária. As funções judiciais passam a ser exercidas pelos ricos, por conta de sua influência, porém o legislativo continua rudimentar. Dado que os pastores geralmente vivem em aldeias e mais próximos uns dos outros, é possível a realização de alguns tipos de empreendimentos coletivos e até mesmo a formação de exércitos para defesa, como observado nos casos de Genghis Khan e Maomé. No terceiro estágio, caracterizado por assentamentos regulares, a dinâmica é fortemente influenciada por condições geográficas propícias à agricultura e defesa. O sistema de governo é predominantemente democrático, embora costumeiramente envolva um corpo de escravos para liberar os cidadãos para participação nas deliberações públicas. Neste ponto, Smith apresenta algumas observações sobre antigas repúblicas, aquelas focadas em defesa, como a Grécia, e as conquistadoras, como Roma e Cartago. Smith atribui a queda das repúblicas do primeiro tipo ao refinamento, que as fez perder a liberdade devido à perda da virtude cívica. Por outro lado, as repúblicas do segundo tipo perderam a liberdade devido a ameaças internas, principalmente por parte de líderes dos exércitos permanentes (Mário, Sula, César, Pompeu) que acumularam muito poder.

Por fim, o quarto estágio, que Smith descreve que após a queda dos grandes impérios teve-se um período chamado de alodial, com grandes desigualdades de propriedade, sendo a

atividade econômica principal a agricultura, tendo senhores com muitas terras e dependentes. Politicamente um mesmo monarca tinha poder de jurisdição sobre todos, sendo que os senhores que mantinham maior poder, porém algumas deliberações eram feitas por assembleia públicas, como o *Witenagemot*.¹⁶ Existiam muitas disputas entre esses senhores e por conta disso preferia abrir mão de seu poder para submeter-se a um monarca mais poderosos em troca de proteção, gerando uma especial de monarquia aristocrática, com extinção do aspecto democrático. Com a introdução do comércio e dos luxos, os senhores feudais passaram a gastar excessivamente em frivolidades, perdendo, por conseguinte, poder e propiciando o surgimento de monarquias absolutistas. Porém, diante da necessidade dos reis por apoio financeiro e militar, começaram a conceder certos privilégios, especialmente para os habitantes das cidades, resultando na ascensão das classes comuns.

Ainda ao fazer esses relatos, principalmente sobre a Inglaterra, Smith oferece algumas pistas sobre sua opinião política que são destacadas por Winch (1978). Por exemplo, ao mencionar que, devido ao fato de Elizabeth I ter vendido terras em vez de aumentar impostos, os *Stuarts* se viram obrigados a recorrer ao parlamento para obter financiamento e discutir questões de renda, a função legislativa foi dividida entre o monarca e os senhores comuns. Esse arranjo é destacado por Smith como um equilíbrio favorável, pois incorpora as três formas de governo, essenciais para garantir liberdade e propriedade. Outro aspecto positivo ressaltado por Smith no sistema inglês é que os líderes militares, que também eram senhores de terras e membros da Câmara dos Comuns, não teriam vantagens ao permitir que o rei se voltasse contra a nação. Isso constituía mais uma garantia da liberdade. Além disso, ele destaca que tanto o parlamento quanto o judiciário inglês desfrutavam de certa independência.

Ao analisar esse relato, observa-se que Smith difere tanto na visão das formas de governo quanto no método de estudo. Enquanto Hutcheson adotava uma abordagem mais próxima da filosofia normativa, Smith estava focado em exemplos históricos, utilizando uma abordagem empírica para analisar o mundo. Winch (1978) utiliza esse extenso relato como evidência de que a abordagem política de Smith não é trivial. Seu foco vai além dos eventos econômicos, abrangendo questões políticas e militares, que às vezes até se sobrepõem à economia. Nesse sentido, Winch destaca que, “os padrões de subsistência influenciavam quando combinados com fatores que incluem condições geográficas, conhecimentos históricos e até a personalidade dos monarcas” (Winch, 1978, p.63, tradução própria). Essa leitura de

¹⁶ A *Witenagemot* era uma reunião da classe dominante da Inglaterra que aconselhava o rei.

Winch envolve compreender as ideias de Smith com mais elementos que apenas o auto interesse restrito à economia.

4.4.3. Uma relação complexa entre comércio e liberdade

Segundo Winch (1978), a “*Riqueza das Nações*” pode ser considerada um tratado que explora a relação recíproca entre comércio e liberdade. Winch observa que, infelizmente, interpretações que retratam Smith como defensor do liberalismo frequentemente se concentram apenas nos benefícios da liberdade econômica para o crescimento da prosperidade comercial e na não interferência do Estado. No entanto, essas interpretações tendem a negligenciar os efeitos de uma sociedade comercial tanto na liberdade quanto na justiça. Elas não reconhecem adequadamente o contexto histórico em que se discute a interconexão entre comércio e liberdade e não atribuem a devida atenção às dimensões sociais e políticas dessa investigação.

Winch (1978) observa que Smith aborda o tema do comércio e liberdade já em suas “*Palestras sobre Jurisprudência*”. Nesse texto aparece o trecho que durante a transição do poder dos senhores feudais para monarquias mais centralizadas, devido à necessidade de apoio dos reis, as pessoas das cidades obtiveram certos benefícios. Nessas áreas urbanas, as manufaturas prosperaram, transformando-se em espécies de repúblicas independentes, onde a população trabalhava para manter a disciplina e formar milícias em autodefesa. Ao analisar a descrição de Smith e como a aliança dos soberanos contra os senhores do campo teve uma influência significativa nos eventos, observa-se que os fatores políticos tiveram precedência sobre as forças econômicas. Isso ocorreu porque o desenvolvimento natural teria sido, inicialmente, voltado para a agricultura. Vale ressaltar a passagem em que Smith discute como essas mudanças contribuíram para a liberdade. Anteriormente, as pessoas estavam sujeitas ao poder arbitrário dos senhores feudais, em uma relação de total dependência. Depois da introdução do comércio, os senhores feudais passaram a gastar com luxo em vez de melhorias em seus negócios e assim perderam poder que foi transferido para os monarcas, e isso “é favorável à liberdade porque destrói uma fonte de poder arbitrário e uma forma particularmente degradante de dependência” (Winch, 1978, p.78), sendo que as relações entre as camadas sociais passam a ser mais mercantil, sendo uma dependência menos opressiva, já que antes a relação era mais direta. Smith também destaca a probidade e a pontualidade como qualidades decorrentes da ascensão das sociedades comerciais, alinhando-se com a visão de Montesquieu.

No entanto, existe um aspecto menos explorado pelos estudiosos de Smith, relacionado aos efeitos menos desejáveis para a moral e a política da sociedade. Winch (1978), por exemplo,

salienta que, embora o comércio tenha eliminado antigas formas diretas de dominação, não erradica a opressão e o conflito social, que em alguns casos podem até ser ampliados, especialmente nas tensões entre interesse privado e público. Além disso, Smith teceu inúmeras críticas à classe mercantil e manufatureira principalmente quanto a capacidade coletiva de se unir contra o interesse público. Desde as Palestras (o que contradiz a tese de que foram reflexões tardias), Smith já percebia certos inconvenientes das sociedades comerciais, como a divisão do trabalho levando ao estreitamento moral e intelectual dos indivíduos, com a negligência na educação e a deterioração da capacidade marcial. Nesse contexto, são feitas várias tentativas para conciliar as partes que exaltam a divisão do trabalho para o progresso e a crítica ao estreitamento intelectual e moral que essa causa. Winch (1978) baseia-se em Duncan, que enfatiza a preocupação de Smith com o grau de civilização, não apenas com formas de governo. Além disso, Forbes defende, e Winch concorda, que, para Smith, não havia uma conexão necessária entre progresso econômico e liberdade. Isso é expresso na afirmação de que “não se pode ter liberdade sem comércio e manufaturas, mas opulência sem liberdade é a norma, e não a exceção”¹⁷ (Forbes, 1975, p.201). Winch (1978) conclui este tema argumentando que, em uma longa perspectiva histórica e sob circunstâncias favoráveis, o comércio pode gerar liberdade, conforme descrito por Forbes. No entanto, esses benefícios, por si só, não transformam a sociedade comercial em uma sociedade harmoniosa ou justa, embora possam proporcionar algum conforto material às classes mais baixas.

4.4.4 A importância da justiça em Smith

Winch (1978) faz observações sobre a percepção de Smith em relação à interação entre comércio e justiça. Smith discorre sobre esse tema tanto no Livro V da “*Riqueza das Nações*” quanto anteriormente nas “*Palestras sobre Jurisprudência*”, abordando também os estágios de progresso da sociedade. Sendo o primeiro efeito do comércio o estabelecimento do absolutismo monárquico, para o qual Smith tece menos críticas do que aos governos arbitrários dos senhores feudais. No entanto, ao seguir as ideias de Montesquieu, Smith adverte que o risco de o absolutismo se tornar despotismo aumentou quando poderes discricionários foram concedidos pelo executivo a órgãos subordinados. Smith também segue Montesquieu ao defender a separação do judiciário do executivo como uma vantagem dos tempos modernos sobre os antigos o que ajuda a garantir a segurança, liberdade, propriedade e vida. De acordo com Winch

¹⁷ O texto utilizado para conclusão de Forbes está em Smith (1983, p.137).

(1978) isso é um indicativo da aceitação da doutrina da separação dos poderes por Smith, mas também revela “a segurança sob a lei está elevada em sua escala de valores políticos” (Winch, 1978, p.95). Além disso, Smith defende um sistema regular de tributos, o que, segundo Winch, está em conformidade com a ideia de dependência do soberano do Parlamento para tributação, considerado um baluarte da liberdade na Inglaterra.

Nesse contexto, Winch (1978) argumenta que, embora o comércio tenha sido essencial para alcançar um sistema de justiça melhorado na Inglaterra, esse tipo de sociedade depende mais de uma justiça precisa, devido ao acúmulo de propriedade e à complexidade das relações sociais baseadas em um senso de utilidade e com maior abertura para a busca do interesse próprio. Sobre o tema das leis, Smith sempre tem em mente a preocupação de como o interesse mercantil tenta agir sob as leis para se beneficiar, contrariando a lei natural. Winch (1978) destaca que a preferência de Smith pelo sistema de liberdade natural é enfática, pois respeitar os direitos é a melhor forma de atingir fins eficientes do ponto de vista econômico, sendo a competição necessária para minimizar a opressão proveniente dos privilégios monopolísticos. No entanto, embora Smith tenha essa preferência, deixa bastante claro sua dúvida sobre a implementação completa dessa, tanto por conta do preconceito do público quanto pelo interesse privado de alguns. Além disso, houve casos em que Smith reconheceu que os interesses do Estado deveriam ter prioridade sobre o sistema de liberdade natural, sendo o mais conhecido os atos de navegação, devido ao argumento de que a defesa é mais importante do que a opulência.

4.4.5 Importância do espírito marcial e da educação para a sociedade

Winch (1978) concentra-se em entender as opiniões políticas de Smith a partir de três grandes debates da época: milícia versus exército profissional, dívida pública e revolta das colônias americanas. Sobre o primeiro tema, Winch (1978) destaca que Smith discute sobre a questão da defesa, considerado o primeiro dever do soberano, enfatizando que é preciso ter segurança para garantia de propriedade dos indivíduos. Inclusive entre os anos 1750 e 1760, em que Smith escreveu a PJ, a questão das milícias era comum na Escócia. O tema, de acordo com Winch é tratado pelos defensores de um Smith liberal como uma extensão do debate mercantilista em termos de poder versus abundância, não dando a devida importância para a forma como Smith relacionava as virtudes marciais com qualidades humanas ou morais, além de perceber que a capacidade de travar uma guerra efetiva era um indicador significativo do estado de refinamento de uma nação. Na “Riqueza das Nações”, Smith argumenta que nos

estados comerciais modernos, o estabelecimento de um exército permanente era a resposta adequada, esse que exigia sabedoria por parte do Estado.

Winch (1978) defende que a posição de Smith foi mal interpretada. Apesar de suas observações sobre a superioridade dos exércitos permanentes, ele continuou a apoiar as milícias e suas opiniões não parecem ter sofrido uma mudança entre as “*Palestras sobre Jurisprudência*” e a “*Riqueza das Nações*”. Sendo que o mais importante para Winch é o contexto em que o autor colocar o problema, o da educação e uma discussão da moral no contexto da divisão do trabalho. O escocês observa o potencial perigo dos exércitos permanentes para a liberdade civil e busca maneiras de minimizar esses riscos: “uma milícia comandada por senhores de terras em posse dos cargos públicos da nação nunca pode ter perspectiva de sacrificar as liberdades do país por qualquer pessoa que seja. Tal milícia sem dúvida seria a melhor segurança contra o exército permanente de outra nação” (Winch, 1978, p.108, tradução própria). Winch percebe que por conta desse trecho das palestras e a conclusão enxugada na RN onde ele fala que nas sociedades comerciais só o exército permanente parece mais adequado, dá a entender que o autor estava propondo utilizar milícia e exército profissional de forma intercambiável, porém “a consideração importante é como eles são comandados” (Winch, 1979, p.109). Winch chama a atenção para o fato de que essa discussão apresenta uma posição não utilitária, compreensível apenas ao reconhecer as pré-condições para uma cidadania efetiva. Mesmo que o espírito marcial não tenha utilidade prática na defesa da nação, Winch argumenta que deveria ser incentivado e ser objeto de atenção do governo para evitar a mutilação mental dos cidadãos.

Sobre a educação, Winch (1978) destaca que Smith faz uma comparação entre as instituições educacionais antigas (Roma e Grécia) e modernas. Nas primeiras os cidadãos livres eram instruídos sob direção do magistrado público em exercícios de ginástica e em música, com o objetivo de prepará-los para o serviço militar, humanizar a mente, exercitar o temperamento e a capacidade de cumprir as da vida pública quanto da vida privada. Sobre o tema da educação moral, embora seja frequentemente concebido nos moldes das diferentes classes, Smith faz uma comparação também entre as pessoas que viviam no campo e passaram a viver nas cidades. Primeiro enfatiza que as pessoas com mais fortuna possuem tempo necessário para adquirir certo grau de educação antes de passar a exercer ofícios específicos, sendo que é possível adquirir os ensinamentos e características necessários para alcançar estima pública. Porém, as classes mais baixas assim que podem começam a trabalhar pelo sustento, com ocupações simples e uniformes. Sendo que o indivíduo que deixa o campo para trabalhar no meio urbano ele sofre por não ser reconhecido socialmente, pois enquanto no campo, por ser um espaço

menor, sua conduta pode ser observada, nas cidades é tomado pelo anonimato e sem a vigilância de seus pares pode negligenciar o bom comportamento. Nesse contexto, com a capacidade de os indivíduos exercerem o julgamento moral prejudicada a coesão social corre risco e afeta até os propósitos da sociedade.

As soluções propostas por Smith para os problemas nas sociedades comerciais, conforme destacado por Winch (1978), incluem educação obrigatória para as pessoas comuns, custeada pelo público com alguma contribuição das famílias. Sendo que os currículos devem ser adaptados as necessidades reais das pessoas e do público, além de uma introdução necessária às ciências mais sublimes e úteis. Smith ainda inclui algum tipo de treinamento militar nos moldes antigos. Considera ainda que a religião poderia ser útil, mas de forma independente, com uma multidão de seitas competindo por seguidores para não afetar a ordem pública, pois assim encorajaria a temperança dos indivíduos e proporcionaria a oportunidade de os trabalhadores urbanos ingressarem na vida social, sendo sua conduta novamente observada e julgada por seus pares. Para evitar que as ideias religiosas afetem a ordem pública, Smith sugere o estudo da ciência como um antídoto para o veneno do entusiasmo e da superstição. Esse estudo deve ser incentivado, inicialmente pelas camadas médias e altas, para que se espalhe eventualmente para a população em geral. Também deveria ser ofertado alegria das diversões públicas, um encorajamento às artes, para não deixar o fanatismo e a melancolia religiosa tomar força. Na concepção de Winch (1978) essas ideias são bastante similares com as questões educativas do mundo antigo, e com isso, Smith forneceu uma declaração dos seus propósitos políticos ou cívicos. Pois, se o indivíduo que não faz o uso adequado das faculdades intelectuais ‘é mais desprezível do que um covarde, e parece estar mutilado e deformado em um ponto ainda mais essencial do caráter da natureza humana’ (Smith, 1999, vol II, p.249). Winch (1978) observa que o Estado também se beneficia da educação das classes mais baixas por conta de que quanto mais são instruídos, menos sujeitos ficam às ilusões de entusiasmo e superstição, que ocasionam desordem. Os indivíduos de sociedades mais educadas sentem-se mais respeitáveis, propensos a obter respeito e respeitar seus superiores. São mais capazes de olhar criticamente para as propostas e queixas dos partidos. Além do mais em países livres em que a segurança do governo depende do julgamento favorável do povo, é importante que eles sejam cautelosos, suas decisões e opiniões, essa que seguindo os passos de Hume é importante para o bom funcionamento e estabilidade da política.

4.4.6 Opiniões políticas de Smith a partir do debate sobre a dívida pública

Outro tema que Winch (1978) analisa para compreender as opiniões políticas de Smith é a dívida pública, essa que cresceu muito na Inglaterra após o acordo *Whig* e teve uma relação bastante estreita com o aumento da força comercial e militar da Grã-Bretanha durante esse período. Bolingbroke e Pulteney criticam fortemente o aumento dos empréstimos públicos, responsáveis pela rede de influência de Walpole, devido à relação corrupta que se desenvolveu entre o executivo e os acionistas. Eles destacam o ônus adicional de impostos suportados pelos proprietários de terras, que acabam financiando classes ociosas de acionistas, afetando o equilíbrio da constituição e a liberdade da Inglaterra, resultando no pagamento constante de uma dívida em crescimento. Winch (1978) considera as descobertas Pocock que inclui Bolingbroke como um porta-voz do humanismo cívico nessa discussão. Winch lembra que o comércio já havia sido reconhecido como essencial para a riqueza e o poder da Inglaterra e foi uma das características da campanha de Bolingbroke é que ele tentou unir os interesses fundiários e mercantis contra o interesse monetário. Hume também tece críticas sobre o avanço do crédito público, sendo possível auxiliar no avanço do comércio, mas o aumento de tributos era evidente, o efeito inflacionário da expansão na forma de papel-moeda, os impostos onerosos exigidos para o serviço da dívida, os problemas de transferência criados pela propriedade estrangeira, e o incentivo dado a uma classe rentista ociosa. Hume descarta a visão de que a dívida é inofensiva e descreve os acionistas como indivíduos sem ligações com o Estado.

Winch (1978) observa que Smith aborda o tema em suas Palestras e, assim como Hume, rejeita a ideia de que a dívida pública envolve pagamentos de transferência inofensivos. Isso ocorre porque os impostos aumentam para pagá-la posteriormente, frequentemente tributando a indústria para sustentar a ociosidade. Na “*Riqueza das Nações*”, o tema reaparece, com a discussão sobre trabalho produtivo e improdutivo. Isso se deve ao contraste que ela proporciona entre os gastos públicos e privados, onde o gasto do governo é definido como improdutivo. No entanto, devido ao desejo de cada indivíduo de melhorar sua própria condição, os ganhos privados superam os gastos públicos, possibilitando assim o progresso. No XIX esses trechos foram utilizados para defender um Estado mínimo e deixando o dinheiro para que cada um cuide. Porém, ignoram que Smith afirma que para além “dos custos ordinários envolvidos na execução dos deveres normais do soberano com relação à defesa, justiça, obras públicas e educação, considerou que uma certa despesa é necessária para o sustento de sua dignidade” (Winch, 1978, p.132, tradução própria), esses que são estabelecidos para o bem-estar geral¹⁸. Nas Palestras, Smith é ainda mais enfático e observa que as nações mais desenvolvidas têm

¹⁸ Ver Smith (1996b), p.271-273.

mais gastos do que as bárbaras. Ele destaca que “quando um governo é caro e o povo não oprimido podemos dizer que o povo é rico” (Smith, 1978, p.531). Adicionalmente, Smith enfatiza a importância de palácios, jardins e monumentos públicos como uma expressão clássica renascentista da honra nacional e relevância de empreendimentos públicos. Winch (1978) argumenta que “o retrato padrão de Smith como defensor de uma ética empresarial de individualismo aquisitivo é incapaz de lidar com tais questões, portanto, as ignora” (Winch, 1978, p.134).

Quanto às dívidas, Smith observa que os soberanos recorrem a esses créditos devido a guerras e à disponibilidade facilitada pelos comerciantes que prosperaram e possuem esses recursos. Ele destaca que esses empréstimos podem ser úteis para financiar guerras sem aumentar excessivamente os impostos. Entretanto, é evidente que, no contexto da nação como um todo, esses empréstimos representam uma subtração de fundos produtivos para sustentar atividades improdutivas. Então assim como o imposto que impedem uma maior acumulação de capital, o financiamento destrói o capital já acumulado. Ao longo prazo a tributação desse financiamento aumenta a tributação que recai principalmente sobre a agricultura e manufatura. Porém, diferente da opinião padrão de posição *Country*, que percebia principalmente o peso dos tributos nos senhores de terra como destrutivo da liberdade Inglesa, Smith é mais cauteloso e não é possível ver uma preferência pela classe dos proprietários de terra, comum na ideologia *Country*, nem a favor dos comerciantes, como a leitura tradicional sugere.

4.4.7 A complexa opinião de Smith no caso da revolta das colônias americanas

O último tema analisado por Winch (1978) sobre a opinião política de Smith foi sobre a revolta das colônias americanas. Smith aconselhou uma série de políticos sobre o tema das colônias, como Townshend em 1766-1767 e em 1778. Após a derrota britânica em Saratoga, Smith foi consultado por Alexander Wedderburn, então procurador-geral de Lord North sobre o tema, tendo uma carta escrita que serve de evidência de suas opiniões sobre o assunto. Smith oferece duas soluções para a resolução da revolta das colônias: 1) separação voluntária e 2) uma união imperial. O fato de Smith ter apresentado propostas contraditórias gerou um debate significativo sobre qual delas ele realmente apoiava. Winch (1978), por sua vez, está mais preocupado em ver o porquê o escocês esteve preocupado em apresentar essas duas propostas.

Winch (1978) diz que há uma série de lições econômicas nesse caso das colônias que estão em concordância com outros pontos das obras de Smith, principalmente na crítica ao espírito monopolizador do sistema mercantil e de sua defesa de um livre comércio entre as

nações. Winch pretende então lançar um olhar para as opiniões políticas de Smith sobre o tema, levando em consideração a principal lição econômica disso tudo, a saber, que o “interesse nacional da Grã-Bretanha, em oposição ao dos mercadores engajados na colônia comércio, não era atendido pelo sistema existente; que a perda de privilégios de monopólio resultante da separação, voluntária ou não, não constituiria perda de longo prazo para a nação” (Winch, 1978, p.149). Tanto Hume como Smith percebiam que por conta da extensão do conjunto Inglaterra mais colônias, muitas vezes gerava mais distúrbios, gastos com defesa do que rentabilidade, e sendo a defesa muitas vezes colocada em um grau acima da opulência, as colônias eram um empecilho. Além do mais ele acreditava que a força naval britânica dependia do comércio com a Europa, e uma das muitas desvantagens do comércio com as colônias era que desviava o comércio da Europa. Os dois escoceses, Hume e Smith, imputaram que a maior perda que a Inglaterra iria ter com a independência das colônias era no quesito de reputação do governo, e Smith ainda observa que o que impossibilitaria muito a separação voluntária é por conta que isso era contrário ao interesse privado dos governantes, que podiam adquirir vantagens com as relações com as colônias, sendo esses influentes para a decisão de qual caminho a nação tomaria.

Após argumentar os benefícios e problemas da primeira proposta, Smith se debruça sobre a ideia de união imperial. A proposta consistia em basicamente transformar o Parlamento em "estados gerais do Império Britânico", permitindo que cada província fosse diretamente representada em números determinados por sua contribuição para a receita geral, com provisão para que a sede do império fosse transferida para o outro lado do Atlântico quando os rendimentos dos impostos americanos excederem os da Grã-Bretanha. A justificativa é que os indivíduos desejam ter alguma participação na administração dos assuntos públicos principalmente por causa da importância que isso lhes dá e desejam preservar isso. Sendo concedido um papel relevante para os indivíduos importantes da América, esses estariam dispostos a apoiar o governo. Winch (1978) destaca que, assim como Hume, Smith parece considerar que a influência era essencial para a preservação do equilíbrio na constituição britânica.

Em uma alteração na TMS feita em 1790, Smith observa que em tempos de desordem, como as revoltas, requer um esforço de sabedoria pública para saber se o certo é apoiar o poder vigente ou as ideias de inovação. Winch (1978) observa que é nesse contexto que a figura do legislador aparece em Smith. O legislador prudente é chamado para diferenciar entre oposição saudável (importante para manter entusiasmo e espírito público) e apenas facção (causa de desordem e corrupção dos sentimentos morais). Neste contexto, Smith crítica, em uma carta

para Shelburne, as facções rancorosas e virulentas na América, destacando a proposta de união imperial como uma possível solução interessante, além de que poderia refrear o desejo dos colonos por riqueza e empreendimento para melhoramento da terra, pois quando o inimigo comum fosse excluído (no caso a Grã-Bretanha) esses comportamentos hostis poderiam se voltar para seus próprios conterrâneos. Winch destaca que, devido a isso, surge uma dúvida sobre se a busca pela riqueza era um substituto para a virtude. Ele esclarece que essas declarações das cartas podem adquirir significado político, considerando as declarações do autor em suas obras sobre a importância da constituição mista.

Winch (1978) ainda chama atenção para paralelos que existem entre ideias de Smith, Hume e Montesquieu com a literatura dos federalistas. Como, por exemplo, a questão da aristocracia natural, presente em Smith e Hamilton, além de semelhança entre os argumentos a favor da união imperial smithiana e a união da república federada de Madison, e as questões sobre tamanho e compatibilidade com governo republicano, além das questões de partidos que podem ser tanto úteis como perigosos para ordem pública. Porém, Winch não argumenta no sentido de influência causal, mas sim que “os três homens estão unidos pelas preocupações comuns da ciência política do século (...) em suas tentativas de compreender e avaliar o efeito do comércio sobre o arranjo político da sociedade” (Winch, 1978, p.163, tradução própria).

4.4.8 A posição política de Smith de acordo com Winch

A conclusão geral de Winch (1978) é de que a política de Smith não é trivial e não é possível enquadrá-lo em uma perspectiva liberal. Para isso, primeiro o autor observa que instintos irracionais, tanto é que muitas vezes os indivíduos são enganados e não tem real noção de seu interesse, estão presentes em todos os escritos de Adam Smith, diferente daquele Smith defensor de uma lógica racional e econômica. Winch (1978) percebe também que existe um ambiente social relevante onde as pessoas formulam seus interesses, além de que há problemas de interdependência entre os indivíduos que não é captado por modelos simples de comportamento e econômico auto interessado, termo esse que na atualidade restringe seu significado às questões econômicas, enquanto em Smith interesse está relacionado com ambições mais gerais da humanidade.

Outro ponto destacado por Winch (1978) é o papel desempenhado pela 'opinião' na política de Smith e Hume, pois é a partir da opinião que o governo é fundado. Sendo assim, a defesa comum de que a autoridade política estava ligada aos proprietários de terra, portanto, esses seriam uma das seguranças da liberdade na Inglaterra, para os dois escoceses essa

autoridade e poder repousam em crenças e opiniões formadas na sociedade em vez de apenas em bens materiais. A opinião podia estar contida de preconceito e ignorância, entusiasmo entre outros sentimentos, e por conta disso a educação e diversão pública do povo era essencial para o ordenamento social na visão de Smith.

Winch (1978) enfatiza que Smith não descarta a figura do legislador, que difere do político (definido como alguém que age de acordo com os acontecimentos e opiniões do momento) e também do “homem de sistema” (que tinha uma falta de vontade de reconhecer a restrição impostas pelos poderes existentes e pelo estado de opinião), mas um indivíduo que age com prudência e autodomínio, acomodando interesses e opiniões legítimos, respeitando certos medos sendo que “quando ele não pode estabelecer o certo, ele não desdenhará de melhorar o errado; mas, como Sólon, quando não consegue estabelecer o melhor sistema de leis, ele se esforçará para estabelecer o melhor que o povo possa suportar” ((Smith, 1999, p.292). Seguindo essa linha da importância da moderação, Winch argumenta que “a moderação de Smith, como a de Hume, é o resultado de uma análise derivada de uma posição filosófica e não de uma mera atitude de conservadorismo ou mesmo de ceticismo” (Winch, 1978, p.171, tradução própria). Sendo que a moderação é importante tanto para o político como para o filósofo, principalmente em tempos de desordem pública, por exemplo, nas disputas das colônias americanas “e o conselho de Smith nessa e em outras ocasiões pode, penso eu, ser interpretado como uma tentativa de encorajar o legislador à custa do político” (Winch, 1978, p.171, tradução própria).

Winch (1978) destaca que a dimensão cívica se faz presente nas obras de Smith e permeia várias de suas argumentações. Um exemplo é que embora as circunstâncias econômicas influenciam os indivíduos a agirem, pois, no contexto relevante para análise de vantagens e desvantagens das sociedades comerciais está incluso o perigo dos seres tornarem-se apenas agentes econômicos operando em ambientes anônimos. O perigo da corrupção dos seres humanos em sociedades comerciais é analisado de forma menos apaixonada por Smith do que em Ferguson. Mas possui bastante semelhança com Hume principalmente quando concebe a política mais como uma questão de leis e instituições do que qualidades dos seres humanos.

Winch (1978) apresenta uma série de rótulos que ele descarta em Smith e depois apresenta uma série de rótulos positivos para a política de Smith. Primeiro a política de Smith não é: 1) um episódio que derivou de Locke, assumiu teor econômico nele e foi melhor compreendido por Marx. 2) uma defesa do capitalismo, termo esse inclusive que restringe as preocupações bastante amplas de Smith, e suas críticas contundentes do modo de organização das sociedades comerciais e resgate de vários elementos importantes de um discurso político e

moral que não se baseava apenas nas questões econômicas. 3) uma defesa das sociedades comerciais em nome do benefício de liberdades democráticas que ele possibilitaria. 4) Smith não era um liberal ou um social-democrata nos termos do século XIX, nem mesmo um *Whig* padrão do século XVIII, e embora em alguns pontos se aproxime do rótulo republicano dado por Buchan também não é completamente. Além disso, Smith não estava sendo porta-voz de uma classe média emergente, nem de uma ideologia burguesa. As ideias de Smith eram pré-capitalistas e pré-industriais, bem como pré-democráticos, sendo pré (Bentham e Mill) e pós (Hobbes) individualista.

Sobre os rótulos positivos da política de Smith dados por Winch (1978) tem-se que por conta das ambições e pretensões dos atores políticos a política de Smith pode ser caracterizada como cética. Sendo assim, ele não era nostálgico da ordem social anterior, nem utópico, como muitos racionalistas que acreditavam que a razão iria dominar o mundo. Winch argumenta que na visão de Smith “embora existissem fortes princípios que uniam os homens na sociedade e por meio de suas atividades econômicas, as organizações políticas eram entidades mais frágeis” (Winch, 1978, p.182, tradução própria) e muitos eventos inesperados poderiam contribuir para a perda da ordem, sendo necessário abrir espaço para o exercício da sabedoria. Nesses casos, como o das revoltas das colônias americanas, o papel do filósofo era manter uma análise desapassionada, elencando as causas e consequências dos eventos. Claro que não significava que deveria ser insensível, e poderia ponderar entre as questões mais triviais e as mais sérias, essas que mereciam objeções. A partir de seu resgate do importante papel desempenhado pela política na sociedade, do papel do legislador prudente, de como as leis, as instituições e a justiça são relevantes além de apenas relações econômicas, Winch fecha o seu livro salientando que a política em Smith não ficou subordinada a economia como comumente se pressupõe, e a “*Riqueza das Nações*” está em plena concordância com os padrões de pesquisa da ciência política do século XVIII, como observado o paralelo com Montesquieu e Hume.

Neste capítulo foi apresentado as principais ideias da tradição republicana e suas modificações ao longo da história. Feito isso, discorreu-se sobre as ideias de Donald Winch, que buscou interpretar as intenções de Smith em um contexto republicano. O passo seguinte é comparar a teoria de Cropsey e Winch a partir dos critérios de objetividade de Mark Bevir (2008).

5 COMPARAÇÃO DE TEORIAS RIVAIS ATRAVÉS DA LÓGICA DA HISTÓRIA DAS IDEIAS DE BEVIR

Apresentadas as ideias das obras centrais de Cropsey (1957) e Winch (1978) a intenção agora é comparar as teorias rivais com base na objetividade da história das ideias de Mark Bevir. Conforme já discutido na seção de metodologia Bevir “compreende que estudar a história das ideias é estudar a significação, portanto a cultura, de uma perspectiva histórica” (Bevir, 2008, p.15). Destaca-se que os significados que interessam o historiador das ideias é o hermenêutico, esse que leva em conta a intencionalidade, que por sua vez pode ser forte (consistentes e anteriores a declaração) ou fraca (inconsciente e com mudanças ao declarar). De acordo com Bevir (2008), os historiadores reconstituem a partir das relíquias do passado o seu significado através de dois passos: (1) com as explicações sincrônicas, ou seja, emprestam sentido a essas crenças pessoais relacionando as com as redes de crença mais amplas. Conforme Silva (2009), isso pode ser feito tanto recorrendo a outros textos do autor em questão, ou tendo como *background* as tradições em voga, embora como é adepto do instrumentalismo individual, Bevir (2008) argumenta que por mais que as ideias de uma tradição possam influenciar, ela não é determinante ou limitadora. (2) o segundo modo é a forma diacrônica de explicação, que diz respeito a como acomodar nas redes de crenças os dilemas, esse que é uma crença nova que questiona a rede de crenças estabelecida.

Bevir (2008) salienta que muitas vezes os alunos e estudiosos da história das ideias se deparam com teorias diversas e contrastantes sobre determinados temas e com isso discorre sobre a objetividade nesse campo de estudo. O autor britânico esclarece que não pretende assumir uma posição de extremo objetivismo, pois parte do pressuposto de que não existem verdades dadas, mas também se opõe ao ceticismo, pois torna tudo irracional. Mesmo sem verdades dadas, ele argumenta, que é possível fugir do relativismo irracional “deslocando o foco de nossa epistemologia da busca de verdades dadas para a defesa de uma prática humana” (Bevir, 2008, p.107). Sendo assim, “a objetividade na história das ideias repousa sobre uma combinação de concordância sobre certos fatos, um uso extensivo da crítica e uma comparação de visões rivais em relação a critérios claramente definidos” (Bevir, 2008, p.107).

Como a ideia de objetividade não repousa em métodos ou fatos puros, mas sim em comparação, Bevir (2008) tece algumas considerações sobre como fazer essa comparabilidade. Primeiro esclarece que um fato concordante “é uma evidência em que quase todos os membros de uma dada comunidade, especialmente no papel de testemunhas, aceitariam como verdadeiras (Bevir, 2008, p.130). Dito isso, ao comparar teorias rivais, Bevir (2008) argumenta que é uma prática de honestidade intelectual, que pode ser explicada em três grandes pontos: (1) deve-se levar a crítica a sério. (2) deve-se ter uma preferência por padrões estabelecidos de evidência e razão. Essa regra limita as exceções e vezes que se tenta negar fatos que são contrários aos

nossos argumentos. A ideia é que devemos tentar modificar nossas teorias para conciliar com casos incômodas. 3) por fim, o comportamento objetivo indica que se tenha preferência por teorias especulativas positivas que sugere previsões novas em vez de apenas bloquear as críticas e permanecer estática.

Dessas ideias gerais de honestidade intelectual Bevir (2008) apresenta critérios claros para a comparação de redes de teorias rivais. Esses critérios compreendem dois grupos. (1) lida com aspectos sincrônicos das redes de teorias, que diz sobre como devemos respeitar padrões estabelecidos de evidência e raciocínio estabelecidos. Sendo assim, devemos preferir redes de teorias que sejam exatas (apoiar nossas teorias em muitos fatos e sem muitas exceções, por exemplo: argumentar que tal autor sustenta uma posição, mas, ao mesmo tempo saber que o mesmo autor possui uma série de escritos que são incômodas para a primeira posição ou até contrários), abrangentes (reunir um tanto considerável de fatos e proveniente de diferentes áreas) e consistentes (não ferir princípios lógicos, tornando a teoria inteligível e coerente, evitar ainda ter muitas interpretações contraditórias nas teorias). Bevir (2008) salienta que como lidamos com uma prática humana, deve-se lembrar que dificilmente teremos uma teoria totalmente consistente, exata e abrangente, mas devemos comparar qual que consegue chegar mais próximo do perfeito a partir desses critérios.

O segundo grupo de critérios lida com aspectos diacrônicos, esse que diz respeito a favorecer teorias especulativas e positivas em detrimento daquela que só bloqueiam as críticas e permanecem estáticas. Sendo assim, a preferência é por teorias progressivas (teorias especulativas positivas que sugerem novas previsões não previamente associadas a ela), fecundas (as novas previsões sugeridas pelas teorias especulativas recebem o apoio dos fatos) e abertas (é clara de um modo que facilite a crítica). Esclarecido os critérios para comparabilidade de teorias rivais “a rede de teorias que selecionamos será aquela que melhor atende aos nossos critérios, e não aquela que constitui a verdade” (Bever, 2008, p.136). Lembrando também que a forma como interpretamos as teorias se modificam com o tempo, com as respostas às críticas e surgimentos de novos fatos e ideias.

5.1 COMPARABILIDADE DAS TEORIAS RIVAIS DE CROPEY E WINCH ATRAVÉS DOS CRITÉRIO SINCRÔNICOS

Explicado brevemente quais as bases da objetividade na história das ideias a partir dos esforços de Bevir (2008), o passo seguinte é analisar como os autores Cropsey e Winch relacionam as crenças de Smith em uma teia de crenças maior, como as tradições. Depois

elencam-se os principais dilemas que Smith estava tentando encaixar na sua teia de crenças. Posteriormente descrevem-se os principais pontos concordantes entre Cropsy e Winch, essencial para comparabilidade e comparam-se os argumentos de Cropsy e Winch a partir de critérios sincrônicos, a saber, de exatidão, abrangência e consistência. O quadro 1 apresenta uma síntese da comparação das teorias rivais a partir dos critérios sincrônicos.

Quadro 1 – Comparação das teorias rivais pelos critérios sincrônicos

Crítérios	Cropsey	Winch
Exatidão	A interpretação de Cropsey de um Smith liberal tem dificuldade com os estudos dos últimos anos que observam o nascimento de tal tradição apenas no século XIX.	Winch resgata as tradições de pensamento político e discussões daquele tempo para analisar as opiniões de Smith.
	A forma como Cropsey relaciona a teoria de Smith com Locke, Hobbbes e Spinoza é questionável pois não considera se as ideias dos autores possuem preocupações comuns. No caso de Locke e Hobbbes a teoria é inexata por conta das críticas que Smith faz aos autores (Hobbbes sobre natureza humana egoísta e Locke sobre o contrato social).	Winch opta por fazer paralelo das obras de Smith com autores como Hume, Hutcheson e Montesquieu que estavam em um contexto similar.
	A interpretação de Cropsey absorve a teoria de uma ordem espontânea na sociedade, elemento explicativo comum no discurso político da Escócia.	Winch por sua vez, apesar de perceber que em Smith está contido a ideia de uma ordem social que é resultado de atitudes individuais, defende que mesmo assim há espaço para discutir a importância da educação, e a prática de virtudes, essas sendo essenciais para manutenção dos seres humanos, além de que muitas vezes se é necessário um legislador.
	O autor chave da jurisprudência natural comum na Escócia é Hugo Grotius e não Hobbbes. Como Cropsey coloca Smith como um herdeiro da forma de ver a sociedade de Hobbbes, existe aqui um problema de inexatidão.	Winch observa o tema do egoísmo em Smith, mas não toma como predominante, embora observe que desde as palestras o escocês temia que o espírito requerido pelas sociedades comerciais fosse um catalisador da corrupção humana, e para isso sempre que possível enfatiza a necessidade de cuidados para o retardamento dessa, como o exercício da virtude cívica, educação, inclusão social através a religião e divertimento público.
	A forma como Cropsey interpreta a natureza e o comportamento humano em Smith é com um teor auto interessado predominante, não contemplando a complexidade das discussões do escocês.	Winch observa o tema do egoísmo em Smith, mas não toma como predominante, embora observe que desde as palestras o escocês temia que o espírito requerido pelas sociedades comerciais fosse um catalisador da corrupção humana, e para isso sempre que possível enfatiza a necessidade de cuidados para o retardamento dessa, como o exercício da virtude cívica, educação, inclusão social através a religião e divertimento público.

	Cropsey trata a educação moral como impossível em Adam Smith, mas como as variadas paixões são naturais não seria como tentar moldar completamente a natureza humana.	Winch (1978) não trabalha de forma tão normativa com as questões de natureza humana. Mas trata tanto das ideias de auto interesse quanto dos problemas decorrentes dessa e que necessitam de intervenções humanas para direcionar a sociedade para um caminho mais harmonioso e virtuoso.
	Cropsey apenas foca nos trechos onde Smith está ponderando sobre a questão da não necessidade da benevolência como regulador social em uma sociedade de trocas e os benefícios dessa, não dando tanta atenção para as considerações de Smith sobre manutenção das virtudes morais, intelectuais e marciais dos indivíduos.	Winch não trabalha com a ideia de exclusão da benevolência, apesar de perceber que os laços utilitários de mercado são mais fortes. Sendo assim, percebe-se que o relato de Winch é mais exato, abrangente e consistente do que o de Cropsey, pois lida com ambos os aspectos.
	Cropsey trata os problemas das sociedades comerciais e os possíveis remédios apontados por Smith como um mea culpa. Isso pode tornar sua interpretação menos exata.	Winch é mais exato abrange e consistente em seu relato que Smith tem uma preocupação sincera com os problemas provenientes das sociedades comerciais e propõe remédios compatíveis com as crenças da época. Além disso, percebe Smith como desempenhando o papel do filósofo e elencando os benefícios e malefícios de uma sociedade comercial, não sendo um defensor ferrenho dessa.
Abrangência	Cropsey trabalha com a “ <i>Riqueza das Nações</i> ” e a “ <i>Teoria dos Sentimentos Morais</i> ”, o que é positivo. Mas não busca outras fontes como as “ <i>Palestras sobre jurisprudência</i> ”, rica em conteúdo sobre a política de Smith.	Winch (1978) relaciona as duas grandes obras e recorre também as palestras e a cartas e nesse sentido parece mais preocupado em inserir as crenças particulares e expressas de Smith em uma teia de crenças maior.
	Cropsey percebe que existe a linguagem do humanismo cívico, mas não a utiliza para interpretação dos escritos de Smith.	Winch utiliza tanto a linguagem do humanismo cívico, de forma predominante, como da jurisprudência natural em suas análises.
	O relato sobre a virtude do autodomínio em Cropsey é interpretada de forma utilitária e individual, desconsiderando os resquícios da antiga <i>Fortitude</i> .	Um problema de abrangência dos escritos de Winch é que ele lida pouco com a ideia de natureza humana em Smith e não discorre muito sobre a filosofia moral do escocês.
	Cropsey não é abrangente no seu relato sobre sociabilidade humana, focando apenas nos laços utilitários e negativos que os unem.	Winch é mais abrangente ao lidar tanto com os aspectos auto interessados e utilitários da vida humana, como também dos laços cívicos e benevolentes na obra de Smith
	Cropsey foca nos trechos em que Smith trata sobre a importância do comércio para liberdade, dando menor importância para os problemas decorrente desse.	Winch é mais abrangente pois percebe a relação justiça, liberdade e comércio de forma recíproca.
Consistência	Cropsey trata de impossibilidade de educação moral, mas fala de direcionamento da vaidade em alguns momentos, o que torna sua teoria menos consistente.	Uma possível crítica é de como conciliar as ideias de Smith interpretadas de uma forma como não defesa de um <i>laissez faire</i> , sendo que, se os leitores possuem um papel também relevante, em sua grande parte interpretaram e utilizaram no discurso político para tal fim
	A consistência da explicação de Cropsey para os problemas das sociedades comerciais elencados por Smith como se fossem concebidos como um mal menor apresenta problemas principalmente por conta da insistência com o tema de manutenção das virtudes que o escocês apresenta em todas as suas obras.	A interpretação de Winch é mais consistente justamente por não tentar encaixar Smith como um total republicano ou liberal e ao tratar os elogios e preocupações com os efeitos das sociedades comerciais como sinceras.

Fonte: Elaboração própria.

Os pontos das interpretações de Cropsey e Winch salientados como compatíveis ou não com os critérios de exatidão, abrangência e consistência de Mark Bevir (2008) serão explorados nas próximas seções.

5.1.1 Tradição de pensamento e interpretação das intenções de autores do passado

Levando em conta que Bevir (2008) observa a necessidade de relacionar os objetos históricos com as tradições de pensamento, sendo que podem assim o fazer para concordar, discordar ou pensar novas problemática a partir delas, pode-se analisar como isso aparece nas obras de Cropsey (1957) e Winch (1978).

O primeiro, relaciona as ideias de Smith com a tradição liberal, onde a política e a moral se tornam eclipsada por ideias econômicas e a organização social é totalmente advinda das relações utilitárias do mercado. O esforço de Cropsey (1957) é de tentar explicar como Smith mesmo percebendo essa forma de organização social como inferior e com efeitos negativos sobre a moral e a intelectualidade dos seres humanos defende-a. Em um primeiro momento parece ser bastante compreensível essa forma com que Cropsey interpreta as ideias smithianas, tanto é que na década de 1950, que foi quando o livro foi publicado, a ideia corrente, o fato aceito pela maior parte dos acadêmicos era que o liberalismo provinha de ideias de Locke, tomou o teor econômico em Smith, teve uma formulação ainda mais utilitária com Bentham e Mill e foi a ideologia constituinte do ocidente.¹⁹ Contextualizar isso é também um exercício de honestidade intelectual, pois os estudos que questionaram de forma mais convincente as origens do liberalismo e o resgate de uma linguagem até então suprimida, como a do republicanismo, apareceram um pouco mais tarde do que a primeira versão pública da obra de Cropsey. Obviamente, na seção seguinte vamos analisar como o autor dá continuidade à sua teoria após as críticas e novos fatos. Dito isso, pode-se argumentar que existe uma dificuldade de encaixar a forma como Cropsey (1957) interpreta as intenções de Smith com as teorias que surgiram ao longo dos últimos anos e que demonstram que no século XVIII as linguagens de discurso político não eram dominados por ideias econômicas e continham teor da tradição republicana, distante daquilo que conhecemos como liberalismo, ideologia essa, que conforme Bell (2014) foi melhor estruturada por acadêmicos do século XIX em uma tentativa de garantir às ideias capitalistas em meio as crises e onda de totalitarismo.

¹⁹ Essa ideia fica bem clara em Cropsey (1975). Sobre o contexto da narrativa liberal, ver Bell (2014).

Cropsey (1957) tem como ponto positivo, em termos de contextualização da teia de crenças, o fato de que relaciona as duas grandes obras do autor escocês, “*Teoria dos Sentimentos Morais*” e “*Riqueza das Nações*”. Porém, não busca outras fontes como as “*Palestras sobre jurisprudência*”, rica em conteúdo sobre a política de Smith. Embora textos não publicados de Smith tenham sido destacados apenas no bicentenário de comemoração da “*Riqueza das Nações*” e reunidos em uma edição pela universidade de Glasgow em 1976, os textos que compõem as palestras sobre jurisprudência foram editados por Edwin Cannan em 1896 e eram de conhecimento público. A forma como Cropsey relaciona a teoria de Smith com Locke, Hobbes e Spinoza é questionável, e como o próprio Winch (1978) argumenta não há nenhum um estudo de influência causal, apenas recorre a ideias contidas nos textos dos autores sem se perguntar essas ideias se enquadram em uma preocupação comum²⁰. Inclusive Winch (1978) vai mais além e demonstra que Hobbes é criticado na “*Teoria dos Sentimentos Morais*”²¹ que observam o amor-próprio ou egoísmo como sentimento predominante humano. Smith deixa claro que não segue Hobbes ao pensar questões de natureza humana, estado de natureza e não utiliza os princípios racionalistas ao pensar questões sobre direito e governo. Winch (1978) continua e observa que Hobbes é citado também na “*Riqueza das Nações*” e desaprovado como tendo definido a riqueza como poder²². Quanto a Locke, Winch (1978) destaca que Smith o cita na “*Riqueza das Nações*” quando trata de temas como moeda e cunhagem. Como fica claro na parte em que Winch (1978) demonstra as incompatibilidades entre Hutcheson e Smith detalhadas na seção anterior, Smith rejeita as ideias de contratos social, obrigação política e de certa forma o direito de resistência dos cidadãos advindo de Locke e essa visão de rejeição dessas ideias mais racionais implica em colocar ênfase nos sentimentos e opinião além de observar o governo como natural a partir das modificações que os humanos implementaram na sociedade²³.

Winch (1978), por sua vez, é bastante inspirado por uma metodologia contextualista e busca compreender como encaixar os estudos que buscaram restaurar as linguagens de discurso político da época em que Smith viveu com aquilo que o escocês escreveu, resgatando também os debates padrões da época, contrastando os temas com os pares, como Hutcheson, Hume e Montesquieu. Winch (1978) relaciona as duas grandes obras e recorre também as palestras e a cartas e nesse sentido parece mais preocupado em inserir as crenças particulares e expressas de Smith em uma teia de crenças maior, tanto de suas próprias obras como das linguagens de

²⁰ Winch (1978), p.18.

²¹ Smith (1999), p.395.

²² Smith (1996), p.88.

²³ Ver Winch (1978), p.54 e Smith (1978), p.207.

discurso político e debates intelectuais da época. Uma possível crítica é de como conciliar as ideias de Smith interpretadas de uma forma como não defesa de um *laissez faire*, sendo que, se os leitores possuem um papel também relevante, em sua grande parte interpretaram e utilizaram no discurso político para tal fim²⁴. Ao resgatar as tradições de discurso político em voga no século XVIII para interpretar Smith Winch está completamente compatível com a lógica da história das ideias de Bevir, pois quando se tem uma tradição de pensamento bem estabelecida, os autores recorrem a elas para explicação ou rejeição.²⁵

5.1.2 Honestidade e intelectual como comportamento essencial para objetividade na história das ideias

Um aspecto que é digno de nota, é que Bevir (2008) salienta que para se conseguir fazer uma comparação adequada das teorias rivais, os autores precisam estar dispostos a levar a crítica à sério. No caso de Winch (1978), como ele escreveu a obra posteriormente a de Cropsey (1957), já cita e discute as ideias desse em seu texto. Inclusive afirma que Cropsey foi quem fez as tentativas mais completas de relacionar os aspectos da economia e da política de Smith e tratar de forma séria os problemas das sociedades comerciais levantados por Smith no âmbito da corrente que relaciona o escocês com a tradição liberal.

No ano seguinte de publicação da obra central de Donald Winch, Cropsey apresenta uma revisão e publica no *journal political theory*. Nesse texto percebe-se que ele considera a obra de Winch “a interpretação dos escritos de Smith como o mais perto da história válida do que já foi feito (...) seu projeto é de longo alcance, abrangendo tanto a crítica da literatura diversificada e extensa sobre Smith” (Cropsey, 1979, p.424, tradução própria). Cropsey (1979) observa que o trabalho de Winch (1978) é útil e ao apresenta a partir de Forbes novas perspectivas do uso da ideia de liberdade em Smith e é um trabalho de abertura para novos debates e novas discussões em torno de Adam Smith.

5.1.3 Fatos concordantes e dilemas entre Cropsey e Winch

Bevir (2008) defende que a comparação das teorias rivais deve partir de fatos concordantes. Existem inúmeros pontos que Cropsey e Winch concordam e serão explorados

²⁴ Ver texto Cerqueira (2005).

²⁵ Bevir (2008), p.255; Winch (1978), p.5 e p.33-34.

cada um no seu tempo ao longo desse capítulo. Porém, se faz necessário enfatizar o fato concordante central e que torna possível a comparação dessas duas teorias. Como já visto na seção de referencial teórico a partir da revisão de Brown (1997), ambos autores concordam que as obras de Smith são parte de um sistema e não são incompatíveis entre si, superando o *Das Smith's problem*. Os pontos de disputas, porém que continuam a existir, é de que forma relacionar as ideias do escocês que são amplas e definir qual a posição política e moral das sociedades comerciais.

De maneira geral o maior dilema que aparece nas obras de Smith, é como conciliar as modificações advinda das atividades comerciais com as ideias de virtude, moralidade, liberdade e vida em sociedade, e tudo isso é composto por reflexões sobre o que constitui a natureza humana. O conflito entre a deterioração moral e intelectual proveniente das sociedades comerciais e forma como essa traz progresso social e econômico é um dilema que Smith enfrenta e é fato concordante entre os dois autores, Cropsey e Winch.

No século XVIII, como já observado na seção de referencial teórico, os intelectuais discutiram sobre a noção de propriedade, obrigação política, formas de governo entre tantos outros temas. Conforme bem evidenciado por Winch (1978), nos tempos de Smith, na Inglaterra e na Escócia as disputas em torno da problemática do crescimento da dívida pública, profissionalização do exército e revolta das colônias americanas fizeram presente nos escritos de muitos autores preocupados com política no século XVIII.

Questões da natureza humana também estavam em voga. Discutia-se se o humano era racional, guiado pelo auto interesse ou egoísmo (Hobbes e Mandeville), inclusive como destacado por Goldsmith (1988) muitos autores escoceses, principalmente Hutcheson, demandaram esforços para responder e se opor às ideias contidas na Fábrica das abelhas de Mandeville. Nesse sentido ainda se discutia se as virtudes, no sentido clássico, e a liberdade eram compatíveis com a atividade comercial, que crescia rapidamente na época.

5.1.4 Iluminismo escocês e a interpretação de Winch e Cropsey

Tanto Cropsey como Winch concordam que Smith estava preocupado com a ascensão das sociedades comerciais e buscando respostas de como ter liberdade e manter a moralidade e as sociedades unidas nessa nova etapa. Os autores concordam também que Smith foi uma figura ilustre do iluminismo escocês. Na seção de referencial teórico apresentaram-se as principais ideias do iluminismo podem ser resumidas como: fim do absolutismo, preocupação com o

crescimento populacional, alargamento do comércio, florescimento da razão, consciência da importância da tolerância religiosa e liberdade de expressão.

Nesse sentido observa-se que Cropsey e Winch concordam que Smith tinha uma preferência por governos de tipo republicanos²⁶, que poderiam inclusive ser tipo monárquico, desde que mantendo a divisão de poderes e sendo regido por lei. Já sobre o florescimento da razão os dois autores concordam que Smith está mais próximo de seus pares do iluminismo escocês que não viam o ser humano como racional, mas sim guiado por paixões e propensões²⁷. No que diz respeito a tolerância religiosa os dois concordam que as religiões deveriam ser múltiplas para não serem tão poderosas ao ponto de interferir na ordem pública²⁸. Cropsey, porém, vê a liberdade religiosa como só sendo possível em uma sociedade guiado pelo comércio, e esse e a liberdade civil são o fim pela qual Smith defende esse modelo de organização social apesar dos seus males. Winch por sua vez apenas faz observações sobre a questão religiosa e importância das pequenas seitas para percepção moral dos indivíduos, mas não toma como uma bandeira nos escritos do autor escocês. Já quanto a liberdade de expressão, essa estaria enquadrada na liberdade civil discutida por Cropsey enquanto Winch não discorre muito sobre esse tema, até porque em sua interpretação a liberdade aparecia em termos mais amplos do que liberdades políticas.

Um possível ponto para discussão é a ideia comum no iluminismo escocês que era a teoria de uma ordem espontânea da sociedade, advinda de atitudes individuais. Cropsey está totalmente de acordo com isso, pois a natureza humana é imperfeita, porém é o suficiente para incentivar a ação que busca o fim último natural que é a preservação da vida. Um possível inconveniente, é que se os humanos criam uma ideia de boa vida e fim último para além do natural, esse que seria o liberalismo e seus valores, nem sempre as sociedades comerciais em seu estado mais puro serão condizentes com esse fim de liberdade. Winch por sua vez, apesar de perceber que em Smith está contido a ideia de uma ordem social que é resultado de atitudes individuais, defende que mesmo assim há espaço para discutir a importância da educação, e a prática de virtudes, essas sendo essenciais para manutenção dos seres humanos, além de que muitas vezes se é necessário um legislador sábio para manter unido os humanos nos laços sociais. Ou seja, nem tudo está nas mãos dos comportamentos individuais.

Como já apresentado na seção do referencial teórico, duas linguagens eram bastante utilizadas no iluminismo escocês, a da jurisprudência natural e do humanismo cívico. Mesmo

²⁶ Winch (1978) p.43-44 e Cropsey (1957), p.65.

²⁷ Winch (1957), p.167 e Cropsey (1957), p.21.

²⁸ Winch (1978), p.118 e Cropsey (1957), p.83.

que a ideia de jurisprudência natural seja incorporada pela tradição liberal, existe um fato bastante discutido e aceito que é que o autor chave da jurisprudência natural comum na Escócia, absorvida por Hutcheson e citado por Smith, é Hugo Grotius e não Hobbes, o que implica a crença de uma sociabilidade natural, sentimentos solidários e busca por estima entre os indivíduos dos humanos, isso que traz uma série de conflitos com o que a tradição liberal prega mais recentemente. Sendo que Cropsey coloca Smith como um herdeiro da forma de ver a sociedade de Hobbes, existe aqui um problema de inexatidão e de abrangência²⁹.

Winch, por sua vez, aborda menos o tema da jurisprudência natural, mas leva em conta a influência de Grotius e Pufendorf. O autor também discorre sobre as diferenças marcantes do pensamento de Smith com tal tradição. Todavia Winch não nega que Smith trabalha com concepções de direito natural, propensões naturais humanas, mas é fortemente contrário a interpretar Smith como compatível com o pacote completo da tradição. Como, por exemplo ao criticar o trabalho de William Grampp, que “após enfatizar o aspecto dos direitos naturais do trabalho de Smith, ele passa diretamente à conclusão de que, para Smith, o estado era simplesmente uma agência de proteção passiva, não uma que iniciou melhorias” (Winch, 1978, p.15, tradução própria), sendo o governo um mal necessário por conta das falhas humanas e útil para preservar as liberdades individuais. Um ponto interessante e que Winch é enfático sobre a questão da tradição de jurisprudência natural é a rejeição explícita de Smith sobre o estado de natureza, por não ter evidências históricas. Ainda faz uma diferenciação nas palestras sobre jurisprudência entre direitos naturais na “*Palestras sobre Jurisprudência*”³⁰ (aqueles que dizem respeito à vida, ao membro e à reputação) e os direitos adquiridos (como a propriedade, esses que exigem mais explicação, pois a propriedade e o governo civil dependem muito um do outro). Discorre também sobre os princípios que deram origem ao governo antes de discutir jurisprudência privada, que na concepção de Winch é “enfatizar a ruptura com a teoria do contrato social e minar a maior parte da ênfase normativa e libertária do endosso de Hutcheson à versão de Locke dessa teoria” (Winch, 1978, p.52, tradução própria). Um problema de abrangência dos escritos de Winch é que ele lida pouco com a ideia de natureza humana em Smith e as propensões naturais humanas, essas que de certa forma estão enquadradas numa forma de pensar da tradição de jurisprudência natural.

A outra linguagem estabelecida no século XVIII foi o humanismo cívico, essa que tem estreitas relações com o republicanismo, e foi utilizado para se opor a várias medidas do partido *Whig*, sendo as mais conhecidas a questão do exército permanente, expansão do crédito público

²⁹ Smith (1999), p.22, p.107, p.143.

³⁰ Smith (1976), p.401.

e o perigo iminente da corrupção e consequente perda da virtude pelos indivíduos na modernidade. Cropsey percebe que existe essa linguagem³¹, mas não a utiliza para interpretação dos escritos de Smith, sua ideia está mais centrada em uma leitura até bastante textualista e buscando formular a defesa de Smith das sociedades comerciais em um modelo lógico e racional. Cropsey cita a questão do exército permanente, e coloca Smith como um defensor³², argumentando que “também não é sem importância para nós que Smith concebeu a riqueza da sociedade capitalista para ser a fonte de seu poder para defender-se, pelo qual ele implicou o divórcio através do capitalismo de virtude e viabilidade, duas entidades pensaram inseparáveis até o século XVIII” (Cropsey, 1957, p.97, tradução própria). Como prova dessa posição de Smith Cropsey cita um trecho da RN: “um exército efetivo bem aparelhado é superior a qualquer milícia. Tal exército, assim como pode ser mais bem mantido por uma nação rica e civilizada, da mesma forma é o único capaz de defender tal nação contra a invasão de um vizinho pobre e bárbaro” (Smith, 1996b, 185) e “somente em tais países a segurança pública não exige que o soberano tenha em mãos todo o poder arbitrário para suprimir até mesmo o impertinente excesso dessa liberdade licenciosa” (Smith, 1996b, 186). O tema, porém, que prende atenção de Cropsey para uma possível explicação entre o relacionamento das duas obras de Smith é a questão da liberdade e corrupção nos tempos modernos e na sua concepção, apesar de perceber os problemas decorrentes das sociedades comerciais e a moral depravada desse tipo de sistema, é defensável, pois é a única forma de ter liberdade civil e eclesiástica, valores esses considerados por Cropsey como representantes da tradição liberal. Portanto, a posição política de Smith seria essa, com um economicismo predominante, pois essas leis econômicas que guiam a vida em sociedade e eclipsam as questões morais e políticas.

Winch em sua abordagem mais contextual, busca compreender as posições políticas de Smith a partir do seu posicionamento em temas políticos debatidos em seu tempo, como a questão do comércio e a relação com a liberdade, a dívida pública e o exército permanente. A partir de seus exames discute que a opinião de Smith não é tão padronizada, mas assim como Hume, tenta observar as questões de forma imparcial e dar repostas ponderadas. Como o estudo de Winch é bastante inspirado no estudo contextual de Pocock (1975), acaba se atendo as ideias em campos ideológicos *Court* e *Country*, esses que por sua vez absorvem ideias de diferentes tradições, mas Winch tem a pretensão de demonstrar como ambos possuem elementos do republicanismo, que era uma tradição bem estabelecida na época. Winch discute como Smith lida historicamente com os temas da sociedade, política e economia. Principalmente em suas

³¹ Cropsey (1957), p.9 e p.17.

³² Cropsey 1957 p.67, p.90 e p.97.

palestras observa que o curso da sociedade não é só influenciado por questões econômicas como a teoria padrão interpreta, mas sim observa que fatores políticos, geográficos, culturais também exercem um papel relevante. Quando trata sobre os benefícios do comércio para a liberdade, não deixa de perceber a importância da justiça nesse sistema e os problemas morais e intelectuais que advém desse modo de organização. Quando trata sobre o tema da profissionalização do exército, opina de forma não utilitária sobre a importância da manutenção de uma milícia para continuarem exercitando a virtude cívica, além de grande ênfase na educação para que os indivíduos consigam evitar o estreitamento moral e intelectual, essencial para que continuem se relacionando socialmente com um espectador imparcial e capacidade de imaginação e simpatia bem acurados.

Sobre a discussão do exército permanente, Winch assim como Cropsey, percebe que Smith tem noção que para as sociedades comerciais os exércitos permanentes são os mais adequados, mas dá ênfase a ideia de que o importante nessa discussão é quem lidera o exército (proprietários de terra e que o interesse da nação esteja em concordância com os seus próprios) para se manter a ordem política e social, sem perigo de golpes e com capacidade de manter a proteção de seu país. Diferente de Cropsey, porém, Winch percebe que Smith não excluiu a importância das virtudes marciais, tanto é que prescreve como uma maneira de manter os cidadãos ativos, e não de forma utilitária, ideia essa que não pertence ao formato padrão de formulação de raciocínios dos pertencentes da tradição liberal a qual Cropsey tenta enquadrar Smith. Ao tratar sobre a dívida pública e sobre a relação classe social e governo, observa com cautela as virtudes e as falhas de cada um, discutindo de forma ponderada, demonstrando que certos gastos do Estado são necessários para além do básico e principalmente se envolve enriquecimento do público, podendo ser um sinalizador de refinamento, se acompanhado de liberdade. Por fim, ao tratar sobre as revoltas americanas, o que chama atenção é como Smith interpreta as possíveis soluções, união ou separação, elencando benefícios e malefícios, mas discutindo o que seria mais provável de acontecer de forma realista, considerando os fatores humanos e políticos de ambição, influência e reconhecimento.

Outra questão que nos salta os olhos é o papel do legislador, que muitas vezes é negligenciado, pois, nem tudo se resolve de forma natural, tumultos acontecem e é preciso que essa figura pondere com sabedoria e guie em direção a uma solução mais harmoniosa possível a sociedade. Porém, Winch precisa lidar com as questões de que os tons negativos e a importância ressaltada da justiça se distancia de alguns pontos da tradição republicana, principalmente da sua vertente mais grega (sobre participação, por exemplo, Smith não fala muito sobre e às vezes é até contrário, embora possa se especular que a educação e a prática de

milícias mesmo que sem utilidade para a defesa deva ser mantida para não mutilar os indivíduos possam ser um indicativo da importância de os humanos possuírem condições morais e intelectuais de viverem uma cidadania ativa. Inclusive o próprio Winch percebe isso, principalmente quando trata sobre o papel das massas no pensamento de Smith. Mas como o objetivo de Winch é interpretar as ideias de Smith em um contexto republicano, sem necessariamente o colocar como porta-voz dessa tradição, isso não seria um problema de consistência em sua interpretação. Uma possível evidência para Winch é a ideia de que o próprio Harrington³³ era um defensor da importância das boas leis para a república em vez de confiar apenas nas virtudes, o que demonstra que esse aspecto negativo de justiça, leis e instituições também era parte da tradição republicana, e não um antagonismo.

5.1.5 Natureza humana em Smith a partir de Winch e Cropsey

Sobre natureza humana, como já apresentado na seção de referencial teórico, Smith deixa bastante claro que o humano é um ser formado por diversos sentimentos, inclusive traços egoístas e benevolentes. Isso pode ser uma possível inconsistência para Cropsey que reconhece essa pluralidade na visão de Smith, mas ao montar sua explicação lógica de defesa do comércio apesar das críticas não insere essa visão mais ampla e foca nos sentimentos auto interessados. Ao mesmo tempo que Smith observa traços egoístas ele observa que o humano é naturalmente solidário e tem predisposição benevolentes e uma busca constante aceitação por parte de seus pares. Se isso é natural, a educação moral para atingir uma ideia de perfeição humana não parece ser antinatural. Inclusive sobre isso, Smith tem várias passagens tecendo crítica a Hobbes e Mandeville, autores esses que se tomam os humanos como seres predominantemente egoístas. Winch observa o tema do egoísmo em Smith, mas não toma como predominante, embora observe que desde as palestras o escocês temia que o espírito requerido pelas sociedades comerciais fosse um catalisador da corrupção humana, e para isso sempre que possível enfatiza a necessidade de cuidados para o retardamento dessa, como o exercício da virtude cívica, educação, inclusão social através a religião e divertimento público.

Para Cropsey a concepção de natureza humana de Smith é a preservação da vida. A partir dessa premissa ele argumenta que Smith observa um conflito entre o que é natural e o que é fruto da razão. Isso concorda com o fato de que Smith não era um adepto de ideias racionalistas como outros membros do iluminismo. Porém, Cropsey vai mais além e diz que a

³³ Ver Hammersley (2020), p.96.

moralidade é também conflituosa com a natureza. Isso corresponde com aquilo que Smith fala em sua TSM, quando diz que a filosofia moral dos estoicos é antinatural³⁴, pois diz respeito a sentir pouco por nós mesmos e nossos entes queridos mais próximos, e autores que pregam uma benevolência universal não confirma com o natural. Essa ideia de que as concepções morais clássicas são limitadoras da liberdade natural enfrenta alguns problemas. Primeiro, como os seres humanos são compostos por variadas paixões, a benevolência ao nível extrapolado não corresponde com o natural, mas um auto interesse completo também não seria aprovado pelo espectador imparcial, esse que busca a real aprovação de seus pares. Além disso, em Smith a moral é fruto de sentimentos naturais, e não proveniente da razão. A partir disso Cropsey infere que não é possível ter uma educação moral em Smith. O trecho que Cropsey usa para tal é uma crítica de Smith para os estoicos e autores que utilizam a benevolência como princípio predominante da moral humana³⁵. Mas a própria ideia de direcionamento da vaidade que Cropsey utiliza está de acordo com a concepção humanista clássica. Como possuímos diversos sentimentos, equilibrá-los para vivermos de forma virtuosa não é uma tarefa impossível e incompatível com as concepções smithianas. Além disso, não faria sentido se a ideia de Smith fosse totalmente naturalista, a defesa, como bem nos demonstra Winch, da educação, exercício da virtude marcial e divertimento público, em um sentido não utilitário, apenas para manutenção moral e intelectual dos indivíduos. Além do mais quando aparece trechos em que Smith aborda a questão da educação moral, Cropsey declara como pontos de exceção e são traços de concepções clássicas na teoria de Smith ou ainda justifica que a defesa moral é só retórica³⁶.

Winch (1978) não trabalha de forma tão normativa com as questões de natureza humana. Mas no decorrer do texto percebe-se que ele trabalha bem tanto com as ideias de auto interesse, busca pelo bem próprio, ganhos econômicos e daí vem a percepção da importância da divisão do trabalho e menor dependência direta possibilitada por uma sociedade organizada de forma comercial. Ao mesmo tempo, Winch não deixa de salientar os problemas decorrentes dessa e que necessitam de intervenções humanas para direcionar a sociedade para um caminho mais harmonioso e virtuoso. Até porque se os seres humanos comessem a viver sem nenhuma dessas virtudes, apenas com pensamento em trabalho e ganhos, a sociedade poderia começar a

³⁴ Smith (1999), p.170.

³⁵Para ver a discussão na obra de Cropsey (1957), p.23-25. O trecho referido está em Smith (1999), p.381.

³⁶ Cropsey (1957), p.17.

sofrer com desordens, principalmente em governos mais participativos e que precisam da opinião favorável dos cidadãos.

5.1.6 Virtudes cardinais em Smith por Winch e Cropsey

As virtudes cardinais em Smith são um consenso: autodomínio, prudência, benevolência e justiça. Sobre a primeira, Cropsey a vê como uma meta-virtude, e utilizando o trecho da TSM “o autodomínio que permite abstermo-nos de um prazer momentâneo, ou de suportar uma dor presente, a fim de obter um prazer maior, ou evitar uma dor maior no futuro” (Smith, 1999, p.231) conclui que, como todas as virtudes podem ser reduzidas ao autodomínio, virtude pode ser compreendida como “uma forma de maximização dos prazeres e minimização das dores” (Cropsey, 1957, p.49, tradução própria). Esse relato utilitário certamente não abrange às críticas de Smith aos autores que percebem aprovação moral como proveniente da utilidade, nem os resquícios da virtude antiga da *fortitude* nas passagens da TSM³⁷. Enquanto isso, Winch não discorre muito sobre a virtude do autodomínio, mas sempre a cita como uma característica dos legisladores que precisam tomar decisões ponderadas para o bem público³⁸. Sobre a prudência, ambos concordam que ela diz respeito ao cuidado de si mesmo, em tons auto interessados, embora não egoístas. Uma possível falha de abrangência na interpretação de Winch é que ele aborda pouco as questões morais da obra de Smith, essas que são o fundamento das reflexões sobre economia e política do autor escocês.

A justiça e a benevolência são tratadas de forma conjunta e muitas vezes contrastadas. A justiça, para Smith, decorre do ressentimento, algo natural para os humanos. Smith diz que é mais fácil para os indivíduos reconhecerem algo que causa dor ao outro, e por conta disso existe uma universalidade dessa virtude. Para que as pessoas não tentem alcançar a justiça com as próprias mãos e a sociedade vire um caos, ela deve ser administrada de forma imparcial, e assim ela torna-se a virtude de sustentação da sociedade. Os autores, Winch e Cropsey, concordam sobre a importância da justiça para a sociedade. Winch, porém, vai mais além e levanta um ponto interessante, pois não só o surgimento do comércio ocasionou um melhoramento da justiça³⁹ (principalmente através da corrosão os poderes arbitrários dos senhores de terra por conta dos gastos em luxo e o estabelecimento de um sistema mais imparcial de justiça, e no mundo moderno a separação dos poderes, principalmente executivo e judicial, nos termos de

³⁷ Ver Montes (2010), p.76-86.

³⁸ Winch (1978), p.159 e p.160.

³⁹ Essa discussão aparece no Livro V da Riqueza das Nações

Montesquieu) mas também que uma sociedade comercial é muito mais dependente de um sistema de justiça refinado, já que os laços que unem as pessoas são mais utilitários e sem um afeto mútuo.

Cropsey salienta inúmeras vezes que a benevolência foi recusada como regulador social por Smith⁴⁰, pois ela não permite que o verdadeiro fim natural, a preservação da vida, seja alcançado⁴¹. Winch concorda que os laços da benevolência em Smith são mais fracos do que a utilidade das relações mercantis e a ênfase é na maquinaria institucional para refrear os impulsos auto interessados, e essa lógica não é fruto exclusivo da tradição liberal, mas foi tratado por pensadores republicanos ao longo do tempo, como o próprio Maquiavel apesar de porta-voz da importância das virtudes em um governante, e o próprio Harrington no pensamento político inglês⁴². Porém, Winch, argumenta que Smith não descarta a benevolência e as virtudes como elemento da vida comum, pois, as ideias de manter educação, exercício de virtudes marciais e religiosidade controlada é para manter os humanos com capacidades intelectuais e morais de se relacionarem socialmente.

Essas virtudes, e o caso específico da benevolência, aparecem fortemente na personalidade de legisladores e Winch apresenta uma série de passagens em que esse tema aparece. “Como historiador da sociedade civil, Smith pode não colocaram grande ênfase no papel criativo dos legisladores, mas ele considerava a lei e o governo como 'o maior esforço de prudência e sabedoria humanas’⁴³” (Winch, 1978, p.159, tradução própria). Além disso, embora céptico com figuras públicas do seu tempo, Smith não deixou de admirar a personalidade de liderança públicas da história. Por exemplo, em uma passagem da “*Teoria dos Sentimentos Morais*”:

Falamos da prudência do grande general, do grande estadista, do grande legislador. Em todos esses casos, à Prudência se combinam muitas virtudes maiores e mais esplêndidas: valor, ampla e forte benevolência, um sagrado respeito às regras da justiça, e tudo isso amparado por um grau apropriado de domínio de si. Essa prudência superior, quando transportada para o mais alto grau de perfeição, necessariamente supõe a arte, o talento e o hábito ou disposição de agir com a mais perfeita conveniência em todas as possíveis circunstâncias e situações. Supõe necessariamente a extrema perfeição de todas as virtudes intelectuais e morais. É a melhor cabeça unida ao melhor coração. É a mais perfeita sabedoria combinada com a mais perfeita virtude (Smith, 1999, p.270).

⁴⁰ Cropsey (1957), p.32 citando a passagem da WN que não é da benevolência do açougueiro e o trecho da TSM sobre a benevolência ser o ornamento da vida política e justiça a base.

⁴¹ Cropsey (1957), p.33

⁴² Ver caso de Maquiavel em Silva (2010) e de Harrington em Hammersley (2020), p.86.

⁴³ Smith (1996), p.489.

Ainda sobre o comportamento do legislador Winch salienta a passagem em que Smith apresenta:

O homem cujo espírito público é movido inteiramente pela humanidade e benevolência respeitará os poderes e privilégios estabelecidos, de indivíduos, e sobretudo das grandes ordens e sociedades em que se divide o Estado. Embora possa considerar que alguns são em alguma medida, abusivos, vai-se contentar com moderar o que às vezes não consegue aniquilar sem grande violência. Quando não puder dominar os preconceitos arraigados do povo por razão e persuasão, não tentará submetê-los pela força, pois observará religiosamente o que com justiça Cícero chama a divina máxima de Platão, a saber, nunca usar de mais violência com seu país do que com os próprios pais. E então, tanto quanto possível, acomodará seus interesses públicos aos hábitos e preconceitos estabelecidos do povo; e ainda, tanto quanto possível, remediará as inconveniências que podem resultar da ausência dessas regras a que as pessoas são avessas a se submeter. Quando não puder estabelecer o certo, não desdenhará melhorar o errado; mas, como Sólon, quando não puder estabelecer o melhor sistema de leis, empenhar-se-á em estabelecer o melhor que o povo puder tolerar (Smith, 1999, p.292)⁴⁴.

A interpretação de Winch destoa da ideia de um *homo economicus* (racional e que busca riqueza sem demais considerações), mas também não força uma narrativa de um *homo socius* (completamente benevolente e social). A ideia é inserir no sistema de Smith uma dimensão de *homo civicus*, como fica esclarecido na preocupação de manutenção moral e intelectual dos indivíduos. Winch faz assim uma junção dos dois grandes pontos, pois,

as circunstâncias econômicas exercem uma influência profunda na capacidade das pessoas de agir como cidadãos, mas é precisamente a ameaça de as pessoas se tornarem nada mais que agentes econômicos operando em ambientes anônimos que faz parte da avaliação de Smith dos ganhos e perdas incorridos no processo histórico de mudança econômica e social. Da mesma forma, as capacidades cívicas não podem ser adquiridas nas interações sociais mais privadas dos indivíduos, onde considerações de simpatia e benevolência têm sua melhor oportunidade para se manifestar (Winch, 1978, p.170).

Por fim, Winch reconhece que o valor principal não é a benevolência, e Smith tem uma simpatia pelo sistema de liberdades naturais, porém com entendimento de que esse sistema competitivo e livre dificilmente vai ser possível. Sendo assim a ação, principalmente do legislador é remediar os inconvenientes até o ponto que a opinião pública pode suportar.

Quando contrastado a abordagem da justiça e da benevolência dadas pelos autores pode-se perceber que Cropsey apenas foca nos trechos onde Smith está ponderando sobre a questão da não necessidade da benevolência como regulador social em uma sociedade de trocas e os benefícios dessa (menor dominação, maior progresso social para todos). Porém, a obra de

⁴⁴ Ver essa discussão completa em Winch (1978), p.160.

Smith é bastante extensa e possui um outro lado, a parte em que ele pondera sobre a importância da benevolência, da preocupação com a vida comum e manutenção das virtudes morais e intelectuais que tem suas funcionalidades suprimidas pela atividade comercial (e em alguns casos são até prejudiciais, como o caso do trabalho repetitivo e uniforme). Talvez o caso aqui não seria falar em uma exclusão da benevolência e das virtudes, mas sim uma mudança na forma como ela se manifesta. Sendo assim, percebe-se que o relato de Winch é mais abrangente e consistente do que o de Cropsey, pois lida com ambos os aspectos.

5.1.7 Sociabilidade e política em Smith

No texto de 1993 Cropsey trabalha com mais afinco a questão da sociabilidade humana e argumenta que na TSM Smith falou sobre a sociabilidade humana, mas diferente da forma antiga de ver esse assunto, que implicava que os humanos são animais políticos, a de Smith está baseada na subracionalidade, não sendo concebido como um princípio, mas sim a algo mecânico. Sendo assim, a sociabilidade tem um sentido de compaixão pelos membros da própria espécie. Cropsey segue esse raciocínio e afirma que “os humanos estão amarrados aos seus concidadãos pelos laços imediatos do sentido e do sentimento, mas está amarrado aos seus concidadãos como tal, pelos laços, mais fracos e induzidos, do cálculo ou da razão, os quais derivam de considerações de utilidade” (Cropsey, 1993 p.601, tradução própria). Cropsey argumenta que em Smith a política e a sociedade aparecem com o objetivo de salvaguardar a justiça, que significa a preservação da vida em vez da ideia de perfeição da vida como nos antigos, e o princípio de sociabilidade humana é defendido apenas por significar preservação. Por fim, Cropsey afirma que “embora em certo sentido a sociedade política seja natural, é num sentido muito fraco” (Cropsey, 1993, p.602). Para argumentar sobre isso fala da importância que Smith dá para a sociedade nacional e como ela é compatível com nossa natureza, fazendo uma diferenciação de como isso independe de um amor pela humanidade. É uma ideia complexa, mas é evidente que Smith não acha que somos completamente políticos, mas percebe que a fundação de sociedades políticas é compatível com nossa natureza e benéficas, sendo assim, tendo em conta que possuímos certas características sociais, estimulá-las e manter a possibilidade da utilização das virtudes morais é essencial para uma sociedade harmônica e com ordem que parecem ser valores importantes para Smith em suas obras.

Cropsey afirma que Smith ao trabalhar com a ideia de tendências naturais que nos empurram para o fim natural que é autopreservação não tem o objetivo da

expressão de a moral e da conservação, que os frutos práticos de sua doutrina tentam desembocar na libertação dos homens para buscar sua felicidade livremente de acordo com seus desejos individuais, esta realização em conjunto merece grande respeito. Foi talvez a primeira vez que se considerou a reconciliação do bem privado e do bem comum por meio não da coerção, mas da liberdade sobre uma base de dever moral (Cropsey, 1993, p.603).

Sobre essa discussão, como Cropsey diz que o fim natural é autopreservação e a sociedade é vista como uma boa maneira de conseguir esse fim, como os humanos possuem afeição natural por seus pares e desejo de estima entre eles, a convivência desses exige uma discussão do político. Como o próprio Cropsey enfatizou também, o fim natural nem sempre coincide com o fim artificial (que no caso dele defende ser em Smith a sociedade liberal), e ponderações sobre qual é a boa vida parece possível entre os indivíduos, que vivem em conjunto e buscam pela boa ordem social, e para isso são necessárias mais do que apenas os laços utilitários comerciais, pontos esses que perpassam em considerações morais e políticas. Winch rebate essa percepção de que a TSM estabelece a sociabilidade natural em que os humanos estão ligados uns aos outros por laços utilitários de tipo negativo, sem significar que o humano é um animal político, dizendo que “a dimensão cívica se faz presente nas obras de Smith e permeia várias de suas argumentações”(Winch, 1978, p.174, tradução própria), e como exemplo cita o próprio perigo de corrupção moral dos seres se passarem a agirem “apenas agentes econômicos operando em ambientes anônimos” (Winch, 1978, p.174, tradução própria).

Um ponto de disputa entre os dois autores que está inserido nessa temática é proveniente do relato dos quatro estágios sociais elencados por Smith, a saber: (1) tribos nativas. (2) pastores nômades. (3) sociedades agrícolas. (4) sociedades comerciais. Cropsey utiliza os trechos da “*Riqueza das Nações*” para isso e infere que é um relato apolítico, pois há ênfase nas mudanças de modo de produção nos diferentes estágios sociais. Winch pretende atacar que a política de Smith está subordinada à economia, principalmente ao resgatar o relato dos estágios de maneira mais completa nas palestras sobre jurisprudência, onde evidencia que outros fatores, e não só econômicos são relevantes e muitas vezes até se sobressaem aos puramente econômicos. Um exemplo marcante disso, é quando fala sobre os soberanos preocupados em manter sua influência nas cidades em detrimento dos senhores feudais, passaram a conceder privilégios para as pessoas da cidade, o que possibilitou o florescimento do comércio e a decadência ainda maior dos senhores de terras. Sendo assim observa-se que a interpretação de Cropsey enfrenta um problema de abrangência e inexatidão, enquanto a de Winch pode ser menos consistente por não ter uma explicação tão certa sobre a causa de Smith em sua obra- prima passar o relato dos quatro estágios sociais de forma resumida. Embora possa-se especular

que talvez os relatos dos estágios na RN sejam mais focados nas questões econômicas porque o livro trata mais desse tema — como Smith deixou claro que a ideia era tratar de temas como política e justiça posteriormente a PJ serve como evidência de rascunho.

5.1.8 Comércio e liberdade em Smith

Cropsey e Winch concordam que Smith observa que a organização social moldada pelas relações comerciais contribuiu para a liberdade e o progresso. Porém, existem algumas divergências, a começar pelo entendimento do significado de liberdade. Cropsey apresenta em alguns trechos o entendimento de liberdade no sentido de liberdade de contrato, em termos bastante negativos, no mesmo estilo de argumentação da justiça. Cropsey (1993) enfatiza que Smith não considera a liberdade como condição de existência de todos como ser moral, mas sim “liberdade continuou a ser para Smith o que tinha sido para Locke, para Aristóteles e para a vasta tradição da filosofia política: a condição dos homens que estão sob a tutela de governantes autorizados que respeitam as pessoas e as propriedades de seus governados, tendo estes últimos aceitado o arranjo de uma forma ou de outra” (Cropsey, 1993, p.613, tradução própria). Cropsey descreve essa liberdade como parte da doutrina liberal de Locke e não de Rousseau, pois a ideia é “libertar institucionalmente o instinto natural de conservação de si mesmo” (Cropsey, 1993, p.613, tradução própria), de uma forma inteligível no mundo político, e não apenas libertar institucionalmente os instintos humanos a favor de uma ordem moral. Cropsey conclui que por isso, “Smith não teve dificuldade em conceber o homem livre, apesar de este estar submetido à natureza e sujeito às formas do direito que garantem a sua liberdade externa, mas dificilmente aspirariam a ser a base da sua emancipação interna em relação a essa mesma natureza” (Cropsey, 1993, p.614). Algo a se considerar aqui é que essa forma de ver liberdade descrita por Cropsey, apesar dele inserir na tradição liberal, é perfeitamente compatível com a tradição republicana. Inclusive como Silva (2008) argumenta em seus textos ao fazer um paralelo entre os conceitos de liberdade e sua relação com as leis, percebe-se que em Locke as leis não são vistas como limitadoras da liberdade, bem diferente do que acontece na tradição liberal que se formou a partir do século XIX. Além disso, um questionamento ressoa, se tudo se resolve pelos laços de justiça e utilidade, qual o motivo da preocupação de Smith com a manutenção das capacidades morais e intelectuais dos indivíduos que podia ser afetada pelo comércio.

Quando Cropsey trata de forma mais detalhada o fim último da defesa das sociedades comerciais feita por Smith, ele diz que o objetivo era liberdade civil e eclesiástica, dando uma

ideia de liberdade políticas democráticas como as entendemos atualmente. Existem também trechos em que Cropsey argumenta que Smith parte da ideia de igualdade natural dos humanos e contrasta a visão com a antiguidade clássica onde Platão e Aristóteles, por exemplo faziam uma diferenciação nas virtudes de classes ou tipo de indivíduos para agirem na vida política. Cropsey então diz que só a democracia consegue universalizar a virtude moral como possível para todos. “A democracia é o regime que minimiza a distinção entre governantes e governados, o fenômeno político fundamental; esse sentido pode-se dizer que a democracia liberal tende a substituir a vida política pela sociabilidade ao mesmo tempo que difunde mais amplamente a autoridade política” (Cropsey, 1993, p.609, tradução própria). Cropsey tem o entendimento e apresenta a ideia de que as classes mais baixas não conseguem compreender bem seus interesses, e por conta disso a proposta de Smith não era de sufrágio universal. Porém, no decorrer na discussão diz que “a extensão do apego de Smith à política livre, no entanto, é sugerida pela passagem em que ele declara a favor dos exércitos permanentes” (Cropsey, 1993, p.67). Nesse sentido, também mostra os trechos que Smith tece críticas as várias classes como detentoras do poder político e segue para ideia de que “a preferência política de Smith, na medida em que é expressa, favorece os "homens que foram educados nas fileiras média e inferior da vida, que foram levados adiante por sua própria indústria e habilidades⁴⁵” (Cropsey, 1957, p.68-69, tradução própria). Na “*Riqueza das Nações*” a referência à aristocracia natural aparece assim:

Se, ao mesmo tempo, o Parlamento da Grã-Bretanha adquirisse plenamente o direito de taxar as colônias, mesmo independentemente do consentimento de suas próprias Assembleias, a partir desse momento acabaria a importância dessas Assembleias e, com isso, também a importância de todas as pessoas líderes da América britânica. As pessoas desejam ter certa participação na administração dos negócios públicos, sobretudo pelo prestígio que tal administração lhes dá. A estabilidade e a duração de todo sistema de livre governo dependem do poder que detém a maior parte dos líderes, da aristocracia natural de cada país, de preservar ou defender seu respectivo prestígio. É nos ataques mútuos que esses líderes fazem continuamente ao prestígio de seus pares e na defesa de seu próprio prestígio que consiste em todo o jogo das facções e da ambição políticas internas (Smith, 1996b, p.113).

Essa aristocracia que se assemelharia aos governantes virtuosos do passado, mas que no caso de Smith o guia seria a ambição. Disso, Cropsey conclui que a decisão de quem deve governar em Smith é

ditada pela desqualificação de Smith de cada ordem para regra única porque seus interesses colidem com os do todo, ou seja, porque é inerentemente impróprio para suportar o governo. Em outras palavras, não há uma ordem convencional qualificada para governar. Isso é atestado pela confiança de Smith na "aristocracia natural", ou

⁴⁵ Smith, 1999, p.67 e Smith, 1996, p.113.

seja, nenhuma ordem. A solução afirmativa de Smith é confiar em uma constituição que forneça um acordo ou equilíbrio das ordens, o acordo como tal tomando o lugar da regra como tal (Winch, 1957, p.70, tradução própria).

Ao seguir sua discussão, Cropsey define “a liberdade do indivíduo da restrição da virtude implausível, aparentemente inatingível como tal, e sua libertação para a custódia de seus próprios impulsos naturais” (Cropsey, 1957, p.70, tradução própria), e a melhor sociedade é aquele em que isso é possível, ou seja, “a sociedade desejável é aquela em que esse esforço é protegido por lei e permitido pela liberdade de se exercitar da maneira mais vantajosa” (Smith, 1996, p.346). Conclui-se que “liberdade é uma descarga das inibições que eram tradicionalmente conhecidas como virtudes. Para estes últimos, são substituídas as paixões controladas da autopreservação através do ganho, cujo movimento despreocupado é comércio” (Cropsey, 1957, p.72, tradução própria), onde a livre competição subsistiu perfeitamente o papel da virtude, na concepção de Cropsey.

Enquanto isso, Winch se embasa nos estudos de Forbes, e tem um entendimento que a ideia de liberdade é de segurança sob a lei, em termos mais amplos do que direitos políticos democráticos. Nessa interpretação a finalidade do governo, na visão de Smith, era a justiça, a proteção da propriedade, a liberdade e a segurança do indivíduo sob o império da lei. Winch (1978), com base em Forbes, enfatiza “a liberdade pessoal, vista como a administração regular e imparcial da justiça e a segurança de propriedade e contratos, era compatível com muitas formas diferentes de governo, exceto aquelas que eram puramente despóticas e arbitrarias” (Winch, 1978, p.40, tradução própria), inclusive as monarquias, embora não fossem “governos livres”.

Tanto Winch como Forbes percebem que o sentido de liberdade que Cropsey vê nascer do progresso do comércio não é o império da lei, mas sim no sentido de instituições democráticas, principalmente quando trata da rejeição da sociedade guiada pela benevolência (que exige governos mais absolutistas) e substituição por uma guiada pela justiça e livre comércio (compatível com modo de repúblicas ou governos livres)⁴⁶. Essa ideia de liberdade no sentido que culmina em liberdades democráticas que parece permear a obra de Cropsey, Winch contra-argumenta com as partes que Smith esclarece que compreende que o interesse do povo das classes mais baixas está em concordância com o da nação, mas existe uma dificuldade de conceber isso⁴⁷. De acordo com Winch, “Cropsey não evita, de fato, essa evidência de falta de compreensão, nem seu argumento exige que a liberdade seja confiada a esses soldados fracos

⁴⁶ Cropsey (1957), p. 65, 66, 68, 94.

⁴⁷ Smith (1996a), p.272.

e crítica que isso pode ser fruto de uma visão em que valores contemporâneos se sobressaem ao lermos textos do passado, quando essas questões não estavam postas” (Winch, 1978, p.85, tradução própria).

Sobre a ideia de preferência política pelo governo ser tomado pela aristocracia natural, Winch observa que a referência aqui é a uma seção da "*Teoria dos Sentimentos Morais*" na qual Smith considera as virtudes que indivíduos de classes mais baixas devem exercer para alcançar estima social. Para Winch os trechos da TSM e da RN que falam sobre aristocracia natural não têm sentido político e “poderiam ser interpretadas como abrangendo mérito e posição elevada, especialmente se levarmos a sério, como devemos, as opiniões de Smith sobre a importância de, e a simpatia concedida à, riqueza e autoridade estabelecidas” (Winch, 1978, p.101, tradução própria).

Feita essa diferenciação, apreciamos de forma mais concentrada a argumentação principal que os autores, Cropsey e Winch, fazem para defender que o comércio é gerador de liberdade. Primeiro, a tese geral de Cropsey é que ao excluir a benevolência e o absolutismo (ou medo do poder dos príncipes) como guia da vida comum e substituir pelos laços utilitários do mercado, sendo a competição o substituto da virtude, torna-se possível viver com maior liberdade civil e eclesiástica.

Winch percebe que Smith tinha uma preferência pelo sistema de liberdade naturais e observa os benefícios que ocorre. Quando fala sobre a divisão do trabalho tanto nas "*Palestras*" como na "*Riqueza das Nações*" observa que o avanço da civilização e do comércio propicia uma melhoria no padrão de vida das classes mais baixas e o aumento da produtividade. Mas esses benefícios, por si só, não fazem da sociedade comercial uma sociedade harmoniosa ou justa embora possam ajudar as classes mais baixas a ter um certo conforto material através do mecanismo da mão invisível. Winch trabalha também com a ideia de que a relação entre comércio e liberdade é recíproca, principalmente ao resgatar o relato do progresso social feito por Smith nas palestras. Uma parte interessante é o reconhecimento que foi nas cidades que o comércio floresceu, esse espaço que foi fruto de uma relação entre o soberano e essas pessoas cidadinas e que receberam certos incentivos contra os senhores do campo. Winch tem um *insight* consistente nesses trechos ao perceber que as instituições humanas importam e influenciam o processo histórico da sociedade para além das forças econômicas e naturais, pois “se o campo não tivesse sido mal governado e se as cidades não tivessem recebido privilégios especiais da Coroa, a 'ordem natural das coisas' teria levado à melhoria na agricultura antes do desenvolvimento do comércio estrangeiro” (Winch, 1978, p.77, tradução própria). Smith é enfatiza que o poder dicionário dos senhores de terra colocava os dependentes em uma posição

de dominação que não era muito melhor que a escravidão. Os indivíduos que vivem nas cidades começam a se desvincular dessa dominação dos senhores de terra ao receberem privilégios corporativos dos monarcas para apoiar suas investidas contra os barões. Sendo assim “uma vez que 'ordem e bom governo' são estabelecidos nas cidades, a segurança que isso proporciona encoraja a acumulação de capital e atividades econômicas mais ambiciosas, especialmente nas cidades com fácil acesso a mercados estrangeiros e fontes de matéria-prima” (Winch, 1978, p.77, tradução própria). Smith segue o relato até chegar na parte do comércio mais desenvolvido e que é o motivo pela perda de poder dos barões proprietários de terras, que passaram a gastar em luxo em vez da manutenção de seu poder e melhorias de produção, sendo que as pessoas começam a ter uma maior independência (em certo sentido) e isso é visto como muito positivo por Smith já que “nada tende tanto a corromper a humanidade quanto a dependência, enquanto a independência ainda aumenta a honestidade das pessoas”(Winch, 1978, p.79, tradução própria). Winch observa ainda que para Smith os benefícios sociais do comércio estão ainda na ideia de que mais pessoas “são atraídas para o círculo mais amplo de relações comerciais” (Winch, 1978, p.80, tradução própria) e com isso os indivíduos podem suprir apenas uma pequena parte de suas necessidades através de sua produção e negocia com os outros o restante. Winch é enfático e aborda um outro lado dos textos de Smith, que são os problemas morais, políticos e intelectuais decorrentes dessas sociedades comerciais, onde a relação entre as pessoas passa a ser com um teor utilitário que serão tratados com maior afinco na seção seguinte.

5.1.9 Problemas nas sociedades comerciais

É fato concordante entre Cropsey e Winch que existem muitos problemas ocasionados pelas sociedades comerciais e até propriamente da natureza delas. Como, por exemplo a deterioração moral e intelectual dos indivíduos, as extensas críticas aos mercantilistas e comerciantes, ao espírito de monopólio, à relação trabalhador e patrão. Dito isso, o ponto de maior disputa é como relacionar os benefícios da troca e divisão do trabalho com as mazelas dele?

Cropsey deixa bem claro que Smith está disposto a defender as sociedades comerciais apesar de seus problemas, pois como os humanos criam um fim último artificial para além do moral, percebia que a era a única forma de se conseguir liberdade civil e religiosa, essas que fazem parte do que seria o liberalismo. Winch por sua vez, faz uma interpretação fora dessa tradição capitalista liberal, pois recorre a estudos históricos que demonstram que na época o

discurso político do republicanismismo estava em voga, e muito das ideias utilitárias e de liberdade política não eram concebidas como no século XIX se populariza. A interpretação é que Smith não estava fazendo uma defesa do sistema, embora percebesse certos benefícios, assim como percebia os problemas e procurava por soluções, como a questão da educação e exercício das virtudes marciais e divertimento público para manutenção das capacidades morais e intelectuais dos cidadãos. Diferente do que a interpretação corrente e na qual Cropsey se insere, Winch discorda que Smith acreditava que tudo deveria ser guiado pelas forças naturais e pela “mão invisível”, pois muitas coisas se resolviam assim, porém, justamente por existirem sentimentos diversos na humanidade, inclusive egoísmo, influência, ambição, nem sempre era possível deixar o curso normal seguir, e aparecia a figura do legislador para ponderar sobre o melhor caminho.

Dois temas interessantes sobre a questão dos problemas nas sociedades comerciais são o papel da religião e da educação. Winch enfatiza que Smith faz uma comparação entre as instituições educacionais antigas (Roma e Grécia) e modernas. Nas primeiras os cidadãos livres eram instruídos sob direção do magistrado público em exercícios de ginástica e em música, com o objetivo de prepará-los para o serviço militar, humanizar a mente, exercitar o temperamento e a capacidade de cumprir as da vida pública quanto da vida privada. Sobre o tema da educação moral, embora seja frequentemente concebido nos moldes das diferentes classes, Smith faz uma comparação também entre as pessoas que viviam no campo e passaram a viver nas cidades. Primeiro enfatiza que as pessoas com mais fortuna possuem tempo necessário para adquirir certo grau de educação antes de passar a exercer ofícios específicos, sendo que é possível adquirir os ensinamentos e características necessários para alcançar estima pública. Porém, as classes mais baixas assim que podem começam a trabalhar pelo sustento, com ocupações simples e uniformes. Sendo que o indivíduo que deixa o campo para trabalhar no meio urbano ele sofre por não ser reconhecido socialmente, pois enquanto no campo, por ser um espaço menor, sua conduta pode ser observada, nas cidades é tomado pelo anonimato e sem a vigilância de seus pares pode negligenciar o bom comportamento. Nesse contexto, com a capacidade de os indivíduos exercerem o julgamento moral prejudicada a coesão social corre risco e afeta até os propósitos da sociedade.

As soluções oferecidas por Smith para as mazelas das sociedades comerciais destacadas por Winch (1978) são: educação obrigatória para as pessoas comuns às custas públicas com alguma contribuição das famílias. Sendo que os currículos devem ser adaptados as necessidades reais das pessoas e do público, além de uma introdução necessária às ciências mais sublimes e úteis. Smith ainda inclui algum tipo de treinamento militar nos moldes antigos.

Considera ainda que a religião poderia ser útil, mas de forma independente, com uma multidão de seitas competindo por seguidores para não afetar a ordem pública, pois assim encorajaria a temperança dos indivíduos e proporcionaria a oportunidade dos trabalhadores urbanos ingressarem na vida social, sendo sua conduta novamente observada e julgada por seus pares. Para que as ideias religiosas não afetassem a ordem pública deveria ser encorajado o estudo da ciência que era um antídoto para o veneno do entusiasmo e da superstição, pelas camadas médias e altas para assim se espalhar para a população em geral. Também deveria ser ofertado alegria das diversões públicas, um encorajamento às artes, para não deixar o fanatismo e a melancolia religiosa tomar força. Na concepção de Winch (1978) essas ideias são bastante similares com as questões educativas do mundo antigo, e com isso, Smith forneceu uma declaração dos seus propósitos políticos ou cívicos. Pois, se o indivíduo que não faz o uso adequado das faculdades intelectuais ‘é mais desprezível do que um covarde, e parece estar mutilado e deformado em um ponto ainda mais essencial do caráter da natureza humana’ (Smith, 1999, vol II, p.249). Winch (1978) observa que o Estado também se beneficia da educação das classes mais baixas por conta de que quanto mais são instruídos, menos sujeitos ficam às ilusões de entusiasmo e superstição, que ocasionam desordem. Os indivíduos de sociedades mais educadas sentem-se mais respeitáveis, propensos a obter respeito e respeitar seus superiores. São mais capazes de olhar criticamente para as propostas e queixas dos partidos. Além do mais em países livres em que a segurança do governo depende do julgamento favorável do povo, é importante que eles sejam cautelosos em decisões e opiniões, essas que seguindo os passos de Hume é importante para o bom funcionamento e estabilidade da política.

Cropsey também observa os temas sobre religião e educação nos escritos de Smith. “Smith trata da religião de maneira que se assemelha a alguém manuseando uma substância que, em quantidades adequadas, é um remédio benéfico, mas de que uma grande dose é tóxica” (Cropsey, 1957, p.83, tradução própria), no sentido de que deveria ter inúmeras seitas disputando por fiéis e sem poder suficiente para afetar a ordem pública. Já sobre a educação, Cropsey também destaca que ela é vista como um antídoto para a superstição e fanatismo é importante para manter a ordem social. Cropsey defende que Smith percebia a junção desses elementos, inúmeras seitas combinadas com o ensino da ciência como importante para manter a ordem social em uma sociedade não mais guiada pelas repressões eclesiásticas ou pelo poder do príncipe. Nesse sentido, Cropsey argumenta que

o grande projeto em prol da sociedade livre, que exige a emancipação do domínio da virtude que o comércio torna possível, baseou-se fortemente no poder da educação para humanizar com sucesso e "racionalizar" toda a população. Através de uma

educação literária que possam apoiar, as massas seriam inspiradas a julgamentos temperados e maneiras suaves que são as únicas capazes de tolerar as responsabilidades da liberdade, como foi explicado anteriormente (Cropsey, 1957, p.87, tradução própria).

A ideia que Cropsey passa, e como se toda essa discussão de deterioração moral e intelectual advinda das sociedades comerciais fosse uma espécie de mea culpa. De acordo com ele, Smith fala sobre esses problemas e fala sobre o papel do governo nisso. Porém, Cropsey afirma que essas ressalvas não possuem soluções, e tudo o que Smith pode dizer é que esses problemas mereciam tenção do governo⁴⁸ e as ideias de oferecer educação básica para população não são suficientes para perda de virtudes morais, intelectuais e marciais.

Sua convicção quanto à insolubilidade prática do problema da vida é atestada por sua proposta de que a defesa da sociedade seja confiada às mãos de um exército permanente de soldados profissionais. E depois de tudo o que foi dito sobre a educação popular, "a mesma coisa" (ou seja, que ainda mereceria a atenção mais séria do governo) "pode ser dito sobre a grossa ignorância e estupidez que, em uma sociedade civilizada, parecem tão frequentemente entorpecer o entendimento de todas as classes inferiores do povo (Cropsey, 1957, p.90, tradução própria).

Fazendo um balanço dessa discussão pode-se perceber que a interpretação de Cropsey pode não ser exata, já que trata de liberdade em um sentido que não encontra respaldo nos escritos de Smith além de tratar os trechos de Smith sobre os problemas das sociedades comerciais e suas possíveis soluções não como crenças sinceras. É uma tarefa complicada afirmar que para Smith os problemas advindos das sociedades comerciais são um mal menor, pois Smith insiste nesses pontos desde as palestras sobre a jurisprudência e tem uma obra com uma preocupação moral bem mais ampla que relações utilitárias e de mercado. Os remédios que Smith oferece, são compatíveis com ideias comuns de manutenção da moral e das virtudes da tradição republicana que estava em voga na época. Além disso, o trecho que Cropsey utiliza como argumento para a possível não crença de resolução dos problemas advindo das sociedades comerciais não está abrangendo outras ideias do autor como apontada por Winch, de considerações sobre a importância de quem lidera os exércitos permanentes (seus interesses devem concordar com o bem da nação) e da importância não utilitária das milícias para defesa da nação, mas preocupação com a manutenção das virtudes cívicas dos cidadãos. Ademais, se levar em conta a fala de que o governo deve tomar providências para não ocorrer a deterioração moral e intelectuais dos indivíduos com as considerações apresentadas por Winch do papel do legislador a ideia de que os remédios foi um mea culpa não parece tão consistente. Percebe-se

⁴⁸ Cropsey (1957), p.90.

que a interpretação de Winch, de que Smith estava ponderando sobre os benefícios e malefícios de se viver em uma sociedade comercial consegue abranger melhor as discussões que são apresentadas nos escritos do autor escocês, inclusive porque é compatível com o papel que ele concebia para o filósofo.

5.2 COMPARAÇÃO DAS TEORIAS RIVAIIS PELOS CRITÉRIOS DIACRÔNICOS

Comparada as teorias rivais através dos critérios sincrônicos, passamos agora para uma análise diacrônica, ou seja, como o debate foi construído e modificado posteriormente as primeiras obras dos autores em questão. Os critérios diacrônicos, favorecem teorias especulativas positivas em detrimento daquela que só bloqueiam as críticas e permanecem estáticas. Sendo assim, a preferência é por teorias progressivas (teorias especulativas positivas que sugerem novas previsões não previamente associadas a ela), fecundas (novas previsões sugeridas pelas teorias especulativas relevantes recebem tipicamente o apoio dos fatos) e abertas (sustenta-se mediante proposições claramente definidas de um modo que facilite a crítica). No quadro 2 apresenta-se uma síntese da compatibilidade ou não dos autores com os critérios diacrônicos de Mark Bevir (2008).

Quadro 2 – Comparação das teorias rivais pelos critérios diacrônicos.

Crítérios	Cropsey	Winch
Progressividade	Em termos especulativos a interpretação de Cropsey foi uma das primeiras a fazer uma leitura de um Smith liberal, mas tentando encaixar e explicar as críticas de Smith ao sistema comercial.	Winch é basicamente um dos primeiros a fazer essa leitura mais contextualista de Smith e compreender suas ideias que possui tanto um elogio como uma crítica às sociedades comerciais por meio de uma linguagem republicana associadas a ela.
	Mas a teoria de Cropsey que relaciona Smith com a tradição liberal não são nada de novo.	Winch progride na sua teoria afimco do papel do legislador e como as ideias de Smith foram recebidas e transmitidas ao longo do tempo.
		Como fica claro na revisão de Brown (1997) a abordagem de leitura de Smith iniciada por Winch tem crescido.
Fecundidade	Em termos de fecundidade existe uma certa dificuldade de relacionar a leitura de Cropsey de Smith como um defensor do <i>laissez faire</i> com a aceitação nos últimos anos que o liberalismo é uma tradição do século XIX e que Locke seja um grande fundador dessa tradição, ao menos conscientemente.	Como evidenciado na revisão de Bell (2014), a discussão de que a tradição liberal foi obra do século XIX, as controvérsias sobre a figura de Locke, e os estudos que associam os federalistas e as discussões da fundação dos Estados Unidos com as teorias de oposição que estiveram em voga na Inglaterra e possuíam teor de republicanismo, os fatos têm contribuído para essa leitura mais histórica de Smith em um contexto republicano.

Abertura	Cropsey possui abertura em sua obra pois são bem normativas e claras, o que facilita a crítica.	De maneira geral, as respostas de Winch para aqueles que veem sua abordagem muito política e sem valor por não considerar tanto a economia tem um teor de bloqueio
	Mas Cropsey não responde seus críticos me geral, e não modifica sua teoria a fim de acomodar os fatos incômodos. Sendo que isso não favorece a continuação do debate.	Mas para as outras, ele é aberto, principalmente ao delimita melhor o papel da tradição republicana em suas obras.

Fonte: Elaboração própria.

Os pontos destacados como compatíveis ou não com os critérios de progressividade, fecundidade e abertura das interpretações de Cropsye e Winch serão explorados nas próximas seções.

5.2.1 Críticas e as resposta de Cropsey

Cropsey trabalhou em dois textos posteriores a obra de 1957 sobre Adam Smith. Um em 1975 e outro de 1998, além de uma republicação da primeira obra em 2001 com a inserção desses dois textos, mas sem outras modificações ou resposta são seus críticos o que sugere que a teoria não é tão fecunda ou aberta. Em termos especulativos da teoria pode se perceber que ele foi um dos primeiros a fazer uma leitura de um Smith liberal, mas tentando encaixar e explicar as críticas de Smith ao sistema. Mas, ao mesmo tempo várias ideias, explicações e relações com a tradição liberal não são nada de novo, apenas mais uma defesa de um Smith defensor de um capitalismo liberal. Em termos de fecundidade existe uma certa dificuldade de relacionar essa leitura de um defensor do *laissez faire* com a aceitação nos últimos anos que o liberalismo é uma tradição do século XIX e que Locke seja um grande fundador dessa tradição, ao menos conscientemente. Já sobre a abertura, as obras de Cropsey são de uma normatividade invejável, o primeiro livro mesmo, apresenta todas as bases utilizadas para chegar na tese final de forma muito clara, o que favorece à crítica, embora a não resposta desses críticos e tentativa de acomodar os fatos incômodos não favorece a continuação do debate.

No artigo de 1975 intitulado “*Adam Smith e a filosofia política*”, Cropsey insere um novo elemento bastante marcante na discussão, que praticamente não aparece no primeiro livro, a influência de Locke em Smith. A tese de Cropsey é que Smith segue a tradição conhecida como liberal e que Locke é um fundador, Smith insere uma nova perspectiva a ela, e para compreender o capitalismo moderno, é necessário compreender a mudança “smithiana” na tradição lockeana e as próprias críticas marxistas, que é o teor econômico dada à tradição. Ainda nesse texto os principais avanços que são feitos a partir da primeira obra é uma ampliação da discussão sobre a sociabilidade humana em Smith. Além disso, apresenta de forma mais clara

a questão da liberdade, essa que como para tradição da filosofia política anterior significou “a condição dos homens que estão sob a tutela de governantes autorizados que respeitam as pessoas e as propriedades de seus governados, tendo estes últimos aceitado o arranjo de uma forma ou de outra” (Cropsey, 1975, p.613, tradução própria).

Duas revisões do livro original de Cropsey são feitas é que merecem nossa atenção. A primeira é desenvolvida por Knight (1958). Esse observa que Cropsey defende que o objetivo político-moral final de Smith, defender a liberdade civil e eclesiástica, com uma ênfase na oposição ao poder eclesiástico. Knight (1958), porém, observa que na RN o tema da religião não aparece tão veemente, mas sim as ações do estado, a questão política, o que pode enfraquecer a tese, além de que a questão da religião está inserida em um contexto mais amplo de educação. Uma questão levantada por Knight (1958) é que primeiro é enfático sobre a não possibilidade de ter virtude moral no sistema de Adam Smith na página 12 e posteriormente traz uma ideia confusa sobre o tema na página 37, o que pode dificultar a coerência lógica dos argumentos, já que muitas vezes ele recorre a esse ensinamento como evidência para seus argumentos e defesa de uma abordagem em termos de jusnaturalismo e não humanismo em Smith.

Macfie (1959) faz a outra revisão, e diz que Cropsey demonstra a consistência entre as duas obras smithianas “mostrando como cada um reflete uma explicação psicológica determinista da conduta humana; primeiro na esfera ética pessoal e, em segundo lugar, no comportamento político, econômico e social” (Macfie, 1959, p.181). Macfie (1959) salienta a tese de que o objetivo da vida humana é autopreservação e os movimentos naturais humanos são para esse fim. Macfie (1959) concorda que essas questões estão bem fundamentadas na obra de Smith, mas questiona se isso é tudo o que há nas obras de Smith. Como exemplo, o revisor do texto apresenta a ideia de melhoria da nossa condição, que aparece na RN, e argumenta que “nenhuma teoria meramente mecânica pode explicar a melhoria (além da teologia). No entanto, Smith certamente acreditava na melhoria e na nossa parte nela” (Macfie, 1959, p.181). Outro ponto que Macfie (1959) chama a atenção é que quando trata das sociedades comerciais em Smith Cropsey adota uma interpretação determinística e mecânica, por exemplo, no caso das inúmeras seitas para não atrapalharem a ordem social e existir uma concorrência por fiéis. Macfie (1959) argumenta que o elogio ao modelo dos holandeses e a visão de mundo de harmonia e relatos históricos do progresso podem ser um exemplo que Smith esperava da sociedade comercial mais do que apenas a mitigação dos males.

Na opinião de Macfie (1959) o próprio Smith talvez não fosse consistente, o que é natural, e ainda mais obras extensas e com teorias diversas que tocam em temas como moral,

política e econômica. Macfie observa que existem alguns temas importantes em Smith e que Cropsey oferece pouco ou nada de atenção e lista alguns. (1) Smith não ficou restrito a ideia de autopreservação, mas observou que os humanos buscam e agem por conveniências, para obter estima, por necessidade, pela utilidade. Como exemplo cita o próprio relato do desenvolvimento do comércio que foi possível pelo gasto dos senhores de terras em luxo. (2) Macfie trabalha com a ideia de que Cropsey dá pouca atenção ao espectador imparcial, que deve ser bem informado, além da ideia de simpatia que é importante para o convívio social. Sendo assim o revisor observa que mesmo em assuntos econômicos e auto interessados os indivíduos devem “estar sempre socialmente motivados, embora não precise de estar consciente disso” (Macfie, 1959, p.182). Isso acarretaria uma mudança na abordagem que Cropsey dá ao tema da benevolência e justiça, pois “a benevolência pode não encontrar um lugar importante nos assuntos políticos; mas é vital nas relações individuais e sociais. E, mais uma vez, através da sua ligação com a simpatia, a justiça não é, para Smith, apenas o princípio do comércio, como sugere Cropsey” (Macfie, 1959, p.182). Macfie ainda observa que Cropsey está correto na sua visão conciliadora entre natureza humana e comércio, mas não explica os ataques de Smith não só ao monopólio e mercantilismo, mas também às distorções que podem ser provenientes do próprio sistema de liberdade comercial, e suas soluções recorrem à ação do governo.

Apesar dessas críticas e das próprias questões levantadas por Winch (1978) que já vimos em outros momentos desse texto, na revisão de sua obra lançada em 2001 Cropsey não fez modificações, apenas inseriu os artigos já citados, de 1975 e de 1993, onde desloca a influência da tradição liberal em Smith de Hobbes para Locke, aborda de forma mais detalhada a questão da sociabilidade humana e da liberdade. Mesmo com as teorias mais novas sobre os problemas de uma tradição liberal continua, a influência de outras linguagens do discurso político no século XVIII, Cropsey permaneceu defendendo a tese de que Smith foi um porta-voz do sistema das sociedades, pois via como o único meio de alcançar liberdade civil e eclesiástica. Como o autor não se preocupa em responder seus críticos e não existe nenhuma grande mudança de sua tese em trabalhos posteriores, percebe-se uma certa dificuldade em termos de abertura, fecundidade e progresso na teoria de Cropsey, embora o ideal seria fazer um mapeamento de outros autores que se inspiraram e se embasaram nas considerações de Cropsey e podem ser lidos como uma continuação para comparabilidade das teorias rivais, questão essa que pode ser ampliada em uma pesquisa futura.

5.2.2 Respostas aos críticos de Winch

Winch por sua vez continua a escrever sobre Smith em outros artigos, focando principalmente na tese de uma ciência do legislador. Em um texto posterior Winch trata especificamente sobre a ciência do legislador com base nas ponderações de Smith sobre as leis do milho, esse que era visto como uma mercadoria com valor de tipo monetário. Ao longo dessa discussão, Smith deixa claro que o ideal seria um livre comércio, mas nem sempre isso é possível. Por exemplo, pequenos estados quando a produção de milho corresponde a uma porcentagem alta da produção. Além de discutir que quando uma indústria emprega muita mão de obra interna a liberação deve ser gradual, também considera que pode se ter proteções temporárias e essas decisões são um dever dos legisladores, esses que devem ser surdos dos clamores parciais e cuidar para não criar monopólios e desordem e agir de forma contrabalanceada quando trata de assunto do “grande sistema de polícia pública” (Winch, 1983, p.503, tradução própria). Winch se embasa também em uma conclusão de Nathan Rosenberg (1960) que “mostrou, muitas vezes é necessário criar, por meio de ação legislativa, mecanismos institucionais para evitar que tendências prejudiciais da natureza humana prejudiquem o público” (Winch, 1983, p.510, tradução própria). Winch observa que essa “fertilidade de Smith ao projetar tais mecanismos institucionais para controlar e aproveitar motivos privados para o interesse público ainda é um dos aspectos menos valorizados do seu trabalho” (Winch, 1983, p.510, tradução própria), mas ele possuía o entendimento claro de que as soluções e governo pensadas pelo filósofo diferia dos conhecimentos dos legisladores, indivíduos inclinados para ação, e embora não fosse e nem devesse ser totalmente modificado, seria interessante “construir uma ponte entre elas” (Winch, 1983, p.510-511, tradução própria).

O livro de Winch recebeu várias apreciações e críticas, que podem ser mapeadas com base nas revisões publicadas em journals. Ronald Hamowy (1979) é enfático ao dizer que “apesar dos seus esforços para construir uma “política” independente a partir da análise de Smith destas questões, nada emerge como uma visão política abrangente” (Hamowy, 1979, p.419, tradução própria), pois de acordo com ele Winch faz uma leitura de Smith sem considerar o aspecto econômico. Hamowy discute que a rejeição, ou não abordagem, de Winch do conceito de ordem espontânea (arranjos sociais complexos são o produto da ação humana, mas não do desígnio humano) na política smithiana é problemática, pois há amplas evidências de que Smith utilizava essa ideia para explicações de instituições complexas e era um conceito amplamente conhecido no iluminismo escocês. Hamowy ainda argumenta contrariamente a ideia defendida por Winch que “Smith não defendeu o estabelecimento de uma ordem econômica específico chamado capitalismo” (Winch, 1978, p. 180, tradução própria), pois

foi o escocês que apresentou a primeira explicação sistemática das leis que governam a produção e distribuição da riqueza num mercado livre e que, apesar do ambiente político, social e ético de Filosofia moral escocesa da qual emergem os seus escritos económicos, não há como negar a posição central que ocupou no desenvolvimento do pensamento liberal no século seguinte, influenciando e tendo estreita ligação com as ideias posteriores de Malthus, Ricardo e outros economistas clássicos (Hamowy, 1979, p. 419, tradução própria).

Hollander tece uma crítica que de certa forma se liga com a última observação apresentada de Hamowy, que diz respeito basicamente que Winch coloca uma importância muito grande, até por questões metodológicas, ao “fato de que o 'capitalismo' não estava disponível para Smith, e que ele não achou necessário cunhar o termo” (Hollander, 1979, p.544, tradução própria). Hollander, portanto argumenta que “nada que possa ser deduzido sobre a posição de Smith na controvérsia *Country-Court* exclui a possibilidade de que ele também possa ter abordado questões peculiares à sociedade “capitalista” — uma forma avançada que se enquadra na categoria mais ampla da sociedade “comercial” (Hollander, 1979, p.544, tradução própria). Além disso, Hollander diz que por mais que se torna aceitável que a economia era para Smith apenas um ramo da ciência do legislador, torna-se difícil uma leitura precisa da RN sem colocar em voga “a relação capitalista entre trabalho e empregador numa posição realmente muito central” (Hollander, 1979, p.544, tradução própria). Por fim Hollander ainda observa que talvez “o elemento econômico tenha sido indevidamente minimizado na discussão das transições históricas de longo prazo” (Hollander, 1979, p.545, tradução própria), e diz que não é preciso aceitar a ideia de um determinismo econômico para considerar o papel central do auto interesse nas modificações sociais e econômicas presentes na obra de Smith.

Teichgraeber (1979) por sua vez encontra mais dois problemas na interpretação de Winch (1978). Um deles é uma tensão não resolvida entre a tese de que a política de Smith não era trivial e a ideia de que política pode representar um domínio de valor importante e autónomo na vida humana. O primeiro ponto, de acordo com Teichgraeber (1979) fica bem esclarecido na obra de 1978, porém o segundo não possui argumentos suficientes. Teichgraeber (1979) apresenta sua visão observado que Winch trata de maneira superficial a TSM, pois “é importante notar que Smith tinha posições detalhadas sobre os problemas políticos contemporâneos. Mas é igualmente importante conhecer os pressupostos filosóficos mais amplos que sustentaram essas posições” (Teichgraeber, 1979. p.568, tradução própria). Nesse sentido, argumenta de forma similar com as outras críticas de que ao se voltar para a política de Smith deixa o resto para os economistas. Por exemplo, temas: “como ele foi capaz de presumir que o homem possuía uma mentalidade comercial inata? E quais foram as suas razões para equiparar o bem da sociedade com o aumento do valor trocável de toda a produção anual da

sua indústria?” (Teichgraeber, 1979, p.568, tradução própria). De acordo com o revisor essas são questões que deveriam preocupar tanto historiadores como economistas

Winch é mais obstinado do que Cropsy em responde algumas críticas em uma revisão da sua obra publicada em forma de artigo. A primeira defesa que Winch (1991) faz é que ele não pretendia argumentar que Smith era totalmente um humanista cívico, inclusive aponta as várias inconsistências com a tradição, essa que não abrangeria a complexa opinião política do escocês. Winch (1991) destaca que diferente de muitos dos antigos, a ênfase de Smith não é tanto na virtude (embora não seja excluída), mas sim em termos de uma “política de mecanismos constitucionais e outros projetados para restringir essas atividades por meio de indivíduos e grupos que iam contra o interesse público” (Winch, 1991, p.5, tradução própria). Para Winch (1991) isso não deve ser lido como uma posição liberal proveniente de Locke (que nas narrativas é pintado como criador de um individualismo, burguês e defensor de um governo mínimo criado e consentindo através do contrato social), e sim como tema comum entre autores preocupados com a política no século XVIII, como Hume, Montesquieu e Madison.

Feita essas considerações mais gerais Winch (1991) tenta responder algumas questões mais específicas de seu livro. Primeiro rebate que algumas críticas surgem apenas pela não aceitação de um trabalho que quase não aborda temas que são de praxe, principalmente entre os economistas, com premonições da teoria econômica moderna e a política de Smith sendo de ataque a toda ação do Estado. Winch é mais receptivo a outras críticas. Como por exemplo a advinda Kettler (1979), de que ele não tinha tratado adequadamente os fundamentos éticos e filosóficos da jurisprudência natural de Smith e sua concepção do que constituía sabedoria ou prudência legislativa. Para responder Winch se utiliza do estudo de Knud Haakonssen sobre a ciência do legislador, onde o autor trata com mais afinco sobre a ligação de Smith com a Jurisprudência Natural tratando dos fundamentos morais e jurisprudenciais da abordagem de Smith. Como visto no referencial teórico, um resumo está em Haakonssen (2002), Smith detalha as predisposições naturais, mas não deixa de lado o teor humanista ao apresentar toda complexidade e contradições da vida moral, esperando que os leitores absorvessem a visão de seu “potencial moral” e trabalhasse as virtudes disponíveis a nós por natureza. Haakonssen (2002) destaca que em Smith a moral é natural à humanidade, mas também convencional, porque faz parte da adaptação da humanidade às circunstâncias em que se encontra.

Outro tipo de crítica que Winch (1991) responde é advinda de Hamowy (1979) e aparece em Teichgraeber (1979), que dizem que ele ao tentar recuperar a dimensão política perdida de Smith deixou a economia ficou de lado, e isso dificultou o estabelecimento de uma ponte entre esses dois mundos. Winch (1991) responde que embora cite as questões sobre o

sistema de liberdade natural, esteve mais preocupado em compreender a ideia da mão invisível em termos sociais, e não dos mecanismos econômicos, que já foram bem tratados em trabalhos como os de Jacob Viner, Nathan Rosenberg e Andrew Skinner. Winch responde seus críticos de que a tarefa de união desses pontos em Smith não é uma tarefa simples como inicialmente pensou, mas que presume que a compreensão histórica de Smith obteve sucesso em ajudar na interligação do mundo moral, econômico e político.

Outra crítica que Winch recebeu foi feita por Cropsey (1978) e Cumming (1981). Diz respeito a uma discussão mais metodológica foi por conta de que o método contextualista foca muito na intenção do autor, sem considerar tanto como as doutrinas foram recebidas e se desenvolvendo. Winch (1991) responde que observa uma “espécie de obrigação de prosseguir estudos de a fortuna de obras seminais para mostrar como abriram caminho no mundo e foram transformadas no processo” (Winch, 1991, p.9, tradução própria) e em seus trabalhos posteriores buscou fazer isso, como, por exemplo em “*Science of legislator*” e “*Noble Science*”. O autor, porém, diferencia sua forma mais preocupada com a história e contexto do desenvolvimento das ideias da abordagem mais canônica ou que trabalha com rótulos e definições como geralmente acontece com a tradição liberal.

Harpham (1984) também diz que Winch não compreendeu a centralidade do liberalismo de Smith e arrancou "o pensamento político de Smith da visão mais ampla da sociedade comercial que se encontra nos seus escritos morais, políticos e econômicos" (Harpham, 1984, p.764, tradução própria). Winch (1991) responde que essa crítica de Harpham decorre de uma leitura errada de sua posição, pois como já salientado não estava tentando forçar uma narrativa em que Smith era um humanista cívico em oposição ao liberal. Sua intenção era apenas destacar que essa linguagem era a disponível na época e permeou os discursos e opiniões de Smith, tanto para concordar como para discordar. Para Winch o aspecto cívico do pensamento de Smith não é tão apaixonado como o de Ferguson, “mas isso não significa que tenhamos de pôr de lado a questão cívica características do diagnóstico de Smith sobre os efeitos da divisão do trabalho sobre as massas da sociedade, e negligenciam inteiramente a proveniência cívica das suas soluções educativas e outras para o problema” (Winch, 1991, p.12, tradução própria).

De maneira geral, as respostas de Winch para aqueles que veem sua abordagem muito política e sem valor por não considerar tanto a economia tem um teor de bloqueio, mas para as outras, ele é aberto, delimita melhor o papel da tradição republicana em sua obra (a intenção não é dizer que Smith era um republicano, mas sim que utilizou de ideias e argumentou tendo essa tradição como pano de fundo, principalmente ao tecer considerações sobre a corrupção

moral). Além disso, trata com mais afinco do papel do legislador e como as ideias de Smith foram recebidas e transmitidas ao longo do tempo. Percebe-se também que Winch é basicamente um dos primeiros a fazer essa leitura mais contextualista de Smith e compreender suas ideias que possui tanto um elogio como uma crítica às sociedades comerciais por meio de uma linguagem republicana, isso é relevante para o critério da progressividade trabalhado por Bevir (2008), que visa dar preferência por teorias especulativas que sugerem novas previsões não previamente associadas a ela. Outros autores, como o próprio Haakonssen, citado por Winch, trabalharam essas ideias e aprimoraram, como, por exemplo, a relação da ciência do legislador de Smith e a relação tanto com a tradição da jurisprudência natural como do humanismo cívico. Além disso, nos últimos anos, como bem evidenciado na revisão de Bell (2014), a discussão de que a tradição liberal foi obra do século XIX, as controvérsias sobre a figura de Locke, e os estudos que associam os federalistas e as discussões da fundação dos Estados Unidos com as teorias de oposição que estiveram em voga na Inglaterra e possuíam teor de republicanismo, os fatos têm contribuído para essa leitura mais histórica de Smith em um contexto republicano.

6. CONCLUSÃO

Para concluir o presente trabalho faz-se uma síntese da comparabilidade das teorias rivais de Cropsey e Winch a fim de demonstrar qual delas apresenta menos pontos conflitantes com os critérios de exatidão, abrangência, consistência, progressividade, fecundidade e abertura. Feito isso discorre-se sobre alguns pontos fracos do trabalho, e que poderão ser melhor explorados em pesquisas futuras. Por fim, apresenta-se uma reflexão sobre a importância das ideias discutidas aqui para as ciências econômicas.

Partindo do fato concordante de que as obras de Smith formam um sistema, e que ele estava preocupado em perceber como a atividade comercial modificava a sociedade pode-se comparar as teorias de Cropsey e Winch na interpretação de Smith. A primeira grande inconsistência de Cropsey é que os fatos sobre a ideia de uma tradição liberal que vem desde Locke têm sido contestados e uma leitura de um autor como Smith, do século XVIII, pode incorrer em muitos anacronismos e não foi muito fecunda, já que não recebeu embasamento de novos fatos. De certa forma a teoria acaba por não ser progressiva, já que segue a mesma linha de leitura bastante conhecida, a de um Smith defensor de *laissez faire*. Além do mais, na obra de 1957, Cropsey insere Smith como herdeiro de Hobbes, sendo que isso apresenta uma série de inexatidão, pois na verdade Smith tece muitas críticas ao modo de conceber a natureza

humana de Hobbes. Winch, por sua vez, lida melhor com o contexto em que Smith estava inserido e com as tradições de pensamento da época, mas tem a dificuldade de lidar com uma explicação da forma como os leitores de Smith o utilizaram para defender uma ideia de *laissez faire*. Em termos de contextualização de todos os escritos de Smith, Cropsey utiliza a “*Riqueza das Nações*” e a “*Teoria dos Sentimentos Morais*”, enquanto Winch vai mais além e utiliza também cartas e os textos das “*Palestras sobre Jurisprudência*”, sendo o segundo autor mais abrangente.

Em termos de contextualizar as obras de Smith nas discussões do iluminismo escocês, Winch não abrange as ideias de teoria da ordem espontânea na política de Smith e não se demora em elementos da tradição de jurisprudência natural, embora reconheça e não tente forçar um Smith total humanista cívico. Já Cropsey apesar de ter uma teoria compatível com a teoria da ordem espontânea, apresenta inconsistência, pois teoricamente o natural nos leva apenas para a preservação da vida, mas ele argumenta no final de seu livro que os humanos criam um ideal de boa vida, esse que é o liberalismo. No que diz respeito a ideias provenientes da jurisprudência natural, Cropsey ignora que o próprio Smith diz que sua inspiração vem de Grotius e não Hobbes e Locke, como o autor tenta fazer em sua interpretação. Além disso, no que diz respeito a outra linguagem de discurso político disponível no século XVIII, o humanismo cívico, Cropsey ignora, enquanto Winch busca compreender as ideias de Smith com essa linguagem de pano de fundo.

Sobre alguns assuntos específicos que compõe a interpretação de Winch e Cropsey e são pontos de disputa. Sobre a concepção de natureza humana, que como apresentada pela TSM é composta por variadas paixões, os dois reconhecem a existência, mas quando Cropsey passa a interpretar de maneira a tentar criar uma lógica no trabalho de Smith ele exclui muito das percepções benevolentes, sociais e foca em ações guiadas por percepções auto interessadas. Cropsey, por exemplo, percebe a moralidade conflituosa com a natureza humana, mas seu relato não é exato e abrangente, já que Smith trata de como os humanos são naturalmente solidários e, portanto, indicação do que é moral é possível e não antinatural, o importante é encontrar um equilíbrio dos sentimentos, o que é antinatural é uma total benevolência ou total apatia, por exemplo. Além disso, essa forma de ler não consegue abranger as preocupações morais e cívicas encontradas nas obras de Smith, além de não explicar sua crítica aos sistemas licenciosos, de Mandeville, por exemplo, que não faz nenhuma distinção do vício e da virtude. Winch ao fazer uma leitura mais contextual onde preocupações de humanismo cívico se faziam presente, consegue explicar melhor as preocupações de Smith com a manutenção das virtudes morais, intelectuais e cívicas dos indivíduos. Inclusive sobre as virtudes, constatou-se que Cropsey ao

fazer uma leitura dentro da perspectiva capitalista liberal, concebe o autodomínio em termos utilitários, com teor até hedonista, não considerando como essa virtude aparece no relato de Smith, contendo elogio as virtudes marciais, revelando um teor da virtude antiga *fortitude*. Além disso, ao ser muito enfático de que Smith excluiu a benevolência como regulador social, acabou por excluir ela completamente do sistema de Smith. Winch, sobre as virtudes, tem um problema, pois não explora muito essas questões, o que dificulta uma visão das obras de Smith como um sistema que perpassa por considerações da moral, da política e da economia. Por outro lado, percebe que Smith coloca os laços utilitários de mercado como benéficos, mas não exclui completamente a benevolência, além de que ao considerar as preocupações cívicas de Smith em suas obras, oferece uma leitura mais abrangente, fecunda e progressiva que a de Cropsey.

Cropsey ainda apresenta problemas em sua interpretação de que a sociabilidade humana em Smith é em um sentido fraco e unido por laços utilitários, pois não abrange as considerações cívicas feitas por Smith, inclusive dos perigos de nos tornarmos apenas agentes econômicos agindo em ambientes anônimos, como diz Winch, que oferece um relato mais consistente e abrangente. Também sobre esse tema, percebe-se que enquanto Cropsey foca no relato de progresso da sociedade feito na RN, e com isso conclui que é um relato apolítico e com um certo determinismo econômico, Winch vai além e apresenta o relato completo das palestras, onde considerações políticas são abundantes e às vezes se sobressaem às questões econômicas, embora não ofereça uma explicação clara do porquê isso não foi incluído na RN, a obra suprema de Smith. Além disso, as considerações sobre comércio e liberdade feitas por Cropsey seguem a linha que o comércio é gerador de liberdade ao livrar os seres humanos das regras ditadas pela religião e pelos soberanos, sendo a defesa de Smith desse sistema justamente por conta de que essa seria a única forma de se ter liberdade civil e eclesiástica, sendo assim, apesar dos problemas, as sociedades comerciais são defensáveis. Winch é mais abrangente, exato e consistente ao perceber relações recíprocas entre comércio e liberdade, comércio e justiça e tratar como preocupações sinceras os problemas ocasionados pelas sociedades comerciais.

No que diz respeito ao andamento do debate e a comparação pelos critérios diacrônicos, percebe-se que Cropsey em seus textos de 1975, 1998 e 2001 não respondeu seus críticos, o que sugere que a teoria não é tão fecunda ou aberta. Cropsey foi um dos primeiros a fazer uma leitura de um Smith liberal sem excluir as críticas de Smith ao sistema, mas a ligação do autor com a tradição liberal e as explicações para isso não são novas. Em termos de fecundidade, existe uma certa dificuldade de relacionar essa leitura de um defensor do *laissez faire* com a aceitação nos últimos anos que o liberalismo é uma tradição do século XIX e que

Locke seja um grande fundador dessa tradição, ao menos conscientemente. Já sobre a abertura, as obras de Cropsey são bastante normativas e apresenta as bases para sua interpretação, o que nos esclarece como chegou às suas conclusões e por ser clara favorece a compreensão. Embora ao não responder seus críticos Cropsey não contribui para o andamento do debate.

Winch esteve mais preocupado em responder seus críticos. Ao rebater aqueles que viam sua abordagem muito política e sem valor por não considerar a economia como destaque tem um teor de bloqueio. Para as outras críticas ele é mais aberto. Inclusive explica que o papel da tradição republicana em sua obra (a intenção não é dizer que Smith era um republicano, mas sim que utilizou de ideias e argumentou tendo essa tradição como pano de fundo, principalmente ao julgar sobre a corrupção moral). Além disso, explora mais a figura do legislador e como as ideias de Smith foram recebidas e transmitidas ao longo do tempo. Winch é um dos primeiros a fazer essa leitura mais contextualista, inspirada nos estudos de Pocock principalmente, de Smith e compreender suas ideias que possui tanto um elogio como uma crítica às sociedades comerciais mediante uma linguagem republicana. Isso é relevante a progressividade do trabalho, que conforme Bevir (2008) visa dar preferência por teorias especulativas que sugerem novas previsões não previamente associadas a ela. Autores Haakonssen trabalharam as ideias de Smith em um contexto republicano e aprimoram essa interpretação (como, por exemplo, a relação da ciência do legislador de Smith e a relação tanto com a tradição da jurisprudência natural como do humanismo cívico). Além disso como descreve a revisão de Bell (2014) a compreensão de uma tradição liberal foi obra do século XIX e existem muitas controvérsias sobre a figura de um Locke pai do liberalismo que inspirou a revolução americana. Inclusive, o estudo de Pocock (1975) é uma das maiores referências de resgate sobre o discurso político que vai desde Maquiavel até os federalistas americanos e demonstra que a tradição liberal não estava em voga, mas sim o republicanismo.

Para responder de forma enfática a pergunta inicial do trabalho. Adam Smith é herdeiro da tradição republicana ou fundador da corrente liberal? Com base nos textos trabalhados de Winch e Cropsey percebe-se que não é possível enquadrá-lo em uma tradição específica de pensamento. Suas ideias são complexas e ao mesmo tempo que possui uma preocupação cívica, não absorve o pacote completo da tradição republicana. Porém, como foi discutido ao longo do trabalho a tradição liberal na época de Smith não estava dada, e mesmo com a linguagem da tradição da jurisprudência natural, que principalmente a vertente inglesa possui ideias mais compatíveis com o liberalismo, o escocês apresenta diferenças marcantes. O que é possível é fazer uma comparação entre uma teoria que interpreta Smith de maneira histórica (Winch), em um contexto republicano, e outra que o insere como um liberal (Cropsey). Como a ideia ao

comparar as teorias rivais, não é encontrar a verdade, mas sim ver qual teoria melhor se encaixa nos nossos critérios. A partir dessa síntese, percebe-se que a teoria de Winch melhor atende-os, principalmente em termos de abrangência, fecundidade e progressividade. O ideal seria mapear outros autores que ao longo do tempo lidaram com as questões levantadas por Cropsey e Winch para interpretação da política de Smith para tirar conclusões sobre o andamento do debate, mas como esse foi um primeiro esforço, escolher dois maiores porta vozes das teorias rivais foi o possível.

Para concluir, destacam-se reflexões da importância desse trabalho para economia. A primeira é a escolha do campo da história das ideias como instrumental teórico metodológico para compreensão da natureza humana e dos comportamentos ao longo do tempo, assim como as modificações e das percepções de eventos⁴⁹. Em segundo lugar, é um exercício de reflexão: existe um paradigma de uma ciência econômica verdadeira, onde a mão invisível do mercado nos leva ao equilíbrio, com a ação política restrita, paradigma esse que imputa essas ideias como nascentes em Adam Smith. Quando se questiona essa interpretação, que foi utilizada como narrativa para defesa do capitalismo liberal, como nos informa Bell (2014), percebe-se que não é compatível com a complexidade das obras de Smith e há possibilidade de espaço para discussão de elementos que são considerados verdades absolutas. Prebish (1949) e Furtado (1989) nos apresentam um *insight* interessante nesse sentido quando tratam do suposto universalismo do desenvolvimento econômico e estão em busca de um verdadeiro desenvolvimento, que engloba todas as pessoas, e considera o contexto, a história e a estrutura da sociedade da qual se trata. Inclusive Smith afirmou que “nenhuma sociedade pode ser florescente e feliz, se a grande maioria de seus membros forem pobres e miseráveis” (Smith, 1996a, p.129).

Adam Smith é utilizado como uma figura de autoridade para várias áreas do conhecimento, principalmente a economia. A forma tradicional de lê-lo o entende como um defensor de uma natureza humana onde o auto interesse (em um sentido de maximização de ganhos materiais) é predominante, desconsiderando toda complexidade dos sentimentos presentes na humanidade, e que são concebidas por Smith. Muitas das escolas de pensamento econômico tomaram essa ideia de natureza humana auto interessada e comportamentos que visavam apenas esse fim, como verdades absolutas e montaram suas teorias a partir dessas premissas. Ao voltarmos com um olhar mais atento aos escritos do autor escocês considerado por muitos como o pai da economia se percebe que a visão de natureza humana dele era

⁴⁹ Destacam-se os trabalhos de Claudia Goldin, vencedora do prêmio Nobel de economia em 2023, que se utiliza dos instrumental histórico para considerações sobre a disparidade de gênero.

permeada por variadas paixões, incluindo benevolência e egoísmo, e a vida em sociedade concebida de forma mais ampla que os laços negativos e utilitários do mercado.

Desse modo, abre-se espaço para ampliar um contraponto que aparece em diferentes momentos nas ciências econômicas onde se questiona a ideia de um comportamento humano como uma busca insaciável pelo ganho sem demais considerações. É uma forma de aproximar as ideias econômicas com outros campos, principalmente das humanidades, como a política, filosofia, sociologia e antropologia, a fim de conseguir uma visão mais abrangente do comportamento humano e oferecer soluções que considerem a existência de todos com igual cuidado.

Além disso, ao perceber que Smith discutia os temas morais, político e econômicos de forma conjunta e interligada, pode-se defender uma forma de fazer economia, que é uma ciência social, que teça considerações sobre esses três mundos. Ao conceber que desde no surgimento das sociedades comerciais, Smith já percebia problemas de caráter cívico advindo desse modo de organização, nos leva a uma reflexão de como a economia deve incorporar em suas discussões atuais as problemáticas de justiça social, concepções mais apuradas sobre liberdade e reflexão da importância do social. Como bem exemplifica Wendy Brown (2019), o ataque ao social pode se mostrar destrutivo, e embora a instituição mercado supervalorizada atualmente, se a sociedade ruir ou ficar em completa desordem, sua importância pode se esvaír, e para que isso não ocorra Smith já nos mandava um recado: é preciso considerar mais do que apenas laços utilitários de mercado, é preciso cuidar da manutenção das virtudes morais e intelectuais dos indivíduos, é preciso pensar a política, a economia e a moral de forma entrelaçada, pois ‘um indivíduo destituído do uso adequado das faculdades intelectuais humanas é, se isso é possível, mais desprezível até mesmo do que um covarde, parecendo mutilado e deformado em um ponto ainda mais essencial do caráter da natureza humana (Smith, 1996b, p.248-249)’.

REFERÊNCIAS

AMADEO, Javier. Liberalismo e humanismo: as linguagens da consciência cívica na Inglaterra do século XVII. **Varia Historia**, v. 28, p. 669-697, 2012.

BAILYN, Bernard. **The ideological origins of the American Revolution**. Harvard University Press, 2017.

BELL, Duncan. What is liberalism?. **Political theory**, v. 42, n. 6, p. 682-715, 2014.

BERLIN, Isaiah. Liberty. 2002.

BERRY, Christopher. Introduction. Adam Smith: Na Outline of life, times, and legacy. In: BERRY, Christopher J.; PAGANELLI, Maria Pia; SMITH, Craig (Ed.). **The oxford handbook of Adam Smith**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BEVIR, Mark. **A lógica da história das ideias**. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. Bauru: Edusc, 2008.

BLACK, RD Collison. Smith's contribution in historical perspective. **The Market and the State: Essays in Honour of Adam Smith**, Clarendon Press, Oxford, p. 42-72, 1976.

BLAUG, Mark. **Economic theory in retrospect**. Cambridge university press, 1997.

BLEASE, Walter Lyon. **A short history of English liberalism**. Putnam, 1913.

BROWN, Vivienne. 'Mere inventions of the imagination': a survey of recent literature on Adam Smith. **Economics e Philosophy**, v. 13, n. 2, p. 281-312, 1997.

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente; tradução Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. **São Paulo: Editora Filosófica Politeia**, 2019.

CASASSAS, David. Adam Smiths' Republican Moment: Lessons for Today's Emancipatory Thought. **Economic Thought. History, Philosophy, and Methodology**. vol. 2, n. 2, p. 1-19, 2013.

CAYGILL, Howard. Art of judgement. Basil Blackwell, 1989.

CERQUEIRA, H. E. A. D. G.. Adam Smith e o surgimento do discurso econômico. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 24, n. 3, p. 433-453, jul. 2004.

CERQUEIRA, Hugo. Para ler Adam Smith: novas abordagens. **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 32, n. 103, p. 181-202, 2005.

CERQUEIRA, Hugo. Adam Smith e seu contexto: o iluminismo escocês. **Economia e sociedade**, v. 15, n. 1, p. 1-28, 2006.

CERQUEIRA, Hugo EA. Sobre a Filosofia Moral De Adam Smith (on Adam Smith's Moral Philosophy). **Cedeplar-Universidade Federal de Minas Gerais Working Paper**, n. 292, 2006.

CROPSEY, Joseph. **Polity and Economy: An interpretation of the principles of Adam Smith**. Netherlands: The Hague Martinus Nijhoff, 1957.

CROPSEY, Joseph; SMITH, Adam. Political Philosophy'. **Essays on Adam Smith**, p. 132, 1975.

CROPSEY, Joseph. Books in Review: ADAM SMITH'S POLITICS: AN ESSAY IN HISTORIOGRAPHIC REVISION by Donald Winch. New York and London: Cambridge University Press, 1978. Pp. xi, 206. 22.95hardcover, 6.95 paperback. **Political Theory**, v. 7, n. 3, p. 424-428, 1979.

CROPSEY, Joseph; STRAUSS, Leo. Historia de la filosofía política. Trad. Leticia García Urriza; Diana Luz Sánchez, Juan José Utrilla. México: FCE, 1993.

DUMONT, Louis. From Mandeville to Marx. The genesis and triumph of economic ideology. **Studies in Soviet Thought**, v. 20, n. 2, 1977.

DUNN, John. **The Political Thought of John Locke: An historical account of the argument of the 'Two Treatises of Government'**. Cambridge University Press, 1982.

DUNNING, William Archibald. **A History of Political Theories from Luther to Montesquieu by William Archibald Dunning**. Macmillan, 1905.

EMERSON, Roger. The contexts of the Scottish Enlightenment. In: BROADIE, Alexander; SMITH, Craig (Ed.). **The Cambridge companion to the Scottish enlightenment**. New York: Cambridge University Press, 2019.

EVENSKY, Jerry. The two voices of Adam Smith: moral philosopher and social critic. **History of political economy**, v. 19, n. 3, p. 447-468, 1987.

EVENSKY, Jerry. The evolution of Adam Smith's views on political economy. **History of political economy**, v. 21, n. 1, p. 123-145, 1989.

EVENSKY, Jerry. Adam Smith on the human foundation of a successful liberal society. **History of Political Economy**, v. 25, n. 3, p. 395-412, 1993.

FINLEY, Moses. A economia antiga, trad. de Luísa Feijó e Carlos Leite, Porto: Afrontamento, 1986.

FITZGIBBONS, Athol. **Adam Smith's system of liberty, wealth, and virtue: The moral and political foundations of the wealth of nations**. Oxford University Press, 1995.

FORBES, Duncan. Sceptical Whiggism, commerce and liberty. **Essays on Adam Smith**, v. 182, p. 1762-63, 1975.

GRAY, John. Mill's liberalism and liberalism's posterity. **The Journal of Ethics**, v. 4, p. 137-165, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIANNETTI DA FONSECA, Eduardo. Comportamento individual: alternativas ao homem econômico. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 20, n. Especial, p. 5-37, 1990.

GOLDSMITH, Maurice M. Regulating anew the moral and political sentiments of mankind: Bernard Mandeville and the Scottish Enlightenment. **Journal of the History of Ideas**, v. 49, n. 4, p. 587-606, 1988.

GUILLORY, John. **Cultural capital**: The problem of literary canon formation. University of Chicago Press, 1993.

HAAR, Edwin. **Degrees of freedom**. Liberal political philosophy and ideology. New Brunswick: Transaction Publishers, 2015.

HAAKONSSSEN, Knud. **The science of a legislator**: the natural jurisprudence of David Hume and Adam Smith. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

HAAKONSSSEN, Knud. **Natural law and moral philosophy**: from Grotius to the Scottish enlightenment. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

HAAKONSSSEN, Knud. **Adam Smith**: The theory of moral sentiments, 2002.

HAAKONSSSEN, Knud. **The Cambridge Companion to Adam Smith**. New York: Cambridge University Press, 2006.

HAMMERSLEY, Rachel. **Republicanism: an introduction**. John Wiley & Sons, 2020.

HAMOWY, Ronald. Donald Winch. Adam Smith's Politics: An Essay in Historiographic Revision.(Cambridge Studies in the History and Theory of Politics.) New York: Cambridge University Press. 1978. Pp. xi, 206. Cloth 22.95,paper 6.95. 1979.

HAMOWY, Ronald. **The Scottish enlightenment and the theory of spontaneous order**. Southern Illinois University Press, 1987.

HAYEK, Friedrich August. **O caminho da servidão**. LVM editora, 2017.

HEILBRONER, Robert L.; MALONE, Laurence J. **The essential Adam smith**. New York: WW Norton e Company, 1986.

HEILBRONER, Robert. **A história do pensamento econômico**. Tradução de Therezinha M. Deutsch e Sylvio Deutsch. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

HIRSCHMAN, Albert Olist. **A economia como ciência moral e política**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HARPHAM, Edward J. Liberalism, civic humanism, and the case of Adam Smith. **American Political Science Review**, v. 78, n. 3, p. 764-774, 1983.

HOBHOUSE, Leonard Trelawny. **Hobhouse: Liberalism and Other Writings**. Cambridge University Press, 1994.

HOLLANDER, Samuel. **The economics of Adam smith**. University of Toronto Press, 1973.

HOLLANDER, Samuel. Adam Smith's Politics: An Essay in Historiographic Revision. 1979.

HONT, Istvan; IGNATIEFF, Michael (Ed.). **Wealth and virtue: The shaping of political economy in the Scottish enlightenment**. Cambridge University Press, 1983.

HUTCHESON, Francis. **A Short Introduction to Moral Philosophy**. Robert & Andrew Foulis, 1772.

KALYVAS, Andreas; KATZNELSON, Ira. **Liberal Beginnings: making a republic for the moderns**. New York: Cambridge University Press, 2008.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: que é ‘esclarecimento’? Textos seletos. Petrópolis: Vozes, 1984.

KETTLER, David. Adam Smith's Politics: An Essay in Historiographic Revision. By Donald Winch. (Cambridge: Cambridge University Press, 1978. Pp. xi+ 206. 6.95, paper.). **American Political Science Review**, v. 73, n. 3, p. 868-869, 1979.

LAKATOS Eva; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAUREANO, Roger Gustavo Manenti. **A ascensão das sociedades comerciais em Smith e Rousseau**. Tese (Doutorado em Sociologia e Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

MACFIE, A. L.; CROSEY, Joseph. Polity and Economy: An Interpretation of the Principles of Adam Smith. **Philosophical Quarterly**, v. 9, n. 35, 1959.

MANDEVILLE, Bernard. **A fábula das abelhas**. SciELO-Editora UNESP, 2018.

MULLER, Jerry Z. **Adam Smith in his time and ours: Designing the decent society**. Princeton University Press, 1995.

MEEK, Ronald L. **Studies in the labor theory of value**. 2.ed. New York: Monthly Review Press, 1956.

MINOWITZ, Peter. **Profits, Priests, and Princes: Adam Smith?** Emancipation of Economics from Politics and Religion. Stanford: Stanford University Press, 1993.

MONTES, Leonidas. **Adam Smith in context**. A critical reassessment of some central components of his thought. New York: Great Britain, 2004.

OTTESON, James. Adam Smith y la libertad. **Estudios Públicos**, v.104, n.4, p. 51-87, 2006.

PARRINGTON, Vernon Louis. **Main Currents in American Thought: 1620-1800. The colonial mind**. Harcourt, Brace and Company, 1927.

POCOCK, John Greville Agard. **The Machiavellian moment: Florentine political thought and the Atlantic republican tradition**. Princeton University Press, 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo/RS: Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em 09 nov. 2022.

RIBEIRO, Flávio. A compreensão da ordem social no Iluminismo escocês. **Dia-Logos: Revista dos Alunos de Pós-Graduação em História**, v. 3, 2009.

ROBBINS, Caroline. **The Eighteenth-Century Commonwealthman: Studies in the Transmission, Development and Circumstance of English Liberal Thought from the Restoration of Charles II until the War with the Thirteen Colonies**. Harvard University Press, 1959.

ROSENBERG, Nathan. Some institutional aspects of the Wealth of Nations. **Journal of Political Economy**, v. 68, n. 6, p. 557-570, 1960.

ROSENBERG, Nathan. Adam Smith and the stock of moral capital. **History of political economy**, v. 22, n. 1, p. 1-18, 1990.

SAHLINS, Marshall. **The stone age economics**. New York: Aldine, 1972.

SAMUELSON, Paul A. A modern theorist's vindication of Adam Smith. **The American Economic Review**, v. 67, n. 1, p. 42-49, 1977.

SAMUELSON, Paul A. The canonical classical model of political economy. **Journal of economic literature**, v. 16, n. 4, p. 1415-1434, 1978.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. Tradução de Denise Bottmann e Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011.

SHAPIRO, Michel. **Reading 'Adam Smith': Desire, History and Value**. California: Sage Publications, 1993.

SILVA, Ricardo. Liberdade e lei no neo-republicanismo de Skinner e Pettit. **Lua nova: revista de cultura e política**, p. 151-194, 2008.

SILVA, Ricardo. História intelectual e teoria política. **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, p. 301-318, 2009.

SILVA, Ricardo. Maquiavel e o conceito de liberdade em três vertentes do novo republicanismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, p. 37-173, 2010.

SKINNER, Andrew. **A System of Social Science: Papers Relating to Adam Smith**. Oxford: Clarendon Press, 1996.

SKINNER, Quentin. **Liberdade antes do liberalismo**. São Paulo: UNESP, 1999.

SKINNER, Quentin. **Visions of politics**. Cambridge University Press, 2002.

KNIGHT, Frank H. Polity and Economy: An Interpretation of the Views of Adam Smith. By Joseph Cropsey. (The Hague: Martinus Nijhoff. 1957. Pp. xiii, 101. Guilders 9.50.). **American Political Science Review**, v. 52, n. 4, p. 1137-1139, 1958.

SMITH, Adam. **The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith**. Clarendon Press, 1976-83.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Vol. I. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996a.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Vol. II. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996b.

SMITH, Adam. **Teoria dos sentimentos morais**. Tradução de Lya Luft. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

STEAR, Harold. Liberalism in America. New York: Boni, 1919.

STRATHERN, Paul. **Uma breve história da economia**. Zahar, 2003.

TEICHGRAEBER III, Richard. Adam Smith's Politics: An Essay in Historiographic Revision. 1979.

TEICHGRAEBER III, Richard F. Adam Smith and tradition: the Wealth of Nations before Malthus. **Economy, Polity, and Society: British Intellectual History 1750–1950**, p. 85-104, 2000.

TODOROV, Tzvetan. **As Morais da História**. Tradução de Helena Ramos. Sintra: Europa-América, 1992.

VINER, Jacob. Adam Smith and Laissez Faire. **Journal of Political Economy**, Chicago, v.35, n.2, p.198-232, abr. 1927.

VIROLI, Maurizio. **Redeeming The prince: the meaning of Machiavelli's masterpiece**. Princeton University Press, 2013.

WEST, Edwin G. Adam Smith on the cultural effects of specialization: splenetics versus economics. **History of political economy**, v. 28, n. 1, p. 83-105, 1996.

WINCH, Donald. **Adam Smith's Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

WINCH, Donald. Science and the legislator: Adam Smith and after. **The Economic Journal**, v. 93, n. 371, p. 501-520, 1983.

WINCH, Donald M. Adam Smith's Politics Revisited. **Quaderni di storia dell'economia politica**, p. 3-27, 1991.